



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação Programa de
Pós-Graduação Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea

SELMA REIS MAGALHÃES

**FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO EDUCACIONAL DE
FILHOS E FILHAS DE PAIS HOMOSSEXUAIS**

Salvador
2009

SELMA REIS MAGALHÃES

**DE FILHOS E FILHAS DE PAIS HOMOSSEXUAIS FAMÍLIA E
ESCOLA NO PROCESSO EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Mary Garcia Castro (Orientadora)

Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (UCSAL)

Profa. Dra. Tereza Cristina de Oliveira (Faculdade Social)

**Salvador
2009**

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

M188 Magalhães, Selma Reis
Família e escola no processo educacional de filhos e filhas de pais
homossexuais/ Selma Reis Magalhães._ Salvador: UCSal. Superintendência
de Pesquisa e Pós-Graduação, 2009.
157 f.

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador; como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade
Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Garcia Castro

1. Família – Escola - Sociedade 2. Paternidade homossexual - Família -
Formação educacional 3. Homossexualidade - Paternidade - Educação I.
Universidade Católica do Salvador. Mestrado em Família na Sociedade
Contemporânea II. Título.

CDU 316.356.2:37

AGRADECIMENTOS

A relação das pessoas que contribuíram para a realização desse trabalho é bastante longa. Procuo contemplar alguns nomes, ciente do risco de incorrer na injustiça pela omissão de outros.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus em sinal de reconhecimento por todos os esforços empreendidos.

À minha família e em especial aos meus pais João e Zuleide, que a cada momento vibram com as minhas vitórias e ajudam-me a combater as derrotas. Meus eternos anjos da guarda.

A minha irmã Mayana que, em muitos momentos, parou para digitar alguns textos e entrar em contato com alguns pais heterossexuais para que eu pudesse dar prosseguimento à pesquisa.

Ao meu companheiro Luciano, que me incentivou a traçar com ânimo e determinação os caminhos da pesquisa e nos momentos mais difíceis convidou-me a recomeçar. Abraçou o mestrado e participou das minhas idas a todas as orientações, deu seu parecer como parte de uma sociedade leiga, ansioso por uma resposta.

A Neide, que cuida com carinho e atenção da minha casa. Durante todo o período da escrita da dissertação, teve o cuidado de trazer o alimento nas horas certas, água, suco, chás. Discutia os documentários que assistia na televisão, os artigos que lia nas revistas, mostrando-se interessada pela produção final.

Aos meus amigos Vera Nathália e seu companheiro Moisés, que participaram ativamente na construção da dissertação, opinando, discutindo sobre o problema que eu trazia para ser discutido na academia, com toda boa vontade e interesse.

Ao amigo Egilberto Santiago e seu companheiro Ronaldo, que facilitaram os primeiros contatos com os pais homossexuais e permitiram que as primeiras entrevistas fossem feitas na casa deles. Apesar de não darem entrevista, discutiram comigo a questão, com pareceres bem significativos.

Os amigos e amigas, Carlos Landim, Carla Verônica, Terpyschicore Quirino, Conceição e Lívia Fonseca que facilitaram o acesso às entrevistas com outros educadores e vibraram espiritualmente pelo sucesso da pesquisa.

Aos entrevistados, pelas entrevistas que me ajudaram a entender bem mais um universo que não é meu e perceber sua complexidade, muito além dos estereótipos e preconceitos.

A todos os professores do mestrado, em especial ao professor João Carlos Petrini, nosso coordenador, que mostrou respeito e o verdadeiro sentido da democracia.

Não poderia deixar de tecer um agradecimento especial à professora Vanessa Cavalcanti pelo incentivo, pelas discussões durante as aulas, pelos textos disponibilizados para leituras, por observar direta ou indiretamente a condução do trabalho; por participar da qualificação. Não poderia ser outra profissional a participar da banca.

À professora Tereza Oliveira, que no primeiro contato durante a jornada pedagógica, quando lhe mostrei o meu objeto de pesquisa, mostrou total interesse; depois aceitou o convite e participou brilhantemente da qualificação. Também não poderia ser outra profissional a participar da defesa.

Com muito carinho agradeço a minha orientadora, que se tornou uma grande amiga. Na aula inaugural proferiu as primeiras palavras de boas vindas a todos e todas, em seguida enfatizou que não era “babá” de orientando. Realmente, não é. É uma grande mãe que veste a camisa com seus filhos. Durante todo o percurso não me abandonou um só segundo: nem viajando, nem no leito do hospital. Abriu as portas das suas casas para os momentos de orientação. Soube puxar a orelha nas horas certas, e parabenizar em outros momentos. Sinceramente, o meu muito obrigado!

Por fim, a mim que acredito no brilho do meu sol a cada dia, mesmo nos momentos de tempestade.

RESUMO

A dissertação tem por objetivo analisar a problemática da paternidade gay na formação educacional de filhos e filhas, no âmbito da família e da escola, numa sociedade cujos valores morais e sociais estão diretamente ligados à heterossexualidade. A pesquisa caminhou através de produções acadêmicas na área das Ciências Humanas sobre homossexualidade – parentalidade, conjugalidade e parentesco - e entrevistas realizadas com homens heterossexuais e homossexuais, pais, com filhos em idade escolar e educadores. A produção final procura avaliar a construção social da sexualidade na formação de identidades sociais contemporâneas ocidentais, especificamente, como a homossexualidade é pensada e para quem é produzida, considerando a dicotomia cultura-natureza e o papel da produção do paradigma heterossexual na conjuntura social. A polaridade dos sexos como fator determinante para as orientações sexuais na família e na escola. Os conflitos, contradições e generalizações de opiniões em relação a homossexualidade que estão diretamente ligados à educação, seja ela na família ou na escola, marcada pela ortodoxia da procriação e cuidados como funções básicas do par homem-mulher, sem abrir espaços para uma formação na diversidade.

PALAVRAS CHAVES: Educação. Família. Homossexualidade. Paternidade.

ABSTRACT

The dissertation aims to analyze the issue of gay parenting on children's educational and daughters in the family and school, in a society whose moral and social values are directly linked to heterosexuality. Research focus on academic productions in the area of Social Sciences on homosexuality – parenting, marital and relationship – and interviews with heterosexual and homosexual men, parents with school-age children and educators. The final output demand through the chapters discuss the identity of homosexuality, gay parenting projects, concepts of families, including the homo-sex education within the family and school, from the social construction of sexuality in the formaion of contemporary social West identities. The analysis are made about how homosexuality is thought of and for whom it is produced, considering the nature-culture dichotomy and the role of production of the heterosexual paradigm in social context. Therefore, the polarity of the sexes is a determinant for sexual orientation in the family and school. Conflicts, contradictions and generalizations of opinions about homo sexuality are directly related to education, whether in family or school, marked by the orthodoxy of the breeding and care as functions of the male-female pair, without open spaces for training in diversity.

KEY WORDS: Education. Family. Homosexuality. Paternity.

SUMÁRIO

Apresentação	09
1. Metodologia	14
1.1 Método	20
1.2 Estrutura dos capítulos	26
2. A construção da identidade na homossexualidade masculina: das patologias aos projetos identitários.	31
2.1. As desigualdades e hierarquias entre os sexos modelam as identidades sociais da sexualidade	34
2.2. A Sexualidade como Identidade Social: Diferenciação valorativa entre homossexuais e heterossexuais.	43
2.3. Sexo versus Gênero: Diferenças e desigualdades identitárias das sexualidades	47
3. Família, homossexualidade masculina e os projetos de paternidade.	61
3.1. Múltiplas Referências sobre o conceito de família	67
3.2. Os projetos de paternidade gay face às modificações havidas nos institutos familiares então vigentes.	77
4. A educação sexual na dinâmica familiar e a construção de valores.	93
4.1. Os Valores Familiares na Educação Sexual de Crianças e Adolescentes	96
4.2. Homossexualidade na Família: Conhecer as diferenças não é estar preparado para conviver com o diferente	101
5. Construção e desconstrução de estereótipos sobre a homossexualidade no ambiente escolar	113
5.1. Construção das diferenças sexuais e de gênero no sistema escolar	119
5.2. De onde parte a discriminação aos homossexuais no ambiente escolar?	128
Considerações finais	144
Referências	151
Anexos	

APRESENTAÇÃO

A dissertação tem por objetivo desenvolver uma análise sobre a paternidade gay na formação educacional de filhos e filhas no âmbito da família e da escola, numa sociedade cujos valores morais e sociais estão diretamente ligados à heterossexualidade. Tarnovski (2002) cita em pesquisa que, na década de 80, os Estados Unidos apontavam para um milhão de pais gays. No Brasil, uma enquete realizada pela revista G Magazine, aponta que 37% dos homens gays tinham optado pela paternidade, mas não sabiam se por inseminação, adoção ou pelo método tradicional e 20% já se declaravam pais. O ponto que atualmente parece conter relativa novidade é a associação tornada possível entre homossexualidade e paternidade. Grossi (2003) acrescenta que a temática da filiação de homossexuais homens tem sido objeto de inúmeras pesquisas em alguns países do primeiro mundo e recentemente despertou o interesse de pesquisadores no Brasil. A emergência surgiu no final da década de 90 pelo reconhecimento civil da conjugalidade homossexual e os conceitos tradicionais de família marcada pelo modelo do casal heterossexual com a sua prole.

A partir de estudos bibliográficos nas áreas das Ciências Humanas e de uma pesquisa empírica, realizada com homens heterossexuais e homossexuais que tem filhos em idade escolar e educadores de escolas públicas e particulares na cidade de Salvador, a pesquisa percorreu variáveis das teorias da reprodução, do corpo, do sexo e a sua independência em relação à parentalidade, conjugalidade, família e parentesco, ao exercício da compreensão de como a educação sexual se efetiva no âmbito da família e da escola, para que uma criança ou adolescente possa perceber novas possibilidades de arranjos e valores familiares, que diferem da sua, com respeito à diversidade.

São visíveis as variáveis dos princípios estruturais que constituem os laços de parentesco e a família como organização social com regras para a inserção na sociedade, o exercício de direitos e deveres, a aprendizagem dos saberes, transmissão de propriedades e estatuto. Hoje, além daquilo que herda biologicamente, estão presentes na vida do indivíduo, as práticas, a relação entre interesses e emoções, as redes de pessoas com que alguém tem relações mais

sólidas, duradouras e próximas (inclusão dos pais). É aqui que entra a possibilidade da pesquisa analisar não só os grupos domésticos ou familiares com base em uniões binárias, mas a presença de homens homossexuais com projeto de paternidade e participação ativa na educação de seus filhos e filhas, junto às instituições sociais (família e escola) que estão sempre em processo de mudança.

As mudanças na cultura e na sociedade recodificam o velho e por ressignificação de pessoas estruturalmente de diferentes papéis e funções levam as novas realidades nas relações conjugais e da sexualidade. O cuidar de si e do outro, o amor, a proteção, a educação, a responsabilidade de conduzir crianças e adolescentes para o estado adulto está nas mãos dos adultos heterossexuais e homossexuais. A família cria redes de parentesco, na filiação e na descendência; critérios biológicos, por ser uma convenção social e cultural. Nas falas dos entrevistados da pesquisa, pai e mãe são figuras convencionais, a família é vista, de maneira muito forte, pelos laços consangüinidade. Portanto, são leituras culturais pautados na biologia, na codificação do gênero e no tabu sobre a homossexualidade que precisam ser, hoje, recodificados. Os debates sobre os direitos dos homossexuais que afloraram recentemente no contexto das Ciências Humanas já estão a superar as barreiras do silêncio convincente do descaso.

Segundo Carrara e Simões (2007), o “jeito” supostamente brasileiro de organizar as categorias ou identidades sócio-sexuais vem sendo tema de debates desde finais dos anos 70, transformando-se, em certos casos, em eixo para a construção de uma identidade nacional. O processo de construção e reconstrução de uma identidade nacional também precisa se espelhar nos estudos sobre a homossexualidade. O reconhecimento oficial das uniões homossexuais abre espaço para reivindicações de leis que permitam ao casal homossexual ter o direito de serem pais ou mães.

No campo da educação, multidimensionamento do processo mostra a estreita relação do desenvolvimento dos valores pessoais e sociais de cada indivíduo, no qual, a sexualidade e as afetividades têm papéis fundamentais. O educador, seja ele o profissional da educação ou a família, produz e caracteriza a aquisição de novos comportamentos e desenvolve estratégias que possibilitam a vivência em sociedade pautados num bem-estar psico-social heteronormativos. Mas, também, conduz e estrutura os indivíduos em torno das identidades coletivas, tornando-os sujeitos das ações e modificações sociais.

Nem sempre educadores e família reconhecem a importância e contribuição de fatores adversos, na sociedade, que podem, portanto, facilitar ou comprometer o desenvolvimento dos seus agentes. As limitações e demandas que recaem sobre a família e a escola na formação desses sujeitos contribuem para construir os estereótipos em relação à homossexualidade. São duas instituições que não trabalham com a diversidade, portanto, não atentando para dar maiores visibilidades às novas estruturas sociais homoafetivas. Observo, agora, mediante as atitudes iniciais dos entrevistados, quando – pais heterossexuais e educadores – se mostraram pouco à vontade e pouca competência para abordar sobre o problema em questão, e os pais homossexuais ao resistirem em dar entrevista, argumentando preservação do bem-estar dos filhos e filhas. O meu universo de pesquisa demonstrou a delicadeza do debate. Para Louro (2001), a admissão de uma nova identidade sexual ou de gênero é considerada uma alteração que atinge a essência dos sujeitos. Frequentemente nos apresentamos ou somos apresentados sob essas identidades, como uma referência segura sobre o indivíduo.

A sexualidade é uma das dimensões fundamentais à condição humana que se desenvolve e se apresenta sempre influenciada por sentimentos e valores inerentes não apenas ao psíquico, mas também ao biológico e ao sócio-cultural que se manifesta e se constrói ao longo de toda a existência nas relações interpessoais. A dissertação procura pontuar significados e sentidos dos quais se revestem a sociedade quanto à educação *versus* homossexualidade dentro de um “modelo normativo repressivo, num discurso eivado de sentimentos apelativos, carregados de superficialidades e furtado em estereótipos.” (NUNES, 1996, p. 186)

Para tanto, procuro investigar os fatores que delimitam e influenciam negativamente a vivência da paternidade em homens homossexuais. Segundo Diniz e Borges (2007), um dos problemas identificados na sociedade contemporânea é que o pai gay é um doente que irá transmitir sua homossexualidade aos filhos. Tem-se um grande problema: de um lado, o indivíduo com uma família, onde um dos seus genitores, no caso o pai, é homossexual, o que distorce de todos os conceitos tradicionais de família formada com pai, mãe e filho; outro lado, esse mesmo indivíduo transformado em sujeito carregando toda uma carga social e os estereótipos de vir a copiar as tendências sexuais do pai. Entre os dois pólos, a escola, reproduzindo padrões e valores tradicionais dos papéis e funções sexuais do homem e da mulher, do masculino e do feminino, muitas vezes não sendo

observado na sua vida privada. Como educar esse sujeito num conjunto de representações adversas para que ele construa a sua própria identidade e seja reconhecido na sociedade através dela e não dos seus pais?

Segundo Grossi (2003), a sociedade, por se pautar na heterossexualidade compulsória, naturaliza a questão da família consangüínea como sendo ideal para o desenvolvimento de uma criança, por existir nela o modelo feminino e masculino na formação dos indivíduos. Entretanto, pesquisas realizadas sobre família têm demonstrado que o conceito é mais abrangente, por existir na sociedade outras constituições familiares que revelam a complexidade da questão:

[...] Sociólogos, antropólogos, historiadores e cientistas políticos sistematicamente têm demonstrado que as noções de casamento e amor também vêm mudando ao longo da história ocidental, assumindo contornos e formas de manifestação e de institucionalização plurívocos e multifacetados, que num movimento de transformação permanente colocam homens e mulheres em face de distintas possibilidades de materialização das trocas afetivas e sexuais. (MELLO, 1999, p. 79-80)

As abordagens do tema expressam questões recorrentes às novas transformações que vem experimentando a nossa sociedade na contemporaneidade, onde a educação, a escola, a família e a sexualidade fazem-nos compreender as complexas relações com as demandas sociais, principalmente quando se refere a construção das diferenças sexuais e de gênero nas práticas discursivas sobre a própria sexualidade. Como as ações do pai gay no interior da família e da escola repercutem em um universo social mais amplo? Ter filho e ser homossexual desagrega o conceito de família? Como construir numa sociedade rodeada de valores cujas diferenças entre os sexos compõem os modelos de família, uma educação inclusiva na qual incorpore a diversidade, no terreno da sexualidade, sem a homogeneizar? As inquietações ultrapassam os limites explicativos e apontam resoluções para longo prazo, quando os filhos e filhas de todos os participantes da pesquisa estejam em idade propícia para serem depoentes das suas próprias realidades sociais.

No campo da interdisciplinaridade, busquei responder as minhas inquietações de pesquisadora sob a luz do conhecimento da Sociologia, do Direito, da Psicologia e da Educação. Estas ciências têm centrado pesquisas envolvendo desenvolvimento humano nas esferas sociais e individuais, principalmente no que concerne o

desenvolvimento cognitivo e as redes de relações das crianças e adolescentes na vida familiar e escolar.

“A relação entre a Psicologia e a Educação deve refletir, nas produções e atuações contemporâneas, uma interdependência entre processos psicológicos e processos educacionais referendada em um conjunto teórico que privilegia essa concepção histórica da constituição humana.” (ARAÚJO, 2003, p 10)

A Sociologia articula-se com a Psicologia quando interesses sociais tendem a explicitar contradições e antagonismos subjetivos do sujeito; articula-se com o Direito, quando oportuniza uma visão jurídica mais avançada e reconstrutiva do direito familiar. O que nos permite investigar dentro das legislações vigentes no país, o direito de adoção por parte dos homossexuais, indivíduo, mas a negação dos casais; a filiação e parentalidades por parte dos homossexuais. E no entrelaçamento das ciências, os limites e precauções quanto às conseqüências e possíveis problemas que esses filhos e filhas possam a vir a ter ao entender que seus pais são diferentes, especiais, que, no melhor dos casos, pertencem a uma minoria.

O trabalho interdisciplinar entre as Ciências Humanas no estudo sobre a família e escola aparece como um processo de construção, ou seja, a integração dos diferentes saberes para explicar as mudanças que está passando a estrutura familiar na contemporaneidade e o seu reflexo no cotidiano escolar. Tal proposta visa à articulação das diferenças que emergem dos diversos pressupostos epistemológicos que sustentam a produção do conhecimento. Vasconcellos (2002) situa que há algum tipo de interseção entre duas ou mais disciplinas que se comunica que tentam aproximar seus discursos, ambicionando mesmo uma transferência de conhecimentos. Gomes (1997) acrescenta que interdisciplinaridade significa desenvolver atitudes frente ao conhecimento na medida em que se desloca o conhecimento de um contexto para outro.

Por fim, é necessário afirmar que a pesquisa não se encerra nos pequenos capítulos da dissertação, porque os possíveis problemas de pais e filhos deste tipo de família têm sua origem na sociedade que culturalmente criou o possível e o desejável dentro das normas heterossexuais. Contudo, posso afirmar inicialmente que esses filhos e filhas não podem ser instrumentalizados para que alguém satisfaça um direito ou desvende o sentido da vida.

METODOLOGIA

A partir do recorte “homossexualidade” como objeto durante o trabalho de escrita do projeto de pesquisa para a seleção no mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, iniciei a etapa em que é necessário fazer opções e adesões ao que se pretende problematizar - tornar visível o que a muitos olhares parece invisível. Durante as aulas de Metodologia da Pesquisa fui orientada para rever o meu objeto por estar muito genérico e com vários vieses de pesquisa.

No primeiro momento pensei em pesquisar “A relação família-escola no processo educacional de estudantes, cujos pais ou mães são homossexuais”. Fui orientada a observar as várias vertentes que poderia estar discutindo: parentalidade, maternidade, paternidade, relação família-escola, filiação, tendo em vista que a relação família-escola traz consigo uma complexidade de valores sociais sistematizados por códigos culturais fundados, sobretudo, numa lógica hierárquica de gênero e na diferença anatômica do ativo/passivo. Logo, nem a escola, nem a família estão preparadas para, entre as novas constituições e dinâmicas relacionais familiares, se estabelecer às uniões homoafetivas.

O trabalho científico requer informações bem estruturadas e deve expressar de forma articulada e organizada o pensamento do pesquisador. O cuidado com a linguagem foi uma constante no processo de pesquisa, visto que, a partir dela, tomaria uma posição quanto à escrita da dissertação. De acordo com Laville e Dionne (1999), é usual em pesquisas utilizar o pronome pessoal “nós” em lugar do “eu”. O “nós” possui a função simbólica de lembrar que o pesquisador não está sozinho, participa com ele uma vasta comunidade científica, onde a sua pesquisa é mais uma contribuição ao saber comum. Todavia, ousei em assumir o “eu” pela sensibilidade do objeto de pesquisa ter partido das experiências vividas no campo da educação formal e das relações entre amigos homossexuais.

O universo das relações afetivas, familiares, escolares e da sexualidade presentes na pesquisa consegue atingir níveis variados de conhecimento capazes de incorporar questões com significados e intencionalidades diversas. Optei por: “A análise do processo educacional de filhos de pais gays na dinâmica da família e da escola”. Nas novas constituições familiares, os filhos estão nas escolas e na família,

convivendo com a realidade privada e pública, onde as linguagens demarcam os lugares de gênero e comportamentos incondicionalmente aceitos como normais e confiáveis. Historicamente a função da família e da escola é dar viabilidade ao projeto de ajustamento da criança e adolescente para a vida adulta, levando em consideração a categoria de gênero, sexo e poder. Nesse caso, a presença de um filho de homossexuais recria o conceito de família na esfera do Direito e dos arranjos sociais.

A temática sobre sexualidade aborda questões relacionadas à saúde, a doença e a gêneros. São partes dinâmicas que as sociedades, nas suas estruturas culturais, procuram explicações, estabelecem normas e regras de comportamento. Dentro de um processo de caráter histórico e social, parte de uma totalidade estrutural, pois contém determinantes biológicos e afetivos particulares, como o conhecimento único sobre os aspectos dos comportamentos sexuais femininos e masculinos, os determinantes de maior influência nas práticas sexuais e os estereótipos que prevalecem sobre a homossexualidade. A família, por exemplo, em seu processo formativo, como representação, obedece à lógica da concepção homem e mulher, numa complementaridade hierárquica entre as partes, em que ele, o pai, é a autoridade e ela, a mãe a parte submissa com os filhos. Sem descartar a visão tradicional da família, é preciso reconhecer dentro de uma estrutura complexa, múltiplos vínculos e nexos pertencentes aos novos sistemas familiares originados de relações precedentes.

Uziel (2007) esclarece que a idéia de rede em relação à família parece inovadora, por articular novas conjugalidades, relações de filiação e de parentesco para se analisar as novas constituições familiares. Outros pesquisadores como Mello (1999); Mott (2002); Heilborn (2004); Dias (2004,2005); Zambrano (2006); Carrara e Simões (2007); Grossi (2007), entre outros voltam seus olhares para as uniões homoafetivas que começam a ganhar visibilidade na sociedade nas últimas décadas através dos movimentos homossexuais pelo reconhecimento da estabilidade conjugal no espaço público.

É dentro destes novos arranjos que surge a “família homoparental”, propondo um modelo alternativo, no qual o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo incluindo, também, os casos da parentalidade de travestis e transexuais. Tais uniões não possuem capacidade procriativa (no sentido biológico), embora seus

componentes possam tê-la individualmente. (ZAMBRANO, 2006, p.14).

A constituição familiar homoafetiva, principalmente a masculina, transita no meio acadêmico embasada pelas questões políticas dos movimentos sociais homossexuais; se entrecruza nos discursos do Direito de Família, onde prevalece o forte conceito tradicional de família e a concepção de casamento pelos sexos opostos para a procriação; e se apóia no vínculo afetivo que possivelmente pode observar a união entre duas pessoas do mesmo sexo como família. Para Maria Berenice Dias, por exemplo, o afeto é o elemento norteador da relação e independente da capacidade reprodutiva, a relação tem assegurado o direito de constituir uma família.

Em uma abordagem clássica, Giddens (1993) caracteriza as relações familiares na contemporaneidade compreendendo a transformação das relações afetivo-sexuais a partir de conteúdos igualitários. A intimidade entre homem e mulher, no casamento e no espaço fora dele, é pautada nas relações afetivo-sexuais de uma maneira geral. A expansão dessa intimidade, no campo social, implica em comportamentos simbólicos aceitáveis, dando maior autonomia aos sujeitos.

A sexualidade remete a ambivalências, à consideração de que vínculos e afetos operam por simbologias própria, lógicas, que misturam biografias e histórias; dinâmicas que não apontam em uma outra categorização, orientando-se por quadros de interesses individuais versus reflexão de uma moral transmitida [...]. A família é o porto do qual se quer afastar, mas ao qual simbolicamente se pode voltar. Isso equilibra as referências, ainda que pesem as violências cotidianas que comportam mescladas a afetos, dádivas e sacrifícios por parte dos seus integrantes. (CASTRO; MIRANDA; ALMEIDA, 2007, p. 60)

A sexualidade e as novas constituições familiares afetam a dinâmica educacional no cotidiano escolar. O desenvolvimento psíquico da criança e do adolescente vai construindo conhecimentos sobre a sexualidade, a partir da forma como também é vivida, dentro da família. Por essa razão, conhecer “não se refere somente à realidade objetiva, mas, e talvez principalmente, à realidade subjetiva” (SOUZA, 1995, p.49). A educação é testemunha das inúmeras demonstrações e denúncias do papel disciplinador, regulador e excludente da escola centrado na

identidade social e na importância concedida aos papéis de homens e mulheres, das quais a família participa dessa produção.

Embora o meu encontro com a paternidade gay tenha direcionado meu interesse pela pesquisa sobre gêneros e sexualidades, é preciso enfatizar que outras identidades culturais tornam homens e mulheres sujeitos de múltiplas identidades, construídas no meio social, em relações desiguais de poder que instauram as desigualdades sociais. De acordo com Furlani (2005), qualquer que seja a política de identidade, ela estará inserida no ponto de cruzamento entre a representação e o poder que mantém o estado de desigualdade e submete os grupos subordinados. A educação e a escola colocam-se como locais culturais estratégicos à reflexão e a novos significados conferidos aos sujeitos e às práticas subordinadas. A escola coloca-se no lugar de visibilidade e ressignificações dessas identidades.

A pesquisa nasceu a partir da observação desses aspectos e de mais duas realidades distintas. A primeira realidade em sala de aula como educadora, quando observava conflitos entre estudantes da educação básica decorrentes da descoberta ou da revelação da homossexualidade paterna ou materna. Dentro da ética, sua família estava sendo desmoralizada publicamente, mesmo que por trás do insulto houvesse um fundo de verdade, mas era algo pessoal, não para ser levado a público. Nas reuniões de pais, ao abordarmos o comportamento e a conduta de alguns alunos em sala de aula com relação à discriminação com colegas, às vezes ouvíamos a afirmação dos próprios pais ou mães de que não queriam que seus filhos e/ou filhas “se misturassem” e os advertiam disso. Fica evidente a preocupação e o temor que eles viessem a reproduzir tais comportamentos, ou sofressem influências de condição sexual.

A segunda realidade surgiu em conversas informais com amigos homossexuais gays sobre casamento, união, ou mesmo o “estar juntos” e constituírem família. Nesses bate-papos informais, às vezes entre risos, deixavam evidente o desejo de serem pais, de constituírem uma família, ou pelo menos idealizavam isso. Sabiam dos conflitos que deveriam enfrentar na sociedade, mas alguns eram enfáticos ao afirmar não terem medo do preconceito e quem sabe enfrentariam o desafio, se aquela questão era para eles um projeto de vida.

Surgiram os primeiros questionamentos que de imediato não poderiam ser respondidos, mas que se mantiveram como orientadoras da pesquisa: Qual o

conceito de família defendida pelos homossexuais e heterossexuais? Ser pai gay interfere na educação e formação de filhos e filhas? Crianças ou adolescentes filhos ou filhas de um homossexual tem mais tendência a ser ou a seguir as mesmas orientações sexuais de seus pais do que aquelas que são filhos e filhas de pais heterossexuais? Pais heterossexuais permitiriam que seus filhos mantivessem relações de amizade com filhos de pais homossexuais? Como os pais e educadores observam a paternidade gay no ambiente escolar? Como os pais homossexuais se posicionam quanto à educação e o espaço escolar? Como a educação lida, hoje, com a homossexualidade nos ambientes escolares? Quais os limites e possibilidades educacionais da família e da escola na formação das novas gerações para que saibam conviver com as diferenças de gênero e sexo? Para os pais homossexuais e heterossexuais e educadores, a homossexualidade é uma opção, orientação ou condição de vida? Como tudo isso afetaria as futuras gerações?

Ser pai homossexual, hoje, é uma verdade social dentro dos arranjos de famílias e os seus filhos estão nas unidades escolares convivendo com sua realidade privada e com as exigências do mundo escolar. Vem mais um questionamento: Será que os educadores estão preparados para trabalhar com essa problemática? Como a escola vem desenvolvendo trabalhos com crianças e jovens durante a formação básica para que não criem estereótipos sobre a questão em debate e de forma preconceituosa discriminem o/a colega, não porque ele/a é homossexual, mas porque o seu pai ou a sua mãe é homossexual?

A pesquisa não apontou outro caminho senão uma abordagem de natureza qualitativa, com o intuito de perceber as particularidades do universo homossexual, captar os significados produzidos nas relações de forma mais profunda a alcançar mais que seus aspectos visíveis e quantitativos. Segundo Minayo (1994), no mundo das ações humanas, existem situações não percebíveis ou captadas pelas estatísticas. A diferença entre qualitativo e o quantitativo é de natureza, pois enquanto a estatística apresenta os fenômenos das regiões visíveis, a abordagem qualitativa aprofunda no mundo das significações as ações e relações humanas. Não pretendo, com isso, afirmar que as abordagens qualitativas e quantitativas se oponham, tanto que busquei durante a pesquisa articulá-las para alcançar o objetivo proposto.

Levando em consideração a particularidade do objeto investigado, outro aspecto relevante na definição da metodologia é que, além de promover nova interpretação em contexto, possibilita os futuros pesquisadores desenvolverem novas idéias, significados e compreensão do problema. No momento, a pesquisa se apresentou como um desafio à mediada que sua característica mais distinta é a ênfase na singularidade, o que representa a possibilidade de ricas interpretações no campo acadêmico e para outros leitores. Além do comprometimento com as subjetividades dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Reconhecer mudanças no modo de abordar a sexualidade na sociedade ocidental contemporânea não implica endossar à idéia de uma total transformação nos padrões de comportamento condicionada às demarcações sociais e culturais, principalmente no que diz respeito às diferenças sexuais. Entre as várias vertentes sobre sexualidade comecei a compreender a complexidade que o termo homossexualidade, no singular, traz na sua estrutura.

De acordo com Zambrano (2006), o homossexual gay ou lésbico é o homem ou a mulher que se sente atraído, sexualmente, por outro do mesmo sexo. No senso comum, os travestis e os transexuais fazem parte de um grupo mais amplo, abarcando também homossexuais, se identificam como mulheres, vítimas de um “erro da natureza”, tendo nascido com um corpo trocado: alma de mulher em corpo de homem. Entretanto, existem outras diferenças que são acionadas pelos próprios travestis e transexuais na sua construção identitária. Os transexuais têm a necessidade permanente de provar que a sua “alma de mulher” provém desde o nascimento, legitimando as suas demandas frente às instituições médicas e jurídicas (cirurgia de transgenitalização e troca de documentação).

Diante da pluralidade da homossexualidade, voltei o olhar mais atento sobre a homossexualidade gay e lésbica. Por que o gay e lésbica e não o travesti e transexual? Porque um homem *gay* não se torna mulher, nem a lésbica se torna homem por ter o seu desejo sexual orientado para a pessoa do mesmo sexo. No processo de filiação, ele ou ela é pai ou mãe (biológico ou adotivo), reconhecido por lei.

As particularidades do objeto levaram-me a escolher mais de um público, possibilitando condições de análise dos movimentos sutis do cotidiano social na escrita da dissertação. O lócus da pesquisa incidiu sobre pais e mães homossexuais; todavia, comecei a observar que a sociedade tem mais facilidade de

aceitar e reconhecer a mulher-homossexual no seu papel de mãe e provedora da família (as famílias monoparentais), por serem a responsável por uma gestação, cuidados e educação de uma criança. A transferência de tais papéis para o homem deixa a sociedade com opiniões bastante diversificadas e contraditórias. Recortei a pesquisa mais um pouco e foquei meu olhar sobre os gays e a questão da paternidade.

A dificuldade com a qual tive que me deparar no estudo dos homossexuais pais foi à inexistência, no Brasil, de uma literatura diversificada. Os trabalhos que encontrei e as leituras que mais aprofundi como estudos relativos à paternidade gay se concentram na guarda consentida, direito de adoção e tutela, parentalidade. Procurei fazer mais um recorte e direcionei a atenção para a área da educação, procurando analisar como a problemática da paternidade gay afeta a formação educacional de filhos e filhas no âmbito da família e da escola numa sociedade cujos valores sociais são pautados no modelo heteronormativo.

No decorrer do trabalho, o esforço de manter em conexão de todos os aspectos da pesquisa foi constante. Cada entrevistado foi convidado com os questionamentos designados pelo objeto do estudo. Mesmo com visões generalizadas sobre a homossexualidade, procurei nas entrelinhas dos conceitos sobre família e escola os efeitos sofridos ou produzidos por seus agentes e como irradiam para o seu exterior. Duas instituições que não podem ser pensadas senão como parte de uma estrutura maior, permeada por fatores inerentes ao campo social, como as diversas concepções de educação, as trajetórias individuais e as políticas públicas, entre outros.

1.1 O Método

Durante a pesquisa precisei recorrer a olhares diferenciados sob o objeto, o que me possibilitou criar momentos de ruptura com o que está estabelecido como desejável nas representações heterocêntricas sobre família e a escola. Através de entrevistas, procurei identificar elementos qualitativos sobre a paternidade gay e como se realiza o processo educacional de crianças e adolescentes no cotidiano familiar e escolar para que as mesmas saibam conviver com as diferenças de

gênero e sexo; os limites e possibilidades que os valores sociais heteronormativos organizam em torno da família, que modelam os comportamentos homossexuais, e são reflexos na escola.

A entrevista, de acordo com Triviños, por ser uma técnica que parte de questionamentos básicos, está apoiada em teorias e hipóteses, oferecendo ao trabalho amplo campo de possibilidades de confirmar ou negar as hipóteses formuladas durante a fase de elaboração do projeto de pesquisa. A hipótese, no caso da minha pesquisa, se pauta na própria identidade dos homossexuais. Apesar de todos os movimentos de emancipação pela legalidade do casamento e direito de filiação, eles negam uma nova forma de constituição familiar e reproduzem os conceitos e comportamentos da família tradicional. Perpetuam essa verdade familiar através da educação a filhos e filhas, negando, com isso, em todas as instâncias sociais, principalmente na escola que esta constituição familiar homoafetiva existe, normalmente, na sociedade contemporânea.

As entrevistas semi-estruturadas, por serem muito utilizadas quando se deseja obter um direcionamento maior para o tema, possibilitam ou, nesta pesquisa, uma maior proximidade entre entrevistador e entrevistado, além de permitir ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados.

"Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa". (TRIVIÑOS,1987, p.146)

As entrevistas foram divididas entre três públicos: pais homossexuais e heterossexuais e educadores. Constituiu-se a etapa mais trabalhosa, por requer tempo e alguns cuidados, como a escolha dos entrevistados; a disponibilidade deles em fornecer a entrevista e a preparação dos roteiros, tendo em vista os objetivos a serem alcançados.

Para participar da pesquisa, os sujeitos deveriam ter as seguintes características:

- Os pais heterossexuais e homossexuais terem filhos biológicos, guarda concedida¹ ou filhos adotivos em idades escolares ou escolarizados.
- Os pais homossexuais se auto-determinarem gays.
- Os educadores se subdividiram em coordenadores pedagógicos, gestores ou docentes.

Para seleção dos sujeitos foram utilizados os seguintes critérios: primeiro, no contato com pais gays foi utilizada o que na linguagem popular costuma-se chamar “bola de neve”. Através de um amigo homossexual, com uma vida conjugal estável com o companheiro a mais de oito anos, sem filho, mantive os primeiros contatos com os pais. Por intermédio dele efetuei duas entrevistas, uma com pai biológico e outra com pai através de guarda concedida. Na escola em que atuo como professora no ensino médio, consegui com dois colegas de trabalho, pais adotivos, mais duas entrevistas. Um deles indicou um amigo, pai com guarda concedida.

No curso que participei sobre “Direitos Humanos e Diversidade Sexual” na escola², consegui através do mediador a entrevista com o seu companheiro que é pai biológico. No outro estabelecimento de ensino que trabalho, com um colega (pai adotivo) mais uma entrevista. Através da pessoa que fez as minhas transcrições entrei em contato com um pai que não era nem biológico, nem adotivo, simplesmente assumiu o filho da empregada para que ela não cometesse um aborto e ao nascer registrou a criança. Por último, no salão de beleza que freqüentei há muito tempo um dos profissionais (pai biológico), resolveu conceder-me o seu depoimento. Totalizando nove entrevistas. A décima entrevista seria com um casal que adotou três crianças, porém eles não consentiram gravar a entrevista, nem apresentaram justificativas.

¹ Ainda que a Lei 8.069/90 não tenha cuidado explicitamente da concessão de guarda para efeitos previdenciários, o Estatuto da Criança e do Adolescente demonstra, em toda a sua extensão, nas suas linhas e entrelinhas, que nada mais visa senão ao bem-estar do menor. Tratando-se, pois, de uma adequação de guarda, sobre a qual todos os interessados estão de acordo, impõe-se a concessão da medida, uma vez que não há renúncia de direito ou implicação do pátrio poder (TJ-MG - Ac. da 4ª Câm. Cív. publ. em 26-4-94 - Ap. 3.655-8/90.489-4-Itabira - Rel. desig. Des. Francisco Figueiredo).

² Curso promovido pelo Instituto Anísio Teixeira – IAT, com o intuito de capacitar os professores da rede pública estadual para atuar no combate ao preconceito e à intolerância no contexto escolar; discutir e sistematizar questões sócio-históricas sobre a homossexualidade e suas diferentes formas de representação no cotidiano social e escolar.

Em relação aos pais heterossexuais, por ser o público maior, os contatos foram diretos. Todos são pais biológicos, perfazendo um total de oito entrevistados. Pessoas ligadas ao ambiente de trabalho, comunidade religiosa e de parentesco. Procurei estabelecer um vínculo de confiança e neutralidade para garantir bons resultados nas entrevistas e permitir o aprofundamento do problema em questão, conforme proposto pela pesquisa. Com essa preocupação, as entrevistas foram realizadas individualmente. Todavia, o que chamou mais atenção foi a resistência inicial de concederem a entrevista, o medo expressarem pouco a vontade de discutir sobre o problema. A homossexualidade existe, mas não se sentiam preparados para discuti-la.

Entre os educadores houve uma divisão do público. Primeiro foram aproveitadas as entrevistas dos pais homossexuais educadores, quando discutiram a questão sob o olhar da escola. Depois, entrevistei coordenadores pedagógicos de unidades escolares diferenciadas e, por último, mantive contatos com coordenadores das escolas em que os filhos dos entrevistados homossexuais estudavam. Experimentaram a mesma sensação dos pais heterossexuais, sendo que alguns coordenadores e direção escolar preferiram não dar depoimentos por falta de preparo em discutir tal assunto.

Para aqueles que aceitaram participar das entrevistas foram realizadas individualmente, conforme citei anteriormente, a partir do conhecimento prévio dos entrevistados. Para cada grupo de entrevistado foi utilizado um termo de consentimento e um roteiro (anexo), ou seja, um roteiro para os pais homossexuais, com alguns questionamentos específicos, e assim também para os heterossexuais e educadores. Para cada entrevistado, o termo de consentimento livre e esclarecido (em anexo), em duas vias, assinadas ao término da entrevista, tornando-se conscientes da possibilidade de publicação da pesquisa.

Alguns entrevistados homossexuais solicitaram que não fossem divulgados os seus nomes publicamente para preservar a sua identidade e a do filho, e alguns educadores para preservar o nome da escola (todas confessionais, somente uma pública). Por isso, na escrita da dissertação, foram utilizadas as iniciais dos nomes de todos os participantes, com pequenas alterações na ordem para a preservação da identidade. Segundo Gauthier (2004), ao realizar uma pesquisa de cunho sociológico, a neutralidade não existe e a objetividade é relativa. As maneiras como produzem o sentido de suas palavras em complexos processos de lucidez,

negociação e identificação precisam ser mediadas pelo pesquisador na escrita final, cuja existência não teria sido possível sem a participação e colaboração na pesquisa.

A Sociologia parte do reconhecimento de que todo conhecimento tem como fundamento um compromisso com valores, sendo seu principal projeto a captação da relação de sentido no comportamento humano, o qual seria a chave para o entendimento das ações sociais. Não é viável, por isso, esperar conseguir explicações para fatos sociais através de relações de causa e efeito, mas procurar abordar os fatos como carregados de sentido e essencialmente atrelados a outros acontecimentos da realidade. Partindo da afirmação de que "os fatos sociais devem ser tratados como coisas", Durkheim, por exemplo, fornece uma definição do que podemos observar como normal ou patológico aplicada a cada sociedade. Normal seria aquilo que é ao mesmo tempo obrigatório para o indivíduo e superior a ele, o que significa que a sociedade e a consciência coletiva são entidades morais, antes mesmo de terem uma existência tangível. Essa preponderância da sociedade sobre o indivíduo deve permitir a realização desse, desde que consiga integrar-se a essa estrutura.

Coisa, poderia ser entendida, dentro dos fatos sociais, como todos os objetos do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural, ou seja, não podemos formular uma noção adequada por simples processo de análise mental. Passando progressivamente a caracteres mais exteriores e acessíveis para os menos visíveis e profundos, qualquer fato social deve ser abordado a partir do princípio que se ignora completamente o que são, e de suas propriedades características.

Em primeiro lugar, é independente de qualquer filosofia (...) Em segundo lugar, o nosso método é objetivo. É totalmente dominado pela idéia de que os fatos sociais são coisas e devem ser tratados como tais (...) Mas, se consideramos os fatos sociais como coisas, consideramo-los como *coisas sociais*. A terceira característica do nosso método é ser exclusivamente sociológico (...) Mostramos que um fato social só pode ser explicado por um outro fato social e, simultaneamente, como este tipo de explicação é possível assinalando no meio social interno o motor principal da evolução coletiva (...) Tais nos parecem ser os princípios do método sociológico. (DURKHEIM, 2007, p.159-161)

A sociologia de Durkheim permite a idéia de que só é possível compreender as relações entre os homens se compreendermos a sociedade em níveis e em medidas diversas, exercendo sobre o indivíduo uma coação exterior. Enquanto deruçados sobre a Sociologia da família e da educação, a análise dos dados permite-nos perceber que os fundamentos e os princípios do método científico pressupõem “determinados procedimentos de obtenção, verificação e sistematização do conhecimento e uma concepção do mundo e da posição do homem dentro dele” (FERNANDES, 1977, p. 50).

O interesse da pesquisa está nos múltiplos olhares dos entrevistados e na espontaneidade de suas falas sobre a questão em debate. A preocupação básica da entrevista é aproximar a leitura dos diversos autores, a percepção dos entrevistados, construindo redes de possibilidades e novas abordagens sobre família e educação.

A sociedade humana ou a vida humana em grupo é vista como consistindo de pessoas que interagem, ou seja, pessoas em ação que desenvolvem atividades diferenciadas que as colocam em diferentes situações. O princípio fundamental é que os grupos humanos, assim como a sociedade, “existem em ação” e devem ser vistos em termos de ação. (...) o sentido dos objetos para uma pessoa surge fundamentalmente da maneira como eles são definidos por outras pessoas que com ela interagem, consistindo o meio circundante de qualquer pessoa. (HAGUETTE, 1997, p.36)

A pesquisa é um mergulho no universo desconhecido pela pesquisadora, o que exige de mim uma aproximação baseada na simpatia, confiança, afeto, amizade e empatia, o que para os positivistas é referência a sentimentos e motivo para dúvidas a respeito do caráter científico do conhecimento produzido. Todavia, conforme Gil (1999), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vista na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Nesse contexto, um dos maiores desafios enfrentados na pesquisa é trazer para a discussão os estereótipos produzidos pelos heterossexuais, pela escola e pelos próprios homossexuais quando discutem a existência de um filho nesse universo, bastante observado nas falas dos entrevistados e discutido no quarto capítulo. Para ratificar o exposto nos reportamos ao texto das pesquisadoras Castro e Abramovay (2003), num artigo intitulado “Marcas de gênero na escola:

Sexualidade e violência, discriminações, representações de alunos e professores”, onde chamam a atenção para:

“A reprodução de estereótipos e inclusive o lugar da escola em tal processo, considerando que muitas dos discursos de professores e diretores, por exemplo, alinham-se a uma cultura que tende se não necessariamente a apoiar, muitas vezes silencia sobre discriminações”. (CASTRO & ABRAMOVAY, 2003, p.1)

Perceber a escola e a família como sistemas organizados que influencia o desenvolvimento humano, mas que estão impregnadas de intencionalidades político-ideológicas que devem ser exploradas. Mesmo acentuando que cada uma delas possua funções específicas no campo social, estão diretamente ligadas a um objeto comum que é o indivíduo em formação.

No desenvolvimento dos capítulos, aparecem trechos da fala dos entrevistados, juntamente com fundamentos teóricos que possibilitam discutir os limites encontrados pela família e pela escola com a problemática da paternidade gay, no campo educacional de filhos e filhas. Com relação aos teóricos, os mais utilizados quanto a sexualidade, homossexualidade, família e escola foram: Louro; (1997, 2001) Souza(2002); Heilborn (2006); Zambrano (2006); Grossi; Uziel e Mello (2007); Prado e Machado (2008), entre outros, escolhidos por fornecerem dados atuais e relevantes sobre o objeto da pesquisa. Abrange publicações de livros, entrevistas em jornais e revistas, periódicos na internet, como teses de doutorados e dissertações de mestrados, publicações de livros ou artigos de caráter analítico científico.

1.2 Estrutura dos Capítulos

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, além da introdução, prosseguindo com uma reflexão metodológica, seguida pela discussão dos referencias teóricos que orientam a abordagem a análise das entrevistas. Por fim, apresenta algumas considerações gerais e sugestões de pesquisa.

A apresentação traça o panorama geral do projeto de pesquisa. Os objetivos e os propósitos que levaram a pesquisadora ao problema, a relevância, os

questionamentos e a hipótese levantada durante a construção do projeto. A partir de leitura e releitura do material coletado nas entrevistas e transcrito, surgiram núcleos temáticos que orientaram a elaboração dos capítulos. Os núcleos temáticos como uma forma de capturar o fenômeno são multidimensionais e refletem sobre as estruturas que compõem o problema.

Primeiro capítulo é a metodologia. Nele estão inseridos o método e a estruturação dos capítulos. Há uma descrição simples da forma como foi utilizada a coleta de dados e a singularidade do tema a partir das respostas dadas pelos sujeitos que fazem parte da pesquisa através das entrevistas e permeiam todo o trabalho. Partindo da centralidade do real, a metodologia orientada pelo modelo dialético crítico tem como base de análise as realidades vivenciadas pelos sujeitos sociais, os homossexuais, seja nos estudos de realidades individuais, seja nas realidades produzidas pelos agentes sociais, como a família e a escola, como foi proposto no projeto. Acredito que a clareza e a simplicidade em relação à metodologia adotada pela pesquisadora, neste trabalho, ajudarão os leitores a compreendê-lo melhor os estereótipos sobre a paternidade gay na condução da educação de seus filhos e filhas.

O capítulo dois aborda o estudo da homossexualidade a partir da construção social da sexualidade na formação de identidades sociais contemporâneas ocidentais. A pauta é discutir como a homossexualidade é pensada e para quem é produzida, considerando a dicotomia cultura-natureza e o papel da produção do paradigma heterossexual na conjuntura social. A temática sobre sexualidade é relevante, porque, no Brasil, desde muito tempo vem sendo considerado bastante singular o que tem dificultado a articulação de uma perspectiva mais consistente sobre como os sujeitos pensam e vivem suas sexualidades.

Segundo Carrara (2005), as transformações sociais que atravessam o Brasil atualmente, os processos de importantes redefinições da ética social e da política sexual, a crescente organização e o aumento da visibilidade das “comunidades homossexual brasileira” começam a colocar mais incisivamente inúmeros desafios institucionais. No plano do Direito estão as marcas do movimento homossexual e as reivindicações pela liberdade individual e à esfera privada e o reconhecimento jurídico das relações sociais que se constroem a partir da prática sexual.

Do ponto de vista da Sociologia, é importante pensar o lugar social e simbólico dos homossexuais na sociedade brasileira, e o impacto que podem ter na

redefinição desse lugar. Os valores básicos que estruturam a sociedade – das hierarquias de gênero à organização familiar. Até que ponto o discurso por direitos relativos à família, por exemplo, pleiteada pelos homossexuais, implica em transformação social? Interessa discutir o lugar simbólico da homossexualidade na identidade social com suas múltiplas incorporações, imagens e personificações.

O terceiro capítulo procura analisar a homossexualidade masculina através dos projetos de paternidade como legítima expressão da sexualidade sem qualquer associação com doenças, desvios de comportamento ou pecado. Dentro de uma trajetória histórico-social, a discussão trafega em direção da construção da imagem social do homem-homossexual até chegar aos projetos de paternidade numa sociedade marcada pela ortodoxia da dominação, procriação, educação e cuidados como funções básicas do par homem-mulher na constituição familiar.

De acordo com Tarnovski (2002), a sociedade não pode mais pensar que homem que gosta de homem não possa ter tido incursões pela paternidade, nem os indivíduos, ao reconhecerem-se homossexuais, atribuam o sinônimo de vida sem filho. Hoje, as posições sociais atribuídas à paternidade permitem novas possibilidades de agenciamento do gênero, abrindo outros caminhos no trânsito das hierarquias sociais. Na análise do processo histórico-social e dos contextos políticos e nexos simbólicos, busca-se, na contemporaneidade, compreender a lógica da oposição entre as condições reais de cuidado, formação e educação entre os pais heterossexuais e homossexuais.

O quarto capítulo transita sobre a educação sexual na família e os limites de aceitação, silêncio e violência quanto à homossexualidade estabelecidos pela função social que a família exerce na sociedade. Os conflitos, o medo, a rejeição, o sofrimento e a dor diante de uma problemática que até bem pouco tempo era vista como uma patologia ou como um desvio sexual.

A estrutura familiar tradicional centrada nos papéis e nas funções que cada pessoa desempenha nela começa a ceder espaços para se falar, hoje, entre as novas estruturas familiares, a família homoafetiva onde não há a presença de sexos opostos, mas a presença de um filho na relação. Uma discussão complexa para a sociedade porque para a formação familiar foi enraizada a união do binário e os valores heteronormativos.

Vale ressaltar que a pesquisa penetra no universo de indivíduos que se adaptam aos valores e às regras que regem as relações sociais heteronormativas,

mas criam suas próprias regras e expressam os seus valores e proibições. Portanto, regulam entre eles vínculos possíveis nos seus relacionamentos pessoais, sem externá-los ao público oposto, criando com isso as resistências à violação das suas privacidades. No artigo sobre parentalidades de pais e mães homossexuais, Elizabeth Zambrano (2006), chama a atenção para o fato da união entre pessoas do mesmo sexo não apagar a diferença de gênero como a sociedade pressupõe.

Nesse tipo de relação a função do pai e da mãe não é apagada da vida do filho, ela existe. Como também desmistifica o fato de que um homem *gay* se torna mulher por ter o seu desejo sexual orientado para outro homem, assim como uma mulher lésbica não se torna homem pela mesma razão. Se entre os heterossexuais é necessária a presença de um elemento entre mãe e filho, uma das atribuições da chamada “função paterna” entre os homossexuais é exercida pelo próprio pai e a mãe por qualquer outra figura feminina (mãe, avó, tia, irmã, empregada).

No capítulo quinto, considerando que não existe identidade homossexual, mas identidades homossexuais, a discussão gira em torno da educação sexual na escola e os problemas enfrentados por ela quanto à questão da homossexualidade, quando a família interfere no processo. A escola desenvolve ações afirmativas quanto às questões de gênero e conjugalidade para uma realidade heterossexual. Discutir problemas, como erotismo, desejo, paternidades *gay* é ultrapassar as fronteiras do socialmente permissível. Como é um espaço monitorado, sofre inferências dos valores familiares e de outras instâncias sociais. Segundo Loyola (2003), pensar as relações entre os sexos, a sexualidade e a reprodução biológica e social é perceber o poder de dominação de um sexo sobre o outro e toda a estrutura montada a partir dessa relação.

Na pedagogia da sexualidade a violência consentida disciplina, produz gêneros, aprova ou reprova corpos. Segundo Louro (2002), desde cedo meninos e meninas aprendem piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem. O propósito da escola é a produção de homens e mulheres “civilizados”, capazes de viver em coerência e adequação na sociedade. Aqueles e aquelas que se percebem com desejos distintos da heterossexualidade são segregados. Na nossa sociedade, isto é mais forte para o masculino, onde as expressões de amizade e afeto são mais controladas e vigiadas.

Por fim, as considerações finais sobre a pesquisa, apresentando as indagações finais sobre o objeto de estudo. A pesquisa realizada possibilitou desvelar alguns aspectos sobre os limites vivenciados pela família e pela escola quando a partir da inclusão das sexualidades, especificamente a homossexualidade. Pode-se perceber os significados e os sentidos atribuídos à paternidade gay por educadores e pais e os reflexos de suas construções nas sociedades contemporâneas.

CAPITULO 2

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA: DAS PATOLOGIAS AOS PROJETOS IDENTITÁRIOS

Neste capítulo se aborda o estudo da homossexualidade a partir da construção social da sexualidade na formação de identidades sociais contemporâneas ocidentais. A pauta é discutir como a homossexualidade é pensada e para quem é produzida, considerando a dicotomia cultura-natureza e o papel da produção do paradigma heterossexual na conjuntura social.

No primeiro momento procuro discutir a sexualidade como construto da identidade social a partir da negação da natureza e do papel da cultura na sua construção. Como se constituem as desigualdades e hierarquias entre os sexos? Como se constroem as identidades sexuais masculinas? Como a sociedade conceitua sexualidade e gênero nos conjuntos de postulados, regras, interdições e permissões em torno do sexo? Como se concretiza a violência das representações a partir da concepção heterossexual em relação ao homossexual? Em um segundo momento, há a busca pela identificação da sexualidade como constituinte da identidade social na (in)diferenciação valorativa entre os sexos como processo dinâmico ao qual o indivíduo está sujeito em todos os aspectos (moral intelectual, social, psicológico, emocional e afetivo) da sua cultura.

São postulados que evidenciam os efeitos da organização dos sujeitos a partir das consciências individuais, aclamando a vida social à luz da vontade pessoal e da individualização, levando-os a combinar personalidade individual e herança cultural. Touraine (1999) esclarece que nos efeitos da organização social o sujeito não se confunde com o indivíduo. O sujeito é um trabalho inacabado, ameaçado pelas incitações contrárias de sua atividade instrumental e da identidade cultural, depende de normas culturais que lhe fazem entrar em conflito consigo mesmo, enquanto o indivíduo é um conjunto mutável de seus próprios estados mentais, vontades e desejos.

A identidade social, portanto, se constitui a partir de um conjunto de referências de identificação dos indivíduos, podendo ser cristalizada ou remodelada pelas relações sociais e inseridas num contexto grupal, tornando-se sujeita de tal construção coletiva. Se o próprio grupo social pertence à categoria do outro, é necessário ter a percepção das diferenças através das trocas e mediações que se estabelecem com o outro, que também possui identidade própria.

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja ela da natureza, seja da cultura. [...] A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato formativo. [...] A identidade está ligada a sistemas de representações. A identidade tem estreita conexão com relações de poder. (SILVA, 1999, p. 96-97).

Ao falarmos sobre corpo, inevitavelmente, aproximamo-nos da discussão sobre identidade homossexual. Essa identidade é vista, no contexto da pesquisa, como um processo que não se dá apenas a partir do olhar de dentro, do próprio homossexual sobre si mesmo e seu corpo, mas também na relação com o olhar do outro, do que está de fora. Um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de preconceitos e mitos. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no plano simbólico no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo, onde estão implícitos valores, crenças, mitos e linguagens.

Segundo Gomes (2005), a idéia que um indivíduo faz de si mesmo é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada por meio do diálogo com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a social é formada em diálogos abertos que dependem de maneira vital das relações dialógicas com os outros.

O homossexual na sociedade expressa o conflito de gênero do qual todos participamos. Considerando a construção histórica de gênero, o homossexual foi relegado à condição daqueles que estão no pólo que sofre o processo de dominação, enquanto o heterossexual está no pólo dominante. Estamos, portanto, numa zona de tensão e dela emergem padrões de comportamento ideal. Essa separação rígida faz com que a sociedade veja a homossexualidade na forma singular. Isto recai sobre o sujeito e gera conflitos, pois todo homem homossexual é

visto como desviante e afeminado, enquanto o homem heterossexual é o macho ideal. Pensar em construir projetos de paternidade e assumir a homossexualidade pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão. É identitária.

De acordo com Souza (2004), a sexualidade é o resultado de uma elaboração histórica e social, sem esquecer que a biologia, a fisiologia e a morfologia do organismo criam os princípios da existência sexual e define os papéis de gênero que dentro de um determinado contexto histórico, condicionam e delimitam aquilo que é possível ou provável. Por isso que, até pouco tempo, vivenciar papéis homossexuais significava transgredir, por natureza do desenvolvimento biopsicosocial, projetos familiares e sociais possíveis e desejáveis? Segundo Heilborn (1999), a identidade sexual constitui-se na cultura ocidental uma das dimensões centrais da identidade social das pessoas. Esta afirmação filia-se à perspectiva construtivista que sustenta que a sexualidade não possui uma essência a ser desvelada, mas é antes um produto de aprendizado de significados socialmente disponíveis para o exercício da atividade humana.

Se no nível categorial heterossexualidade e homossexualidade podem ser lidas como pólos extremos em desigualdade de poder e prestígio, outros eixos devem ser levados em consideração na construção da identidade social. Considerando que o acesso à paternidade é dificultado para homossexuais em razão do desvio destes em relação ao modelo hegemônico de masculinidade (UZIEL, 2002), quando a realizam podem estar inscritos nos códigos tácitos desse mesmo modelo. A posição social conferida pela paternidade permite novas possibilidades de agenciamento do gênero, abrindo outros caminhos no trânsito em hierarquias sociais.

Considerando que a finalidade desta exploração teórica é o estudo das identidades no seio de uma sociedade complexa e, portanto, diversificada e conflituosa, há de se explicitar a natureza das relações sociais que formam a base deste processo. Sustento que a sociedade está dividida em classes antagônicas que buscam a coesão através do ocultamento deste antagonismo, isto é, ideologias dominantes, bem como fenômenos que expressam e realizam embates e resistências.

Deste modo, pensar a identidade da homossexualidade nos contextos contemporâneos nos remete às condições naturais dos grupos sociais no interior de uma sociedade, ao mesmo tempo em que nos leva a observar como estes grupos se

representam para si mesmos e para os outros. A identidade não é, portanto, um elemento fixo em si mesma e dado de uma estrutura social, mas o campo de disputa na produção e distribuição de bens materiais e simbólicos e, por extensão, na divisão do poder, do prestígio e do status social.

2.1. As desigualdades e hierarquias entre os sexos modelam as identidades sociais da sexualidade.

A visão que temos de sexualidade e gênero pressupõe um estudo complexo da pessoa humana em suas dimensões biológicas e psicológicas, mas também nas relações interpessoais que a insere no meio sociocultural em que vive. Quando falo em gênero, estou me referindo à construção cultural das identidades feminina e masculina. O termo gênero foi introduzido por Joan Scott em meados do século XX, significando o elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.

A sexualidade é o elemento constitutivo da pessoa humana, mas para ser compreendida é preciso considerar o indivíduo como um todo, pois ela é a parte integrante e intercomunicante da pessoa consigo mesma e com o outro. Castro³ afirma que a vivência e os sentidos sobre sexualidade são codificados na literatura por perspectivas de gênero e construções sociais do ser homem e mulher; codificações culturais que configuram aprendizagens, práticas e representações diversificadas, tendendo a assimetrias de poder nas relações sociais entre os sexos ou mesmo nas homoafetivas e muitas vezes a diversos tipos de violência.

Como um dispositivo histórico, a sexualidade é construída através de um discurso que regulariza e normaliza saberes que produzem verdades. No processo, as relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo servem como fatores limites para que a heterossexualidade estabeleça a construção social das práticas de identidades sexuais ideais para a sociedade. Segundo Foucault (1988), os limites

³ Palestra proferida no seminário internacional “Enlaçando Sexualidades”, no dia 29 de maio de 2009, artigo a ser publicado pela editora Garamond.

para a compreensão da sexualidade são inerentes ao gênero e aos sexos e suas implicações quanto às categorias homem e mulher, feminino e masculino sobre corpos e papéis sociais. A construção da masculinidade como categoria incorpora marcas históricas de ideologias e poder.

Para Bozon, o jovem é levado muito cedo a provar para a sociedade a sua masculinidade.

Na maioria das culturas, a masculinidade é regularmente submetida ao desafio dos pares e deve ser ininterruptamente manifestada através da rejeição a comportamentos femininos ou afeminados, bem como por meio da virilidade permanente no desempenho sexual, da iniciação sexual que não deixe qualquer espaço à suspeita da homossexualidade. (BOZON, 2004, p. 28-29).

A masculinidade passa a ser uma fabricação simbólica de poder em que determinados comportamentos são admissíveis para dar ao homem valores viris e status moral.

Apesar de todas as mudanças sócio-estruturais e todos os movimentos que continuamente contestam a hegemonia masculina, a mesma ainda funciona como bússola de orientação para a construção de identidades em diversos segmentos sociais. (OLIVEIRA, 2004, p. 285).

Em contrapartida, Ceccarelli afirma que o homem moderno vive dramas profundos de identidade, a mulher se depara com novas formas de se expressar no papel feminino e a sociedade se escandaliza e reage chocada ao descobrir a expansão das orientações sexuais classificadas como perversão sexual. Longe de ser uma realidade objetiva calcada em elementos anatômicos e biológicos, a masculinidade precisa ser pensada a partir das noções de dependência cultural, dentro da qual emergem os papéis clássicos da feminilidade.

Segundo Ciccarelli (2009), em entrevista concedida à Revista Troppo, do Jornal "O Liberal", de Belém do Pará,

A Antropologia é rica em observações e conclusões que mostram que o trajeto em direção à masculinidade deve ser construído, o que é feito através de rituais próprios a cada cultura, e também que o risco de perder esta masculinidade está sempre presente.⁴

⁴ Disponível em: < <http://ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/html/sexoeternoenigma.htm> >. Acesso 01 jul. 2009.

Os discursos gerados a partir da existência dos pares opostos no cotidiano das pessoas fortalecem o papel da masculinidade como suporte ideológico da humanidade, naturalizando e justificando as posições e a dinâmica das relações entre os sexos na sociedade; acentuam as diferenças de papéis entre homens e mulheres; ratificam a heterossexualidade como conduta normal nas relações afetivo-sexuais entre os sujeitos. Para Boromo, Barbosa e Trindade (2008), o pensar a identidade masculina parte de antigos padrões e valores que são estabelecidos ao homem, como virilidade, poder e agressividade, que estão em crise na contemporaneidade por passarem a ser relativizados.

Na concepção de Nolasco (1995), é a desconstrução do discurso linear que se insere a oposição entre o masculino e o feminino. A tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres, na contemporaneidade, está em xeque porque o homem, hoje, não pode mais ser considerado o único provedor de uma família, nem à mulher cabe o cuidado exclusivo da educação do(a) filho(a) na rotina doméstica. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, houve uma reorganização dos papéis do pai e da mãe na dinâmica familiar. Se antes o homem não demonstrava habilidades para cuidar dos filhos, papel que era ensinado às mulheres através de atividades lúdicas desde a infância, a nova realidade o convida a repensar a possibilidade.

Numa leitura sobre os papéis sociais dos sexos, Vanessa Matos, mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que vivemos numa sociedade historicamente marcada pela dominação de gênero, “em que as construções simbólicas e as elaborações culturais se materializam em práticas sociais hierarquizadas, no caso o masculino sobrepõe-se ao feminino”⁵. A homossexualidade, no contexto do dispositivo das diferenças sexuais, representa uma alternativa da sexualidade onde dela se exclui teoricamente a ordem procriativa. Para a sociedade, filiação é sinônimo da norma heterossexual. “A partir da tríade heterossexualidade, casamento e filiação” (ARÁN; CORRÉA, 2004, p. 333), a sociedade definiu as bases da sexualidade procriativa e excluiu os laços afetivo-sexuais dos homossexuais como transgressores de limites.

A equação entre reprodução e sexualidade seria uma das bases de várias correntes de pensamento e cosmovisões que estigmatizam a relação homossexual,

⁵ Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1517/1643>>. Acesso em 12 set. 2009.

excluindo-a das relações de gênero. Bozon (2004), em Sociologia da Sexualidade, evidencia que no Brasil, como em outras culturas, a metáfora alimentar continua sendo amplamente utilizada nos papéis sexuais. O verbo “comer” é utilizado para indicar a ação e o papel social daquele que penetra, enquanto o verbo “dar” remete-se a aquele(a) que é penetrado. Todo comportamento sexual é percebido a partir dessas categorias, onde a passividade e atividade estão estritamente associadas ao feminino e ao masculino. Porém, o masculino não se define apenas em relação ao feminino, mas também em relação ao próprio masculino não ativo.

O homem que mantém relações com outro homem também sofre a classificação como ativo e passivo de acordo com o papel desempenhado na relação – o que imita a passividade feminina é aquele que “dá”. Aquele que desempenha o papel ativo não é considerado homossexual, pois preserva de maneira total a sua identidade masculina porque hierarquicamente é considerado o protetor, chefe ou dominador, em que o outro pertence a ele.

Apesar de toda a revolução sexual e movimentos homossexuais por igualdades de direitos, a construção da masculinidade e os comportamentos masculinos, como "homem tem que transar com todas as mulheres senão é bicha", ainda se constitui o perfil sexual do macho contemporâneo na construção dessas identidades. Não podemos deixar de observar a subjetividade que impera em cada comportamento porque não estamos trabalhando com sujeitos abstratos, mas com individualidades que estão inseridas em um contexto cultural fortemente armado de significados que delimitam as fronteiras simbólicas do que a sociedade espera para a masculinidade e para a feminilidade, para o ativo, assim como para o passivo.

O componente simbólico, apreendido na linguagem, não é apenas parte integrante da vida humana, mas é seu elemento constitutivo, [...] o caráter inconsciente dos costumes internalizados sem que os indivíduos percebam. Uma abordagem que permanece fecunda para a apreensão do mundo social, por articular dialeticamente as dimensões objetiva e subjetiva. (SARTI, 2004, p. 14).

Nas relações homossexuais, as marcas desiguais de poder e confronto dos ideais de masculinidade e feminilidade estão presentes. (PARKER, 1994). A sexualidade se caracteriza pela complexidade dos desejos que vão além das funções masculinas ou femininas. Para Phillipi (2005), o ser humano adquire estatuto desejante quando rompe o vínculo com o seu primeiro objeto de amor, apreende as normas da lei e

delimita os caminhos para o desejo. Como objeto do desejo, a sexualidade às vezes extrapola qualquer finalidade biológica quando procura o prazer pelo prazer do desconhecido, do impossível e pelo próprio desejo.

Os humanos são os únicos animais cuja sexualidade é organizada por uma disfunção, uma vez que a escolha do objeto é regulada não por uma identificação dos traços específicos de um parceiro, mas pela perda ou renúncia do objeto primordial. [...] Feminino e masculino são posições de gozo que se instituem nos seres falantes – homens e mulheres- pelo modo que se inscreverem, como sujeitos, na função fálica. O que define o masculino/feminino são as posições subjetivas pela qual se declaram sujeitos. A sociedade cria estereótipos do homem e da mulher fixo em representações limitadas pela lei. (PHILLIPI, 2005, p. 27- 29).

Não se pode reduzir a sexualidade humana ao sexo biológico, pois a mesma não atende somente aos apelos corporais, mas também aos apelos afetivos e relacionais que extrapolam a anatomia dos corpos. Um corpo com caracteres de macho não indica que o sujeito esteja na sua posição masculina, nem tampouco as características femininas definem uma mulher. Para Guacira Louro (1997), o indivíduo pode ter desejos e prazeres sexuais de diferentes formas, de acordo como ele vive a sua sexualidade:

[...] com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. (LOURO, 1997, p. 26).

Dentro do contexto sócio-cultural heteronormativo, as diferentes formas de expressar os desejos e prazeres são codificadas e legisladas de acordo com o que é permissível ao macho e à fêmea dentro do cotidiano da sociedade onde estão inseridos. A identidade de gênero é definida por relações sociais que moldam a masculinidade e a feminilidade a partir de redes de relação de poder da própria sociedade. Poder-se perceber que os “Gestos, movimentos, sentidos produzidos no espaço escolar por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos.” (LOURO, 1997, p. 61). A possibilidade de o indivíduo definir a sua sexualidade, seja ela masculina ou feminina, parte dos dispositivos estratégicos impostos nas formações discursivas que se articulam concretamente na vida social.

A sexualidade, por ser um processo complexo que envolve sexo e gênero, sofre compreensões diversas por se estruturar a partir de matrizes que hierarquizam os sexos e condicionam a heterossexualidade “normal” a assumir uma hegemonia

frente aos desiguais, considerados “anormais”. Phillipi (2005) enfatiza que a relação sexual se dá de forma desigual, ou seja, o "homem" penetra e domina e a “mulher” ou a "bicha" é penetrada e dominada, porque o ser que penetra é o masculino, dominante, enquanto que o ser penetrado é efeminado, dominado, inferior.

Heilborn e Brandão (1999, p. 8-9) advertem que “talvez a sexualidade ainda encontre resistência ao seu desenvolvimento, em razão do lugar privilegiado que detém no cerne dos valores associados à intimidade moderna”, o que pode ser entendido sobre o olhar dialético de correntes políticas que, nas sociedades ocidentais, se formam e vêem a sexualidade através de mecanismos fisiológicos e de reprodução e outras que buscam problematizá-la através do instinto sexual que envolve contatos corporais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferentes ligados ou não à atividade reprodutiva, mas que, na intimidade, são gamas de símbolos, comportamentos e fatores ligados à expressão que geram tensões e que respondem às abordagens culturais e constroem os papéis sociais da sexualidade.

O corpo é uma espécie de substrato ao qual a cultura se superpõe, alterando, modelando os comportamentos, as experiências sexuais. De acordo com Peret (2005), em primeiro lugar está a valoração da diferença entre o feminino e o masculino, a diferença anatômica entre as genitálias e características secundárias de homens e mulheres. Esperma, ejaculação, pelos corporais versus menstruação e parto tem sido visto há gerações como fatores determinantes de uma diferença não apenas de papéis de reprodução, mas de postos na hierarquia social.

Nesse sentido, é necessário identificar mediações de vínculos que em cada momento histórico definem o que seja sexual e de que modo se articulam com as classificações de gênero, com a reprodução e com o parentesco, bem como as significações que estão ligadas à sensualidade e à sensibilidade. Para Heilborn (2004), é preciso também se levar em consideração o tempo prolongado de vida e a otimização como fonte de prazer. O corpo e o sistema de valores entrelaçam-se ao poder e estabelecem paradigmas para compreensão da sexualidade centrada em padrões de homogeneização e igualdade.

Juberg (2001) explica que o estudo da sexualidade humana engloba diversas acepções que entendemos por identidade sexual, passando desde o sexo biológico, o sexo psicológico ou sexo de criação, até a identidade social de gênero e as ideologias que formam a identidade cultural. Como as demais dimensões da identidade, a sexualidade não se refere apenas ao sexo genital ou às relações

sexuais, mas adquire nas sociedades modernas forma fluída e inconstante, amparada por marcas biológicas. Diferente dos outros animais, o ser humano, além dos fatores biológicos, atua sexualmente segundo padrões de comportamento que lhe são ensinados e transmitidos como valores e bens.

Para compreender o papel da sexualidade na construção da identidade social de homens e mulheres homo ou heterossexuais, é preciso aprofundar e diferenciar os termos sexo, gênero e sexualidade. É comum elaborarmos conjuntos de postulados em torno de tais conceitos com regras, interdições, permissões e rupturas, transformando o ato sexual num tabu. Confundimos sexualidade ou orientação sexual e as diferentes possibilidades de prazer na prática sexual com o que se faz na relação sexual. Não percebemos que identidade de gênero e sexual são elementos que dão identidades diferentes para cada indivíduo.

Um homem gay é macho e masculino sem prejuízo da sua condição sexual, pelo menos foi o que ficou compreendido durante as minhas entrevistas com pais homossexuais. Tal reflexão se apóia na base empírica desta dissertação, quando identidades de sexo e gênero não necessariamente minimizam identidades sexuais, como se ilustra a seguir:

“[...] muitas vezes até mulheres amigas minhas assim já ficaram, já fizeram de tudo (risos) pra ter sexo comigo. Porque eu sou uma pessoa que enxergo, compreendo-as, sou cavalheiro, não é?! [...] não sei entrar ou sair de um ambiente em que eu passe na frente de uma mulher. E eu vejo amigos meus né?! [...] Machos que não tão nem aí, não dão a mão pra ela descer de um ônibus, de um carro. Não abrem uma porta pra ela entrar. A mulher, queira ou não queira, a mulher é uma coisa sensível, é uma coisa muito linda.” (R.M.C, 47 anos.).

“Eu não tô olhando o lado que eu sou um homossexual, eu sou um homem, só tenho a minha opção sexual. Então eu tô olhando isso normal, encarando normal.” (J.P., 48 anos)

“[...] infelizmente, a mulher ainda é quase uma... um arremedo de um homem, né?! Até porque, eu não vejo com bons olhos a tomada de posição desse feminino... feminista, porque parece que as mulheres tão tomando pra si um papel que não é delas, elas não podem se masculinizarem, elas tem que ser cada vez mulher. E não tomar emprestado do homem o que há de pior neles.” (A.N.C., 39 anos).

A visão dos entrevistados, ao evidenciar a sexualidade, não está vinculada ao sexo como fator biológico, mas através dos papéis sociais, ou seja, remetem ao

gênero. Em nenhum momento negam o papel masculino estabelecido pelo social ao macho, como galanteadores, protetores, fortes e viris em relação à mulher. Para eles, a mulher ainda continua sendo vista como o sexo frágil, sendo percebido durante as entrevistas, através das expressões, que muitos são machistas perante movimentos de emancipação feminina, como se colocou o terceiro entrevistado ao se referir às conquistas femininas na contemporaneidade.

O que, nas suas expressões e falas, deixam claro em relação à sua condição sexual é que as identidades variam de pessoa para pessoa e são interseções de diversos fatores. Nem todos precisam trazer consigo as adjetivações impostas pela sociedade para definir um homem homossexual, como “bicha”, “boiola”, “mulherzinha”, nem assumir o papel que subjetivamente não lhe cabe por ser homem.

No campo das diversidades, podemos refletir sobre as diferentes possibilidades de representação da sexualidade. A imagem do macho refletida na postura do corpo robusto, na visão dos entrevistados, pode acabar colocando em dúvida as suas próprias potencialidades viris. Às vezes utilizam estereótipos de varão através da sua musculatura porque está na performance da sociabilidade, sem qualquer reflexão de si (corpo individualizado). Na linguagem do corpo gênero, a cultura faz as formas dos corpos machos e fêmeos para a sociedade nas mais diferentes definições.

Connell (1995) entende a masculinidade como corporificações por meio de práticas sociais e em culturas distintas que num processo histórico evidenciam as experiências concretas dos homens.

A masculinidade é uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. [...] Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. (CONNELL, 1995, p. 188-189).

Os comportamentos gays, no plano da sexualidade, são inadequados para os modelos de masculinidade e para as regras sociais que entendem que a masculinidade representa posição ativa e os homossexuais englobam os homens que mantêm uma posição passiva, ou seja, eles fogem das práticas masculinas e extrapolam o que legitimamente é estabelecido para o homem. Segundo Toneli e Adrião (2005), em trabalhos diversos sobre masculinidade, o modelo ideal toma

como norma o homem branco, heterossexual, oriundo de classes dominantes, fortes, viris e provedores. Essas características qualificam os comportamentos masculinos heterossexuais socialmente aceitos e desqualificam os masculinos homossexuais, gerando estereótipos com imagens negativas de promiscuidade, assim como prejulgamentos que os tomam como doentes ou com falhas de caráter moral.

Durante as entrevistas, alguns pais homossexuais não negam a existência dos papéis culturalmente estabelecidos para os homens, afirmando que os gays também os seguem, deixando bastante evidente que os valores e normas estabelecidos pelo social heterossexista são por eles também assimilados e executados, conforme alguns relatos.

“Ser gay, como você fala, é uma opção, mas eu não deixei de ser o homem, porque aquela opção fica entre quatro paredes, de fora daquele espaço eu sou homem como qualquer outro” (U.B.F., 28 anos).

“[...] Eu não sou homossexual pra scandalizar, eu não sou homossexual pra quebrar tabus, eu não sou homossexual pra... por rebeldia. Não! Eu sou apenas uma pessoa que me sinto bem hoje, com um outro homem do meu lado, mas que seja um bom companheiro, que me tenha fidelidade, que me seja uma companhia agradável, respeite minha família, respeite meus filhos, respeite o nosso lar.” (E.M.P., 53 anos)

“Toda vida fui uma pessoa séria, como eu sou até hoje entendeu? Eu não gosto de andar assim, das coisas scandalizadas, né? Eu sou um gay, mas sou um homem entendeu? O que eu procuro viver, num posso dizer que eu não sou um homem. Sou um homem. Eu não sou um travesti, também não quero, não gosto, não gosto de ficar com um caso, agarrando ali, agarrando aqui naquela agonia toda, não.” (J.P., 48 anos)

Através dos discursos, pude perceber que a masculinidade é vista como referencial simbólico que modela os corpos sexuados cujo funcionamento deriva dos hormônios e de metabolismos específicos destinados pela natureza ao homem que, por sua vez, carregam as insígnias de um determinismo histórico e cultural do que é ser macho. Segundo Heilborn (1999), a cultura transforma os corpos em entidades sexuadas e socializadas por intermédio de redes de significados onde estão inclusos a questão de gênero, orientação sexual e parcerias.

A homossexualidade é uma questão bastante complexa e deve ser estudada e percebida sobre vários vieses. O homem homossexual, por exemplo, não é aquele

que necessariamente tem os traços femininos, a sociedade é que criou este estereótipo e faz questão de alimentá-lo. Em depoimentos um pai heterossexual e de um educador devem isto bem evidente:

“Eu acredito que para a homossexualidade existem dois caminhos. O primeiro é através da má formação genética, devido à produção errada de hormônios ou coisa parecida. O segundo trata-se daquela velha e verdadeira história que diz que homem é produto do meio e, o meio que o sujeito vive até chegar à sua vida adulta não é apenas o familiar e nesse caso cabe aos pais o dever de orientar e até mesmo corrigir qualquer desvio.” (M.S.R., 37 anos)

“Quando trabalhava como professora da educação infantil, apreciei a relação de um casal com filhos adotivos, onde o pai era extremamente feminino, afetivo e a mãe apresentava um comportamento mais empreendedor, ativo. [...] Em outro caso o pai não apresentava posturas afeminadas, mas era ele quem cuidava diretamente do filho adotivo.” (T.C.M.L., 51 anos)

A identidade da sexualidade é fruto de um discurso que acaba descrito nas normas ortodoxas e calcado em preconceitos. Ser gay não é se tornar mulher. Virilidade não prova masculinidades, nem o homem que gosta de arrumar a casa, fazer comida, lavar as louças e roupas precisa ser oficialmente gay. A sociedade cria os estereótipos do “ser” e comportar-se como homem – macho, másculo – é uma representação construída culturalmente na história de homens e mulheres.

2.2. A Sexualidade como Identidade Social: Diferenciação Valorativa entre Homossexuais e Heterossexuais.

O campo contemporâneo das Ciências Sociais, principalmente a Antropologia e a Sociologia, torna-se cada vez mais vasto à discussão de processos identitários abordando a sexualidade como uma construção social, marcada por polissemias que devem ser circunscritas ao contexto que lhe confere sentido. Heilborn e Brandão (1999) explicam que entre as ciências sociais, a Antropologia tem maior proximidade com o tema da sexualidade por existir etnografias clássicas que descrevem práticas

sexuais de sociedades primitivas. Desde o início do século XX, já se investigava a dimensão da sexualidade no esforço de conhecer as diferentes modalidades de organização social peculiares a cada agrupamento humano. Enquanto objeto de estudo, a sexualidade inseria-se num conjunto de regras que regulavam a reprodução biológica e social de cada comunidade.

A partir dos anos 60, com a dissociação entre sexualidade e reprodução a partir dos métodos contraceptivos e até a década de 80 com o advento do vírus HIV/AIDS, novos impulsos às práticas investigativas sobre os sistemas de representações sociais ligados à sexualidade se expandiram para outras ciências. Elegeram-se questões relacionadas à intimidade, vida privada e a sexualidade como construção da pessoa moderna e como constituição das identidades. Da Sociologia emergiram campos investigativos com grandes inquéritos sobre o comportamento sexual da população.

A epidemia da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e da AIDS representa fenômeno global, dinâmico e instável, cuja forma de ocorrência nas diferentes regiões do mundo depende, entre outros determinantes, do comportamento humano individual e coletivo [...]. No início da epidemia, o segmento populacional constituído dos homens que fazem sexo com outros homens — homossexuais e bissexuais — foi o mais atingido. No ano de 1984, 71% dos casos notificados eram referentes a homossexuais e bissexuais masculinos. (BRITO; CASTILHO; SZWARCWWALD, 2001, p. 207-209)

A epidemia da AIDS, no plano social e político, é vista como uma “cultura gay” e, segundo Terto (2002), o começo dos anos 80 é identificado como um “câncer gay”. Num primeiro momento, a proliferação dos HIV/AIDS é vista como desorganizadora de toda uma estrutura social, mas, segundo Mello (2005), num segundo momento, contribuiu para disciplinar os corpos, impondo direta ou indiretamente ordem entre os sexos, fortalecendo a luta dos homossexuais pelo reconhecimento da legitimidade e da legalidade das relações amorosas estáveis, demandando afirmações dos seus direitos. Igualmente, Heilborn (2004) evidencia o período e acrescenta que o advento da AIDS introduziu modificações também no mercado homossexual masculino, tornando a vida mais estável em relação à quantidade de parceiros e possibilitando contatos sexuais com pessoas de outros estratos sociais e de faixas etárias diferentes, apesar de permanecer o estigma da “caça sexual” e do “desfrute” como pano de fundo.

Na contemporaneidade, estamos vivenciando a existência de uma crise da identidade sexual em que estão presentes as incertezas e indefinições cada vez mais acentuadas nos papéis masculino e feminino. No cruzamento de fronteiras são construídos os mais diversos papéis híbridos para o macho e para a fêmea, permeando a possibilidade de sexualidades alternativas. Não nos esqueçamos que estamos falando de sexualidade e da vida amorosa homossexual dentro de uma sociedade marcada pela influência histórica da religião, principalmente a judaico-cristã, que condena qualquer conduta sexual diferente de um padrão estabelecido em seus códigos morais e éticos.

De fato percebe-se que desde o advento do cristianismo, os homossexuais convivem com a intolerância. O papel da religião foi a de aquiescer às relações heterossexuais dentro do matrimônio, qualificando a contracepção, o amor livre e a homossexualidade como comportamentos moralmente inaceitáveis, que desvirtua o importante sentido da sexualidade. (CHILETTO, 2007, p.50).

Religiosamente, o macho se confunde com o masculino e a fêmea com o feminino, sendo outro padrão de conduta social tratado como anormal e pecaminoso. Os homossexuais, assim, são vistos como aqueles que assumem papéis invertidos e uma sexualidade desviante. Por buscarem satisfação sexual com pessoas do mesmo sexo são considerados pela doutrina religiosa como desviantes e pecaminosos. O papel da religião enquanto instância regulada da sexualidade nutre e sustenta uma política social dos desiguais e a sociedade não consegue ver no homem homossexual a sua masculinidade, o mesmo ocorrendo com a mulher.

Cada indivíduo dinamiza sua sexualidade a partir de seus desejos, orientações e escolhas. Welzer-Lang (2001) chama atenção para o momento em que se passou a definir os indivíduos por meio do desejo sexual, e não mais por meio dos órgãos genitais. Foi através da heterossexualidade que se impôs o desejo pelo sexo oposto como forma natural de sexualidade. A relação de poder manifesta nos processos de constituição e definição da identidade pessoal e da diferença social subordinou a homossexualidade aos padrões e às regras de normalidade social.

Através de atributos físicos, morais e psicológicos, definidores das orientações sexuais, a sociedade, de forma muito simplista, rotulou o que seria uma identidade homossexual e heterossexual, sendo que para os heterossexuais coube

o papel condutor dos comportamentos sexuais e a identidade “normal”, enquanto para os homossexuais, as patologias e a identidade de “anormais”, sem que se compreendesse a complexidade da identidade pessoal para a sexualidade.

Entrevistando educadores e pais heterossexuais sobre essa questão dos homossexuais serem anormais ou uma patologia, a maioria representa, como anormalidade. Alguns assim se colocaram:

“Para mim é uma anomalia, que envolve as questões da genética.” (C.V.A.A, 43 anos.)

“É como falei anteriormente, ainda não há algo que realmente comprove tal opção. Portanto nem patologia nem anomalia, mas culturalmente se julga como anomalia/aberração.” (T.C.M.L., 51 anos)

“Pode ser uma patologia ou uma anomalia, sendo que a segunda causa nos dá sentimento de culpa.” (M.S.R., 37 anos)

“Ser homossexual é uma “anomalia social”... Não há como explicar.” (S.R.F, 33 anos.)

“Penso que seja uma anomalia, pois neste meu tempo de vida sempre ouvi falar que homossexualidade é algo opcional e não patológico.” (M.V.S.R.44 anos)

Madureira e Branco (2007) questionam a definição do que constitui a anormalidade por ser essencial para que se possa definir a normalidade. Na identidade heterossexual existem marcas da outra identidade, que chamamos de homossexual, que para a maior parte da sociedade é considerada deteriorada e anormal, mas não define o que seja anomalia porque o sexo não pode ser dissociado das experiências de gênero entre os sujeitos. Os discursos revestem-se, sobretudo, pela expectativa do vínculo genético evidente entre as partes e no modo como homens e mulheres constituem a própria subjetividade e os papéis sociais. Se a homossexualidade pode ser considerada uma anomalia genética, como declara um de nossos entrevistados, pressupõe-se que o indivíduo já nasça com essa deformação.

O que é ser “gay” num momento sociocultural em que vivemos marcados por enormes fragmentações e fragilizações do campo das identidades? A visibilidade da pluralização de comportamentos sexuais e de gênero explica a complexidade das produções capazes de compreender o universo sexual homoerótico em um processo

de acelerada transformação. Dentro do imaginário social, o “gay” ainda é tratado como “doente” e a homossexualidade como uma “peste”, mesmo que, aos poucos, tenha conquistado maior respeito social e de si mesmo.

“Então assim, eu vejo que muitos ao sair de tanta coisa que se focaram a aceitação, também faz em caminhos completamente estreito, de degradação, de humilhação, de drogas, de promiscuidade, e é isso que eu sempre me neguei, e assim até com alguns amigos, eu recebia muitas críticas de homossexuais, porque eu não tinha esse tipo de vida né? [...] No meu ambiente de trabalho o que interessa é minha competência profissional. Na minha família são outras questões que interessa, né? Os meus amigos são outras questões que me interessa. Então, pra qualquer reação vai se definindo assim: não, porque sou homossexual, eu acho que o preconceito já vem de você, né?” (H.B., 45 anos)

“Eu já tinha homossexualidade, mesmo que latente, mas tinha, eu só não sabia administrar isso, precisei passar por um casamento, precisei conhecer a relação heterossexual, pra continuar sentindo a necessidade de uma relação homossexual.” (E.M.P, 53 anos.)

Nos discursos acima, percebemos as fragilidades, incertezas das identidades sexuais e tensões, mesmo com todos os avanços de reconhecimento social do movimento homossexual; os debates sobre sexualidade, gênero ou mesmo as transformações no plano da cultura, tentando superar politicamente a oposição “moderna” entre heterossexuais e homossexualidade, não abrem possibilidades de uma perspectiva pós-identitária em que os gays têm desenhado contornos, ainda, de masculinidade heterossexual.

2.3. Sexo Versus Gênero: Diferenças e Desigualdades Identitárias das Sexualidades

Nas últimas décadas do século XX, muitos pesquisadores das áreas das ciências humanas, da psicologia e da medicina procuraram explicar a relação entre a expressão social da masculinidade e da feminilidade e os aspectos físicos e biológicos da constituição homem e mulher. Na década de 70, sexólogos, como John Money, popularizaram a idéia de que sexo e gênero são categorias distintas.

Sexo, diziam, se refere aos atributos físicos, anatômicos e fisiológicos presentes no homem e nos demais animais, enquanto o gênero é a transformação psicológica do “eu” e as expressões comportamentais a partir da convicção da função sexual, associada ao desejo, desempenhada na sociedade, existindo somente entre os humanos. Os corpos humanos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual, pois o sexo está diretamente ligado ao fator biológico, à hereditariedade, às diferenças anatômicas entre o macho e a fêmea, mas também aos fatores culturais da sociedade em que o indivíduo esteja inserido.

Segundo Mott (2000) existem seis principais significados que o termo sexo pode assumir no discurso científico:

1. **Sexo genético:** decorrente dos cromossomos, o código biológico mediante o qual cada pessoa terá suas próprias características físicas, e que ao se reunirem dois cromossomos XX, o indivíduo será fêmea ou se a união dos cromossomos for XY, nascerá macho;
2. **Sexo gonadal:** composto pelas glândulas responsáveis pela diferenciação dos dois sexos – no homem representado pelos testículos, que produzem os espermatozoides e os hormônios masculinizantes (testosterona) e na mulher pelos ovários que produzem os óvulos e demais hormônios responsáveis pelas características sexuais femininas (progesterona);
3. **Sexo anatômico:** é o aspecto exterior do corpo humano que distingue o aparelho sexual da mulher (vulva) do órgão sexual do homem (pênis), também chamados de órgãos genitais;
4. **Sexo psicológico:** conhecido como "identidade sexual" – é a forma como cada indivíduo percebe e reconhece sua própria condição existencial enquanto pertencente ao universo masculino ou feminino;
5. **Sexo social:** também chamado de "papel de gênero", a forma específica como a pessoa vai representar o personagem que cada cultura atribui historicamente a mulheres e homens através do processo de socialização;
6. **Sexo erótico:** hoje referido como "orientação sexual", ou seja, o objeto de desejo para o qual o ser humano dirige sua libido, podendo ser heterossexual, homossexual ou bissexual.

Tais definições são fundamentais para compreendermos a complexidade da sexualidade humana, porque diferente do que ocorre entre os animais irracionais, a vivência sexual nos humanos é marcada pela complexidade do córtex cerebral e a diversidade das respostas culturais. O mesmo indivíduo pode ser genética e anatomicamente macho, e, no entanto, identificar-se e viver psicologicamente, social e eroticamente como fêmea, ou vice-versa. Na construção do corpo, o sexo age como uma força reguladora que delimita espaços múltiplos de identidade.

Nesse sentido, dizer-se gay é um processo de desconstrução das imagens associadas à homogeneização da masculinidade paradoxalmente consentida pelos mecanismos de reprodução do patriarcado e da homofobia. As variações de orientação sexual e de gênero definem as dimensões sociais da vida pessoal. Em diversos estudos da Antropologia, as identidades sexuais não são definidas por critérios físicos, mas para a prática sexual, por admitir a separação entre identidade natural e social. Nestes contextos, não existe uma identidade masculina fixa, discursivamente constituída. Existem códigos sociais que identificam os possíveis papéis para o homem e a mulher, podendo ser negativos ou positivos.

Coimbra de Matos⁶ distingue sexo a partir da identidade sexual biológica com a presença do cromossomo Y que dará origem ao desenvolvimento do ser como homem, provocando a diferenciação gonádica. Na sua seqüência, as diferenciações sexuais do corpo (morfologia sexual) e das estruturas cerebrais hipotalâmicas (cérebro sexuado), através de dois aumentos da quantidade de testosterona circulante e que acontecem cerca do 4º mês de gestação e do 3º mês de vida. Na ausência do cromossomo Y, o desenvolvimento processa-se como mulher. O sujeito, mais tarde, identifica-se pelos seus órgãos sexuais externos, pênis ou vulva e distingue a diferença entre os sexos.

Enquanto Coimbra de Matos define a sexualidade através do sexo biológico, para Ramalho (2002), a identidade sexual não está pautada somente na diferença biológica, mas nas diferenças e conflitos criados nos grupos em relação às funções sociais que os órgãos sexuais desempenham na sociedade. Existem diferenças entre homens e mulheres, tanto no campo biológico como no campo sociocultural, entretanto, são diferenças decorrentes das experiências vivenciadas desde o nascimento, quando se recebe e interioriza normas, comportamentos e valores

⁶ Antonio Coimbra de Matos - psiquiatra, psicanalista e professor convidado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Lisboa e do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

exibidos por outros. Isto é observado quando distinguimos para o menino a cor azul, a bola, o carro, o peão e os nomes fortes e másculos; para as meninas, a cor rosinha, a boneca, o fogão, as roupas e ornamentos delicados e os nomes meigos e melancólicos.

O tabu do incesto em Levi Strauss (1976) assegura não apenas a reprodução exogâmica da criança, mas também mantém a unidade do clã, articulada por uma heterossexualidade cultural. A reprodução da cultura e das identidades vem carregada de poder feita pela própria troca entre os sexos. Butler (2000) faz a mesma colocação quando afirma que o sexo não é simplesmente aquilo que alguém tem, mas também é uma norma pela qual alguém se torna viável, aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior dos domínios culturais.

Para Souza (2005), a diferença é essencial para a construção da identidade porque por meio dela ocorrem sistemas simbólicos de representações e relações de poder. Se para as Ciências Biológicas os símbolos representam os dois sexos em estudos reprodutivos, para as Ciências Humanas e Sociais, ser homem ou mulher é mais do que a simbologia anatômica dos seus sexos. São representações complexas que se expressam de diferentes dimensões, cujas identidades sexuais estão mais para a identidade de gênero, sem excluir as peculiaridades associadas a aspectos reprodutivos e biométricos.

Toneli e Adrião (2005) expressam a compreensão de gênero como uma categoria analítica que permite indagações sobre as dimensões construtivas dos sujeitos nas suas relações sociais, na qual se articulam desigualdades e hierarquias em torno dos corpos sexuados. O gênero interrelaciona-se com outras categorias diferenciadoras como as de classe e etnias, ordenando a vida sociocultural e individual dos sujeitos, de forma dinâmica e histórica.

Na problemática homossexual, essa interrelação também é observada nos discursos, como fica explícito na fala do entrevistado abaixo:

“Tentando ser mais analítico, eu diria que como vivemos numa sociedade racista, obviamente, que o homossexual negro é muito mais discriminado. Como vivemos numa sociedade machista, obviamente que a homossexualidade... a homossexual feminina ela tende a ser mais...ela tende a ser mais, eu não diria... desvalorizada, mas, ela é por ser mulher já desvalorizada e a sexualidade, né?! A homossexualidade na mulher é quase como uma afronta, né?! Para os homens, então eu diria que a questão da cor, e a questão do gênero são realmente dois pontos importantes para se discutir a homossexualidade.” (A.N.C., 39 anos)

Os diferentes comportamentos e condições sexuais acentuados entre os gêneros configuram-se dentro de um determinismo biológico e cultural. Para os cientistas, assim como para o entrevistado, todo o processo de construção da identidade sexual nos humanos está diretamente vinculado com a linguagem de quem detém o poder e o saber de controlá-la. Portanto, o sexo biológico do passivo ou do ativo só será identificado a partir dos traços ideológicos que o sujeito recebe da cultura.

Além de serem interdependentes, identidades e diferenças partilham uma importante característica: elas são as resultadas de atos de criação lingüística. Dizer que são o resultado de criação significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. (SILVA, 2000, p. 76).

Os signos do qual se valem a linguagem não podem ser considerados isoladamente, pois só adquirem valor ou sentido se considerarmos o seu aspecto conceitual. Para Silva (2000), a identidade e a diferença são sistemas de significações culturais construídas e determinadas por processos discursivos e simbólicos. São os estereótipos culturais das identidades e diferenças sexuais que fundamentam a construção social do sexo. A cultura põe socialmente em palco a diferença sexual e a sexualidade, distingue o feminino e o masculino, o macho e a fêmea, determina, aprova ou reprova comportamentos ora como masculino, ora como feminino, mas cria também outros mecanismos de controle e marginalização social. “A reprodução de estereótipos [...] alinha-se a uma cultura que tende, se não necessariamente a apoiar, muitas vezes silencia sobre discriminações”. (CASTRO; AMBRAMOVAY, 2003, p.1).

Podemos perceber tais mecanismos através da diversidade, não somente sexual, mas cultural, em que os papéis estão socialmente submetidos através das vozes dos entrevistados, como apontam abaixo:

“Eu acho que no caso dele vai ser assim, de enfrentar isso na sociedade com maior tranquilidade, por que ele já passou uma discriminação por causa do problema da deficiência visual, ele tem a baixa visão,[...] Então desde pequeno em escola, né? E até nas brincadeiras com os meninos, isso vê o tempo todo né? E aí os apelidos depreciativos, tudo isso.[...]. Então eu acho que se algum dia surgir, pela questão do pai ser homossexual, alguma

questão de discriminação, acho que ele já vai lidar de uma outra forma, por ele já ter vivenciado o que é discriminação e preconceito com ele.” (H.B., 45 anos).

Todo o processo cultural também é o resultado de um processo de produção de um discurso simbólico que define e impõe um determinismo biológico aos comportamentos humanos. Historicamente, qualquer anomalia serviu para desqualificar aqueles considerados anormais, tanto do ponto de vista corporal, quanto intelectual. Ser filho de pai homossexual, no caso do filho do entrevistado acima, não muda muito a sua condição, já que traz um problema maior, que é a deficiência física, e nas brincadeiras depreciativas entre os colegas seu estado está à margem do poder. As marcas biológicas e socioculturais são definidas desde o nascimento, quando os valores exibidos são processados, assimilados e ressignificados, como forma de adaptação social.

As identidades e diferenças precisam ser pensadas como construções culturais que estão ligadas a um sistema de representações que se constitui num conjunto de teorias segundo as quais diferentes grupos nas sociedades derivam de limites ou privilégios inscritos na constituição biológica.

Desde 1970 muitos estudos lidaram com o binômio sexo/gênero, entendendo que sexo representaria a anatomia e a fisiologia (natureza), enquanto gênero representaria as forças sociais, políticas e institucionais que moldam os comportamentos e as constelações simbólicas sobre o feminino e o masculino. Assim, questionava os significados psicológicos e culturais das diferenças, não o domínio do sexo físico. No entanto, novas abordagens, hoje identificadas com as correntes pós-modernas, passaram cada vez mais a desconfiar de oposições binárias como natureza/cultura e sexo/gênero. (CITELLI, 2001, p. 133).

Nos papéis sociais, a função de cada sexo é construída conforme os padrões de diferenciação cultural da sociedade em que o sujeito estiver inserido. Portanto, a heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade são condições construídas. “Buscar um gene gay ou uma configuração específica para esta ou aquela condição envolve uma série de respostas que não estão nos fatores orgânicos, nem podem ser explicados exclusivamente pela biologia.” (FAGUNDES, 2005, p. 16-17). Scott chama a atenção para os sistemas de significação e identidades, pois não há na dinâmica humana uma forma única e correta de ser

homem ou mulher. A sociedade é quem constrói os diferentes padrões de comportamento que dão identidade masculina e feminina aos machos e as fêmeas.

“[...] o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar construções culturais - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres” (SCOTT, 1995, p.75).

No sistema sexo-gênero, objetos e vocábulos conferem poderes distintos às orientações sexuais. A feminilidade e a masculinidade, uma vez subordinadas aos construtos culturais, justificam uma série de preconceitos implacáveis aos sujeitos considerados sexualmente diferentes.

“Os modelos de masculino e feminino vão existir sempre na sociedade, mesmo que não seja dentro da família. Podemos verificar inúmeros casos de pessoas que tem uma identidade sexual bem definida (homo ou não) e que foram criadas em famílias de uma só pessoa, por ser solteira, separada ou viúva.” (R. L. B. D., 50 anos).

No universo dos homens heterossexuais, o masculino-dominante e ativo é associado ao normal, porque as mulheres, o feminino-dominado e passivo equivale ao lado estigmatizado. Na visão primária da sociedade, esta divisão não se concretiza para o universo homossexual; o homem, não importa se é gay, travesti, transexual, transgênero, sempre será passivo e a mulher homossexual será vista como a masculinizada, a ativa. Porém, numa ordem inversa, de acordo como Misse (1981), o homossexual masculino e o feminino passivo correspondem a uma ordem estigmatizada; enquanto o masculino e feminino ativos equivalem à ordem normal.

A identificação das ordens, no caso dos homossexuais, se dá quando o ativo domina o passivo. O ativo e o passivo existem dentro de uma ordem simbólica e depende do momento da relação.

Muitas vezes masculinidade e heterossexualidade, por um lado, e feminilidade e heterossexualidade, por outro, são tomadas como categorias intercambiáveis, sendo o sexo e o gênero definidos pela orientação sexual (MELLO, 1999, p 63).

As identidades de gênero devem ser ampliadas a partir da instabilidade de funções. “Os sistemas de significação são subjetivos, as identidades são diferenciadas e dinâmicas, no tempo e no espaço” (FAGUNDES, 2005, p. 13). Logo,

não existem características predominantemente masculinas, nem femininas, bem como as posições ocupadas pela mulher e pelo homem numa relação homossexual.

O desejo e o erotismo determinam formas de viver a masculinidade em contraposição à representação da sexualidade feminina. “Ela é valorizada como signo de virilidade, permitindo inclusive atestar a passagem da juventude para a vida adulta”. (TARNOVSKI, 2004, p.391). A masculinidade é discutida como produto da ação coletiva validada por uma infinidade de práticas que subordinam a mulher e discriminam as relações homossexuais.

Perguntei aos pais homossexuais se uma criança precisa de um lar que tenha um pai e uma mãe para ter o modelo masculino e feminino apropriados a sua identidade sexual.

“É... Tem coisa que seria de uma mãe, que é..., pelo fato da gente tá por dois eu acabo fazendo, por exemplo: fazer uma comida, né pra ele; fazer o prato né, que é tradicionalmente o certo é mulher, muitas vezes eu faço. Eu não sei se no futuro essa falta de uma figura feminina vá acarretar algum problema. (H. B, 45 anos).

“Levo eles pra ver a mãe, todos dois. Ela vem até aqui também ver os filhos, porque uma coisa que eu não tô é separando eles, jamais, da mãe deles. Às vezes ele me, outro dia ele me perguntou: ‘papai porque você não tá com mamãe?’ Eu cheguei pra ele e expliquei, eu disse: olhe meu filho, não estamos juntos porque sua mãe não é minha esposa, entendeu? Ela não tinha condições de criar você, papai pegou, tomou e lhe criou, tá lhe criando, entendeu? Ele pegou e falou: ‘Ah sim!’. Também não me perguntou, nunca mais me perguntou nada.”(J.P, 48 anos)

O mesmo questionamento foi feito aos pais heterossexuais que assim relataram:

“Os pais servem de guia para os filhos num mundo que para eles é desconhecido. De que maneira um menino irá se comportar, quando adulto, se na infância ele presenciou seus ‘pais’, dois homens, trocando caricias?” (M.S. R., 37 anos)

“Acho que os dois modelos são importantes, tanto o masculino, como o feminino, gerando um equilíbrio maior quando ocorre esta situação. No entanto, isto não significa que um casal homossexual não possa dar uma boa formação aos seus filhos, desde que o relacionamento seja pautado no amor.” (A. P.D.C. J. 38 anos.).

Nos discursos homo e heterossexuais, as diferenciações dos papéis sexuais estão presentes na construção de determinadas formas de viver a masculinidade, a feminilidade e a sexualidade na constituição familiar e no processo educativo, apesar de cada pólo os definir de forma própria. As falas nos fornecem informações sobre os papéis dos homens, mas dão atenção especial ao papel da mulher, afirmando a posição culturalmente construída para as funções femininas.

Homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há constantemente negociações, recuos, consentimentos e alianças. Dentro das concepções tradicionais, os papéis que desempenham na sociedade não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, mas através de práticas e relações que instituem gestos, modo de ser e de estar, de agir e condutas que representam a própria identidade da sociedade.

“Minha mãe já tinha percebido, mas não tinha coragem de perguntar; meu pai também. Meu pai ficou um pouco rígido comigo, mas minha mãe não, minha mãe me apoiou. Abertamente, ele e ela, sentado no quarto chamei meu pai e minha mãe e disse: olhe, pai e mãe, a partir de hoje vou explicar uma coisa à senhora, eu sou isso e isso e isso e isso... eu sou homossexual. Eu tenho a minha opção sexual certo, e eu sou um homossexual, sou um gay. Meu pai quase caiu pra trás, minha mãe... Meu pai ficou de mal comigo durante um ano. Sem falar comigo durante um ano, mas depois ele voltou, ele viu que não tinha, mas não me pôs pra fora nem nada, sempre fui independente.” (J.P., 48 anos)

Assumir a identidade gay, no depoimento acima, afeta e interfere nas representações sociais familiares por não se respaldar nos papéis estabelecidos exclusivamente para o sexo masculino como reprodutor e perpetuador da espécie e do nome de família, esperada pelos membros da família. Carrara e Simões (2007) atribuem tais comportamentos familiares ao fato de que, nos gays, os atributos anatômicos masculino e feminino são percebidos como uma mistura de sexo e gênero, um estigma de anormalidade, ou seja, almas femininas em corpos masculinos.

Mantendo a disjunção entre orientação sexual e gênero e apoiando-se no dualismo hetero/homossexualidade, apenas alteraria o valor dos termos, contestando o estigma de anormalidade ou doença atribuído à homossexualidade. Assim, teríamos um modelo hierárquico (o primeiro) e um modelo igualitário (o último) de construção das identidades e categorias sócio-sexuais, mediados pelo modelo médico-psicológico. (CARRARA; SIMÕES, 2007, p. 71).

Os símbolos que codificam as identidades igualitárias também diferenciam e expressam valores, criam regras e lógicas individuais e coletivas. O namoro, por exemplo, é uma regra construída na educação da criança e do adolescente através da oposição entre os sexos. Nem a família, nem a escola, ou outra instituição social ensina ao jovem ou à criança a possibilidade do namoro entre pessoas do mesmo sexo. O namoro é ensinado como um rito de passagem para o casamento, possível apenas entre as pessoas de sexos opostos. Isso também é percebido durante os depoimentos, como demonstra o entrevistado abaixo:

“[...] Tomar consciência plena, minha pessoal, da minha condição, da minha necessidade da relação objetiva, tomar essa decisão do que propriamente romper com o casamento. Pode parecer um pouco frio, cínico essa coisa de dizer, terminar um relacionamento que durou entre namoro e noivado dois anos, e entre casamento onze anos, onde teve dois filhos e hoje dizer que foi mais fácil romper com o casamento do que propriamente assumir minhas convicções.” (E.M..P., 53 anos)

A prática da sexualidade não é ensinada através da atração entre as pessoas, seja do sexo oposto ou do mesmo sexo, ou pelos dois sexos com intuito de obter prazer, o que levaria posteriormente aos desejos dos corpos. O conflito fica evidente no depoimento acima. Para ele, a felicidade não necessita ser a relação exacerbada com o sexo, uma vez que se define pela busca de si mesmo.

“A única coisa de diferente é que não é um casal de calças e saias, é um casal de duas calças e ponto final. O que eu quero, é o que todo mundo quer no mundo. É acordar de manhã alegre, feliz, com um companheiro que você divida tarefas, que você possa dizer: hoje eu não posso ir ao banco e você pode, por favor, vá. Como eu fiz com a minha esposa durante onze anos; Como eu estou fazendo hoje com o meu companheiro... Só que ele não se chama Maria.” (E.M.P., 53 anos).

A necessidade da admiração, do companheirismo, do compartilhar, principalmente de ser cúmplice na relação está presente na fala. Durante a entrevista, nas suas expressões, explicitava um sorriso terno pelo companheiro, pela relação e pelo próprio corpo, sem que houvesse uma relação narcísica de amor incondicional ao ego. Foucault (1984) define a sexualidade como algo que nós mesmos criamos e conduzimos, ou melhor, para ele, os nossos desejos instauram formas diversas de relações, de amor e de criação. É através da orientação afetivo-

sexual e das experiências pessoais dos sujeitos que podemos definir a construção social da homossexualidade ou heterossexualidade.

Para Giddens (1993), Louro (1997) e Weeks (1999), a sexualidade é mais do que um fator biológico imutável. É a elaboração cultural que opera em diversos campos sociais, definindo crenças, ideologias, gênero, etnias, classes e identidade. Fagundes (2005, p.14) a define como “parte integrante e intercomunicante da pessoa consigo mesma e com o outro, pressupondo intimidade, afeto, emoções, sentimentos e bem-estar”. A história de vida de cada indivíduo entrevistado não deixa de ser, é uma construção psico-social confirmada pela cultura, mas que, numa visão holística, transcende as manifestações do corpo e da genitalidade.

O sexólogo Cláudio Picazio (1998) afirma que existem quatro pilares para entendermos a complexidade da sexualidade: o sexo biológico, onde estão características genóticas (XX feminino e o XY masculino) e fenotípicas (barba e mama); os papéis sexuais, identidade de gênero (comportamentos masculinos e femininos) que variam de época e cultura e são determinados pela sociedade; a identidade sexual, onde não basta a referência biológica para o ser humano se sentir homem ou mulher, mas sim a forma como é tratado pela sociedade na construção da identidade; e a orientação do desejo sexual, quem eroticamente nos atrai afetiva e sexualmente, onde o desejo é espontâneo e não influenciável.

DaMatta (1987) e Sarti (1989) chamam a atenção para a relação entre sexo e gênero numa lógica de reciprocidade e na divisão dos espaços masculinos e femininos, onde a rua é o espaço público e do trabalho, do exercício das diversas formas de sexualidade, da infidelidade permissível ao homem, enquanto a mulher é pensada no espaço de casa, da fidelidade, do cuidado.

Ser casado ou manter um relacionamento com o outro do mesmo sexo foge a esses padrões, deixando os próprios entrevistados inseguros para assumirem as suas orientações do desejo sexual, quando, por força dos sentimentos, romperam com a ortodoxia das identidades sexuais determinados pela sociedade para o homem e para a mulher. No momento das suas entrevistas, não negaram as funções do sexo anatômico-biológico na formação dos seus filhos, nem excluíram os valores culturais do sexo social na construção da identidade sexual dos mesmos.

Considero, portanto, que a relação sexo-gênero na construção da sexualidade é um conjunto de práticas que, articuladas pela sociedade, apreende nos percursos históricos padrões de comportamento que impelem indivíduos a

repensarem as suas aptidões sexuais. Sendo íntimo e pessoal, o sexo não pode negar a fronteira que separa o universo homo e heterossexual.

Agora atravessei décadas onde determinados atitudes e comportamentos foram se mostrando ao passar do tempo, então vou citar, por exemplo: quando eu freqüentei os primeiros anos do segundo grau, determinadas atitudes físicas minhas, eu mostrava a minha homossexualidade na maneira de portar os livros em determinada e necessidades de estar mais próximas das meninas, do que dos meninos, porque achava o "papo" e a conversa das meninas mais interessantes do que dos rapazes, apesar de gostar de estar próximo dos rapazes por que me fazia fisicamente bem, essa coisa toda. (E.M.P, 53 anos).

Para os homossexuais, assumir a sua identidade sexual no espaço coletivo serviu para colocar ordem nas suas vidas como indivíduos e como sujeitos, mesmo passando por todo processo de discriminação e preconceito estigmatizados na sociedade. A antropóloga Carole Vance⁷ defende que a relação entre o ato e a identidade sexual, de um lado, e a comunidade sexual, de outro, é igualmente variada e complexa. O exercício da sexualidade é ancorado nos mais variados significados e sentidos, dados de acordo com a cultura e o período histórico.

Definir a identidade homossexual do individual para o coletivo durante a pesquisa significou compreender primeiro as transformações que vem ocorrendo nas expressões sexuais que vão além do modelo heterossexual e reprodutivo, partindo da premissa de que entre corpo e razão há uma dialética em que o corpo permanece como uma espécie de substrato ao qual a razão se superpõe. O erotismo ou as sensações do corpo dos nossos entrevistados são efeitos dessa dialética mediados pela própria formação familiar religiosa. Noto a complexidade da situação no cotidiano humano se nos reportamos às subdivisões da sexualidade expostas por Marcelo Picazio e à voz dos entrevistados. Podemos observar que as orientações sexuais e as formas diferenciadas dos indivíduos se perceberem e comportarem na construção social da sexualidade representam dar uma resposta satisfatória à cultura em que estão inseridos.

⁷ Antropóloga norte-americana mostra que as culturas fornecem categorias, esquemas e rótulos muito diferentes para enquadrar experiências sexuais e afetivas. Escreve, A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis: Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, UERJ, v. 5, nº 1, p. 7-31, 1995.

Através da fala dos entrevistados, podemos concluir que a identidade sexual se constrói dentro de um processo tenso. Em um dos pólos estão os homossexuais que, ao assumirem os seus desejos, preferências e afetividades por pessoas do mesmo sexo, lidam com as imagens negativas construídas historicamente pela sociedade em relação à homossexualidade, ainda evidenciada como anormal e patológica.

Eles mesmos, quando quebraram padrões de comportamento e passaram a se constituir não mais como meros espectadores, mas participantes ativos no investimento sobre a construção de sua identidade sexual, ao assumirem-se homossexuais, foram em busca da felicidade que não dispensa os conflitos internos e externos, nem os estereótipos e práticas desiguais que se criam e recriam no que se refere às relações de poder dentro da homossexualidade. Durante os seus depoimentos, deixam evidente que não podemos falar de homossexualidade mas homossexualidades, por apresentarem posições variadas e com marcas de diferenciação de comportamentos e pontos de vista em relação à prática sexual.

Falo de toda uma sociedade, formada na sua maioria por heterossexuais, que assegura que a identidade sexual do indivíduo não surge pronta, se caracteriza por estar continuamente adequada às necessidades de se viver num mundo em constante mudança, é formada por diferentes influências externas e respostas internas ao meio de convívio. Todavia, a homossexualidade é vista como um comportamento uniforme, singular, psicologicamente anormal ou distúrbio genético.

O sexo masculino tem sido educado para exercer uma sexualidade reprodutora, dentro de um discurso de identidade capaz de construir de forma organizada os comportamentos de gênero em que é preservada uma memória coletiva de agente valorativo, dos usos e costumes do senso comum. Logo, as identidades se perdem em função dos processos de integração cultural que atravessam fronteiras heteronormativas e singularizam comportamentos diferentes. Os símbolos, comportamentos e fatores ligados às expressões da sexualidade são definidos pela sociedade em termos cartesianos pelos conceitos binários de oposição e exclusão.

O homem homossexual, dentro do estudo sobre identidades sexuais, jamais poderá ser pensado como invertido ou feminino, não pode ser isolado dos papéis culturalmente constituídos para os homens, nem ser uniformizado nas experiências sexuais, por existir, dentro da própria homossexualidade, princípios identitários que

formam uma complexa rede de identidades, de gênero e sexualidade. Um homem homossexual continua sendo homem e pode ter uma conduta masculina sem prejuízo de sua orientação sexual, ser másculo e desprezar os homens que manifestam um discurso efeminada. Através dos pontos de vista dos entrevistados, pude perceber que a homossexualidade não lhes tira nem o poder de ser machistas e que o homem que se disfarça de mulher nega a sua própria sexualidade e as possibilidades de ser respeitado em meio às identidades sociais.

Através da fala de alguns entrevistados homossexuais pude observar que não foi fácil tomar consciência plena, da sua condição. O que não deixa de ser uma contradição para sociedade esta auto-afirmação pública de ser gay e assumir suas próprias convicções. A decisão de se olhar no espelho, de buscar dentro de si, o que é que realmente lhe traz felicidade, talvez seja muito mais complicado, do que possa parecer.

CAPÍTULO 3

FAMÍLIA, HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA E OS PROJETOS DE PATERNIDADE.

A visibilidade recentemente dada ao tema das famílias *gays*, por mais inapropriada que parecer ser a denominação, tem vindo atrelada às várias exigências de mudança na legislação do país, que favorecem as uniões homossexuais. Paralelamente, o assunto vem ganhando destaque em bandeiras de luta de Paradas Gays e em vários lugares do mundo os movimentos de reivindicações políticas e noticiários internacionais reforçam essa condição. No Brasil, revistas dirigidas ao público homossexual e o Centro Latino Americano em Sexualidades e Direitos Humanos (CLAM) já publicam trabalhos de pesquisa sobre o assunto. A mídia brasileira, atenta a essas transformações, dá mostras de um crescente interesse pelo tema, procurando discutir a situação das "famílias *gays*" no Brasil. Vale notar que também no campo dos movimentos organizados podemos encontrar diversas posições políticas favoráveis para que uma nova categoria social ganhe estatuto de realidade.

Hoje, no campo das Ciências Humanas, antropólogos, sociólogos, psicanalistas, historiadores vêm demonstrando à luz das ciências que os homossexuais manifestam o desejo de legitimar junto à sociedade seus projetos de família quando reivindicam o direito ao casamento, à adoção e à procriação, seja ela assistida ou não. Roudinesco (2003) chama atenção para a problemática quando questiona o porquê de, nos últimos trinta anos na sociedade ocidental, os sujeitos qualificados como sodomitas, invertidos, perversos ou doentes terem desejado não apenas o reconhecimento da sua cidadania, mas os seus direitos de constituírem família e de adotarem. Perseguidos há séculos, tratados como párias, os homossexuais sempre tiveram a possibilidade de fundar uma família, desde que dissociassem as práticas sexuais ligadas à sua condição dos atos sexuais relacionados diretamente à reprodução. Sob a ótica da Psicanálise e da História, discute-se a necessidade de aceitação dos pais homossexuais no direito de

constituir família e enfatiza-se a capacidade da família como instância capaz de assumir este conflito e de promover nova ordem simbólica sob a demanda de que: “a família do futuro precisa ser reinventada” (ROUDINESCO, 2003, p. 199)

Tarnovski (2002), a partir do referencial oferecido pelos estudos de gênero, de sexualidade e de parentesco, propõe hipóteses para a interpretação da paternidade homossexual. Através do diálogo com a literatura francesa sobre homoparentalidade, analisa o impacto de uma conjugalidade homoerótica na formação de arranjos familiares e na atualização de relações de parentesco. O ponto que atualmente parece conter relativa novidade é a associação tornada possível entre homossexualidade e paternidade, a tal ponto que os programas de televisão chegaram a se tornar catalisadores de imagens em torno da paternidade homossexual. A visibilidade recentemente dada ao tema das famílias gays, por mais inapropriada que seja esta denominação, tem vindo a reboque das discussões sobre Parceria Civil Registrada (PCR), projeto de lei que daria estatuto legal às uniões entre homossexuais.

O capítulo visa analisar a homossexualidade masculina através dos projetos de paternidade como legítima expressão da sexualidade sem qualquer associação com doenças, desvios de comportamento ou pecado. Qual o significado de ser “pai” numa sociedade marcada pela ortodoxia da procriação, educação e cuidados como funções básicas do par homem-mulher na constituição familiar. Como se constroem, na prática, os discursos sociais sobre as famílias homoafetivas?

Roudinesco questiona sobre os lugares dos sujeitos na sociedade e o futuro da família.

“Se o pai não é mais o pai, se as mulheres dominam o processo de procriação e os homossexuais assumem um lugar no processo de filiação, se a liberdade sexual é ao mesmo tempo ilimitada e normalizada, pode-se dizer que a existência da família está ameaçada?” (ROUDINESCO, 2005, p. 11)

A paternidade dos homossexuais também levou-me a fazer inúmeros questionamentos. Alguns deles estão diretamente relacionados à filiação por adoção e à biológica - suas diferenças e semelhanças - e à educação de uma criança ou adolescente por um pai gay e a possibilidade de, no futuro, virem ou não a ser um homossexual. Uziel (2007) chama a atenção para o cuidado no momento de análise

sobre a filiação por estar em vários planos: no cultural, social, genético e principalmente no campo jurídico. A importância de se observar a coincidência na legitimidade do vínculo e quais as alternativas quando esta coincidência não ocorre.

Jurandir Freire, em entrevista concedida ao Jornal do Comércio de Pernambuco em outubro de 1992, coloca que “tudo converge para uma mesma pergunta de teor ético: que direito nós temos - sociedade, grupos ou indivíduos - de obrigar quem quer que seja a ser sócio-moralmente identificado em sua aparência pública por suas preferências eróticas?”. Os gays são homens sadios e não optaram por ser homossexuais. Isto porque ninguém escolhe sentir desejos e sentimentos específicos, nem decide virar homossexual de um dia para a noite.

Durante as minhas entrevistas com pais homossexuais, seus discursos vinham impregnados de justificativas sobre a sua homossexualidade. Para eles, pais e mães desejam e esperam que os filhos vivam de acordo com o que é estabelecido para o comportamento do homem e da mulher na sociedade, incluindo o desejo pelo sexo oposto. Entretanto, o desejo e a afetividade por outra pessoa do mesmo sexo amadurecem no tempo. Daí ninguém “vira” gay, apenas assume os seus desejos homoeróticos. São homens com comportamentos iguais a todos os outros homens, no físico, na forma de agir, vestir, apenas conduzindo a sua opção sexual para uma outra pessoa do mesmo sexo.

Jurandir Freire, na mesma entrevista, chama também nossa atenção para o fato de que “cada vez que dizemos que “alguém é homossexual”, definimos a identidade da pessoa, etiquetada por sua preferência erótica”. De forma depreciativa, a sociedade não observa atentamente a diversidade de identidades no exercício cotidiano dos homossexuais e nem a constituição de redes de sociabilidades. Isto porque não temos o hábito de nos referir à maioria dos indivíduos dizendo “fulano é heterossexual”, mas sim, professor, industrial. O homoerotismo, neste caso, é visto como sendo um desvio, uma anormalidade, uma doença, um vício, uma perversão. E tem este sentido porque foi criado e inventado no século XIX, através de uma concepção médico-sexológica para ser usado em mão única.

A realidade social nos incita a problematizar as novas configurações de família, desvinculadas de seus paradigmas originários - casamento, sexo, procriação – e atreladas às relações de afetividade, carinho e amor como bases para se chegar a definição de núcleo familiar. “Hoje o desafio parece outro. Manter um

relacionamento e compor uma família exige decisões, disponibilidade, projeto comum” (UZIEL, 2007, p. 13). Os desafios ocorrem em decorrência da evolução dos valores culturais que operam nos sistemas histórico-sociais e impõe que os ditames comportamentais sejam alterados. É comum a criança temer mais a mãe do que o pai, a mãe dizer um *não* com mais determinação, enquanto pai utiliza dos atributos de afeto e compreensão, coisas que outrora faziam parte dos papéis inversos.

Se o afeto é a mola propulsora para a união entre duas pessoas do mesmo sexo, não difere para a paternidade homossexual os avanços sobre os aspectos biológicos, psicológico e moral para educar uma criança ou um adolescente dentro dos padrões sócio-culturais em que os papéis do homem da mulher precisam ser definidos em determinados momentos. De acordo com o psicólogo e psicoterapeuta de crianças, adolescentes e família, Ivan Roberto Capelatto, as pessoas se unem pelo desejo de estarem juntas, de construírem algo e de se complementarem. Através das relações, as pessoas podem se tornar mais humanas, aprenderem a viver o jogo da afetividade de maneira adequada, com referências positivas. Mas que para isto ocorra fazem-se necessários que os cuidadores se encarreguem de estabelecer os limites necessários ao desenvolvimento de uma personalidade emocionalmente equilibrada.

Durante as entrevistas isto foi observado pelos pais gays, sendo um absurdo atribuir somente aos heterossexuais os atributos de pais zelosos, afetuosos, responsáveis se entre eles também existem a violência, a pedofilia, o abandono e o desafeto. É preciso que a sociedade procure responder afirmativamente às questões urgentes visíveis e preocupantes da sociedade. O desejo de ser pai é um anseio natural para qualquer homem. Ivan Roberto Capelatto acrescenta que o desejo de cuidar de si, do outro e de nós desperta nos sujeitos a noção de solidariedade e de cidadania, Nisso consiste a ética, a valorização da própria vida e o cuidado pessoal.

No momento, discuto os reflexos da estrutura familiar no processo de educação sexual através dos pontos e contrapontos dos diversos olhares sobre as novas constituições familiares na contemporaneidade. O princípio da igualdade que marcou a democratização das entidades familiares não se aplica apenas ao casamento, mas abrange o companheirismo nas relações pessoais e patrimoniais, permitindo a visualização de novas comunidades familiares como a união estável, o reconhecimento da paternidade socioafetiva, da paternidade responsável expressa através do vínculo sentimental entre pais e filhos que pode, muitas vezes, se

sobrepor às relações de consangüinidade, transformando a família em um núcleo socioafetivo que transcende a todas as formalidades.

Para se estudar a “família gay” e seus meandros quanto à educação de filhos e filhas, devemos primeiro dissolver a aparência de singularidade em que se edificou a família, e passar a percebê-la como criação humana mutável com variadas estruturas em diversas sociedades ou em diferentes momentos históricos. Estudos etnográficos mostram que existem sociedades em que o grupo doméstico coincide com a unidade de reprodução, mas não com a unidade de parentesco. Noutras sociedades, o grupo formado por marido, mulher e filhos é uma unidade de reprodução, herança e descendência, mas não de produção nem residencial, pois imperam na aldeia de habitações coletivas.

Dentro das configurações diversificadas de família, o modelo nuclear aparece nas sociedades ocidentais por volta do século XVIII, conforme estudos históricos, e se consolida como a mais natural. Áries (1979), ao fazer um estudo iconográfico do Antigo Regime, apresenta a família nuclear burguesa composta de pai, mãe e filhos e com ela uma complexa combinação de autoridade e amor parental. Transitando entre os séculos XVI e XVII, ele faz uma análise da família a partir da não separação do espaço público e privado. As casas eram como grandes galpões e esta ausência de delimitações fazia com que todas as coisas ficassem juntas. O cômodo onde ficava a cama nem por isso era um quarto de dormir, continuando a ser um local público onde transitavam e dormiam pai, mãe, filhos e parentes próximos. A vida emocional das crianças não gravitava em torno dos pais, mas em torno de uma vasta gama de figuras adultas. A autoridade e o amor estavam repartidos por ampla rede de parentes e aldeões, mas relações entre pais e filhos não se caracterizava por intimidade ou intensidade emocional. As sanções eram impostas com castigos físicos.

As mudanças sócio-econômicas ocorridas na Europa nos séculos seguintes se refletem na estrutura da família, tornando-a mais fechada e sentimental. A percepção do indivíduo se modificou enquanto acompanhava o aumento de complexidade das sociedades modernas. O processo de industrialização associado à concentração de população nos pólos urbanos e as profundas transformações no processo de trabalho, tratou de modificar também a composição do grupo familiar e das relações entre seus membros, levando-os a uma mudança nas relações sociais, onde a família começa a exercer o papel de mediação entre indivíduos e

comunidade. De acordo com Singly (2000), a família que precede o início do século XX até os anos 60 caracterizou-se, sobretudo, pela construção de uma lógica de grupo, centrada no amor e na afeição. Trata-se de uma família constituída por pai, mãe e poucos filhos que se estrutura em torno de um casamento e das funções que as partes exercem no seu interior. O homem é visto como o provedor e o detentor da autoridade e senhor do espaço público, enquanto a mulher é aquela que fica em casa ocupada com as crianças e os afazeres domésticos e assume uma nova posição: "rainha do lar", "rainha do espaço privado da casa". Desde cedo, a menina é educada para desempenhar seu papel de mãe e esposa, zelar pela educação dos filhos e pelos cuidados com o lar.

Na família após os anos 60, o seu elemento central não é mais o grupo. O seu espaço privado está a serviço do indivíduo. A compreensão de Singly (2000) sobre a família contemporânea é de que ela é, ao mesmo tempo e paradoxalmente, relacional e individualista. Na tensão entre esses dois pólos se constroem e se desfazem os laços familiares contemporâneos onde cada um busca a fórmula mágica que lhe permita ser livre junto, onde o ideal é a alternância entre um "eu" sozinho e um "eu" com o outro. A família se caracteriza como um grupo regulado pelo amor no qual os adultos estão a serviço do grupo e principalmente das crianças e os cônjuges só ficam juntos sob a condição de se amarem. Logo, a família se transforma em um espaço privado a serviço dos indivíduos. Por isso, ela é "relacional e individualista".

Com as mudanças estruturais da família surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas "produções independentes"; e mais ultimamente, duplas de mães ou pais solteiros ou já separados compartilham a criação de seus filhos. Chegamos ao século XXI com a família pluralista, como tem sido chamada, pelos tipos alternativos de convivência que apresenta e nela se insere a "família gay".

3.1. Múltiplas Referências sobre o conceito de família

A família é uma instituição que está presente em todas as sociedades e atua como mediadora entre os padrões culturais e os inatos do indivíduo. Como parcela expressiva da sociedade, impõe padrões de conduta que implicitamente geram discriminações, preconceitos, conflitos e contradições. Para Levi Strauss (1976), a família é uma instituição humana universal constituída pela aliança entre os sexos opostos e uma filiação. Nela estão inseridas as leis culturais, construídas pela sociedade e as leis naturais através da lei da reprodução. Roudinesco (2003) chama atenção para a forte presença da diferença sexual e do simbólico através da proibição do incesto na constituição da família como fatores determinantes para suas transformações e para os olhares sobre as modificações por ela sofridas ao longo das gerações. Biasoli-Alves (2008) defende em artigo sobre cuidado e negligência na educação de crianças que a família ainda permanece como a forma predominante de estruturação da vida em grupo na maior parte das sociedades, mantendo-se como a grande responsável pela criação e educação das gerações mais novas.

Para as entrevistas, padronizei uma questão chave para todos os entrevistados: o conceito de família. Das pessoas entrevistadas, 100% justificaram o afeto, o envolvimento emocional, o sentimento do amor, estando também presente, de forma significativa, os laços consangüíneos para a estrutura familiar.

Alguns pais homossexuais definem a família como:

“Família é um conceito que foi se desenvolvendo ao longo da minha vida e que hoje para mim tem o seguinte significado: Família consangüínea: a tradicional, com caráter genético e que culturalmente ainda prevalece como a forma de identificação de um núcleo específico de pessoas. Família afetiva: aquela que é formada pelas relações desenvolvidas ao longo da vida, através dos relacionamentos por afinidade, ideais de vida e convivência e a família afetiva não exclui a família consangüínea, mas acaba por se relacionar com aqueles membros com quem tem maior identificação.” (R.L.B.D, 50 anos)

“Pra mim, família é aquele agrupamento de pessoas, onde existam vínculos afetivos né? Que ligue essas pessoas, independente, é... Se você tem uma

caracterização, uma família vai supor: Como um homem, uma mulher, um filho né? Mas família é quando você reúne essas pessoas e você em um laço de afetividade né? Não só o laço por sanguíneo, o laço de afetividade que pra mim é o mais importante.” (H.B., 45 anos)

“Então, família... Meu Deus! Agora, eu tenho que ir longe, né?! Acho que na aula de educação moral e cívica (risos). Uma coisa assim, mas entendo, família um grupo social, onde as pessoas são unidas, sobretudo por laços de sangue, né?! E aí se a gente quer ser mais romântico, talvez possa dizer que por laços de amor, também de afetividade, mas não necessariamente isso acontece, né?! (risos). [...] Olhe. Filhos que vão parar, por exemplo, com outros pais e outras mães e efetivamente podem construir aí uma família como um grupo social unido, e tal. Até com maior afetividade do que uma sanguínea, acredito que possa ter”. (M.C, 40 anos.)

Apesar de ter utilizado o mesmo questionamento sobre conceito de família com os pais heterossexuais, como fiz quando entrevistava os pais homossexuais, com o grupo dos pais heterossexuais caminhei um pouco mais quando procurei ouvir através deles a voz ínfima de uma sociedade sobre as possibilidades de homossexuais virem a constituir uma família. Como os posicionamentos foram bem parecidos cito, apenas, a fala de alguns deles:

“Na minha visão, família é um agrupamento de pessoas com interesses próximos, baseada na noção de respeito e reciprocidade um com o outro, numa perspectiva mais ampla não relaciono família somente com a questão da relação sanguínea, pois vejo como importante também às relações de afeto e carinho neste contexto. Identifico elementos entre casais constituídos pelo mesmo sexo. Acho importante a luta e a manutenção dos direitos de filiação e de união de pessoas do mesmo sexo, pois não acredito que devemos ficar presos, enquanto sociedade, a uma noção de família e filiação, imutável, ainda baseada em conceitos, idéias e visões que remontam dos primórdios da convivência em sociedade.” (A.C.O, 36 anos.)

“Família é a célula mater da sociedade. É a instituição mais apropriada e segura onde podemos educar e dar uma orientação aos nossos filhos. Apesar de fugir aos padrões da influência católica um casal de homossexuais podem ser considerada família, na medida em que tenham como valores supremos no relacionamento, a amizade, o amor e respeito mútuo. Acho que o homem deve ter o livre arbítrio para agir de acordo com suas opções. Em uma sociedade democrática os direitos civis devem ser estendidos também aos homossexuais.” (A.P.D. C.J., 38 anos)

Nos diversos conceitos que são traçados sobre família, sejam no campo acadêmico ou no senso comum, existe um elo: o afeto. Mesmos que a diferença entre os sexos, isto fica evidente na fala dos entrevistados, seja um divisor de águas, Não podemos marginalizar uma realidade cercada por características comuns de uma estrutura tradicional conservadora onde está inserida a figura de um pai, de uma mãe e filhos.

Pressupõe-se que, através da família, a criança recebe as primeiras informações de comportamento sexual e afetividade, estabelece semelhanças e diferenças e se posiciona como homem e mulher. Entretanto, a família reproduz a estrutura hierarquizada repressiva do tabu, na maioria das vezes revestida de valores centrados na estrutura que reforça o discurso repressivo “em torno da virgindade, da monogamia e da heterossexualidade, conseqüentemente da refutação do prazer no envolvimento sexual, porque sexo só existe para procriar, manter a espécie e não para a fruição.” (SOUZA, 1994, p. 105).

O conceito de família com base apenas nas diferenças sexuais é extremamente limitado, taxativo e fechado, voltado para si mesmo. A própria Constituição Federal de 1988 provocou uma profunda alteração do conceito de família até então predominante na legislação civil ao mencionar o reconhecimento da união estável (art. 226, parágrafo 3º) e da família monoparental (art. 226, parágrafo 4º), quebrando o monopólio do casamento como único meio legitimador da formação da família e passando a considerar o afeto como o meio de promoção pessoal dos seus componentes.

Segundo Zambrano (2006), colocar a família como uma entidade única, singular e constante no tempo pode ser mais um pré-julgamento se baseado na experiência pessoal porque a maioria da sociedade tem experiências com seu próprio grupo familiar. Historicamente, no Brasil, a percepção imediata é que o poder absoluto da família patriarcal obscureceu outras formas de organização familiar em todo território nacional. Para Corrêa (1982), essa homogeneização, ignorando todas e quaisquer diferenças regionais e temporais, deve-se ao fato de que a nossa história apresenta-se no limites estreitos do engenho de açúcar ou da fazenda de café, lugares privilegiados do nascimento da sociedade brasileira.

As famílias extensas e patriarcais incorporavam ao seu núcleo componentes diversos ligados pelos laços do parentesco, da amizade, apadrinhamento e agregações. Para Sâmara (2002), o pátrio poder era a pedra angular das famílias e

emanava do matrimônio. Da Matta (1987) observa que o vínculo familiar era marcante e cultuado como um valor indissolúvel e vigorava associado à idéia de prestígio social. Um tipo de família predominante em um Brasil colonial nordestino, rural e monocultor. No sul do país, as famílias apresentavam características diferentes. Eram mais simples e com um número reduzido de integrantes. Desde o início do período colonial, era freqüente em São Paulo, por exemplo, a existência de pessoas solteiras morando sozinhas e a prática do concubinato. As relações familiares eram valorizadas e ligadas pela afetividade (padrinho-afilhado e tio-sobrinho).

O acelerado processo de modernização e industrialização tão presentes nas sociedades ocidentais no início do século XX altera o cotidiano e os modelos de família em virtude das dificuldades de ordem material e relacional que tal processo impunha. Nos Estados Unidos, pesquisas na área da Sociologia sobre família se intensificaram, nesse período, buscando compreender os novos ritmos de vida ditados pelo processo modernizador da sociedade que se expressavam na industrialização e urbanização crescentes. Tais pesquisas apoiadas em trabalhos de teóricos como Durkheim, Marx e Weber, concluíram que os padrões tradicionais familiares e a estrutura patriarcal não combinavam com uma sociedade industrializada e urbanizada. Observaram também que a afetividade era o elo que assegurava a permanência social.

No Brasil, o processo de urbanização e industrialização da sociedade no século XX, juntamente com o fenômeno da migração, fizeram com que o controle da produção passasse gradualmente da família extensa para a família nuclear. “As transformações tecnológicas, sociais e econômicas favorecem as mudanças na estrutura, organização e padrões familiares, e, também, nas expectativas e papéis de seus membros”. (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 4). Em contrapartida gerou o enfraquecimento das relações de parentesco, a redução do tamanho da família e a redução do poder do pai e do marido. Manteve-se, porém, a moral patriarcal como medida: o tabu da virgindade para as mulheres e o da virilidade para os homens, sendo que o primeiro tabu, atualmente, não se cobra tanto na sociedade.

São nas interfaces das diferenças dos sexos como fator de estruturação da família que pesquisadores como Carrara (1994), Uziel (2002), Roudinesco (2003), Zambrano(2006) procuram discutir a constituição familiar através de laços entre pessoas do mesmo sexo. Para os pesquisadores, as relações estáveis entre

pessoas do mesmo sexo formam uma estrutura familiar porque está incluso na relação o companheirismo, cumplicidade, troca, respeito, afeto e o elo maior da estabilidade. Entretanto, para o Código Civil de 2002, a união estável só é reconhecida quando se fala de homem e mulher com o objetivo de constituir família, leia-se, fazer filhos.

Recentemente, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Alberto Menezes Direito, declarou que:

“Seria, na verdade, reconhecer o impossível, ou seja, a existência de várias convivências com o objetivo de constituir família. Isso levaria, necessariamente, à possibilidade absurda de se reconhecer entidades familiares múltiplas e concomitantes.”⁸

Para ele, seria impossível a convivência de uma família plural e a geração de descendentes. As relações homoafetivas seriam iguais ao casamento putativo ou seja, o vínculo matrimonial é nulo ou anulável, mas tem efeitos sobre os filhos. Tudo porque o amor, do ponto de vista legal, ainda está vinculado à idéia de gerar filhos, sempre sob o mesmo teto, sempre com a mesma pessoa.

Ao ler o Acórdão do Ministro do STF, busquei através dos pontos de vistas dos pais heterossexuais e educadores discutir sobre a união dos homossexuais como entidades familiares, no intuito de traçar um paralelo entre o que a sociedade pensa e o direito defende em relação a homoafetividade como uma nova constituição familiar.

Para os pais heterossexuais:

“As crianças tendem a se espelhar nos modelos familiares. Creio que num primeiro momento o comportamento desta criança será marcado pela influencia familiar inicial, mas a homossexualidade não será determinada pela existência de um pai gay. Fatores internos e outras influências agirão na consolidação da opção sexual do indivíduo.” (A.A.G.S, 41 anos)

“Acho normal que toda pessoa tenha vontade de criar uma criança, de ter alguém a quem possa oferecer o amor paterno ou materno, mas acredito que

⁸Acórdão: Recurso Especial n. 789.293 - RJ (2005/0165379-8). Relator: Min. Carlos Alberto Menezes Direito. Data da decisão: 16.02.2006. Disponível em <<http://www.cc2002.com.br/jurisprudencia.php?id=582>> Acesso 28.09.2009

essa pessoa tem que levar em consideração que se trata da vida de outro cidadão. Como todo cidadão, essa criança terá uma vida social repleta de preconceitos aos quais ninguém tem o direito de expô-la para satisfazer os seus anseios.” (M.S.R. 37 anos)

Creio que a raça humana é una e opções são questões muito individuais. Para os pais que já fizeram a opção da sexualidade, as relações são facilitadas, quanto aos filhos, a história construída deles é que acabará por indicar o grau de aceitação de sua condição específica. Se este, por exemplo, estiver inserido em uma comunidade mais conservadora será difícil para um adolescente conviver com essa realidade.” (R.A.R., 46 anos)

Para os educadores:

“Sim, pois acredito que quando duas pessoas se unem por laços de amor e de afeto e resolvem solidificar esta relação, uma família está sendo constituída. Acho que os direitos são os mesmos desde que os papéis desempenhados por ambos sejam permeados pela afetividade para com a criança, princípios de educação e cuidados que possibilitem a sua formação.” (C.V.A.A., 43 anos)

Sim, desde quando haja amor, respeito e que eles queiram construir algo juntos dividindo o mesmo espaço. Mas, o processo de filiação e de direitos civis defendidos pelos homossexuais ainda é muito complexo, pois não fica claro quem realmente assume os papéis de pai e mãe. Isto entre os gays ou lésbicas, enquanto pares do mesmo sexo. Preocupo-me com a constituição psicológica da criança. (T.C.M.L., 51 anos)

Para contrapor com as opiniões, procurei o depoimento dos pais homossexuais adotivos. Foram enfáticos em confirmar que, mesmo com a presença de um filho nas suas vidas, não sentiam a necessidade da presença feminina. Sempre cuidaram da casa, da vida pessoal e profissional, portanto tinham condições físicas e psicológicas para cuidar de uma criança, constituindo uma família. Deixaram claro que a obrigatoriedade da presença feminina ou masculina numa relação familiar por causa do cuidado e educação dos filhos era uma imposição e uma reprodução dos papéis sexuais e de gênero geradas pelo poder atribuído aos heterossexuais e, conseqüentemente, ao modelo de família tradicional.

“Nunca pensei em casamento, nem ia me permitir. Optei pela homossexualidade aos 19 anos: [...] Meu filho sabe que sou homossexual. Somos uma família pelo afeto.” (H.B., 45 anos).

“Os modelos de masculino e feminino vão existir sempre na sociedade, mesmo que não seja dentro da família. Podemos verificar inúmeros casos de pessoas que têm uma identidade sexual bem definida (homo ou não) e que foram criadas em famílias de uma só pessoa, por ser solteira, separada ou viúva.” (R.L.B.D, 50 anos)

Diante da complexidade das colocações, há fortes indícios de que, num futuro bem breve, a área do Direito passe a reconhecer a união homoafetiva como núcleo familiar, porque apesar dos pontos e contrapontos expostos nos momentos pelos entrevistados, a sociedade começa a percebê-la como tal. Vale ressaltar que segundo Zambrano (2006), as famílias homoparentais já existem há muito tempo, mas apoiadas nas famílias monoparentais, como demonstram pesquisas feitas sobre elas trinta anos atrás. Recusar de chamar de “família” essas novas constituições é negar que existe nelas um vínculo intrafamiliar; é singularizar a família ou colocá-la num formato único, o que não corresponde hoje em nossa sociedade, que já apresenta formas variadas de arranjos familiares. Observemos que, apoiadas às famílias monoparentais, estão as reconstituídas e as uniões estáveis, porém as homoafetivas não são reconhecidas na lei pela igualdade dos sexos entre seus pares.

No censo de 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), constatou que entre os arranjos familiares em que a mulher é a pessoa de referência, 52,9% eram do tipo monoparental contra 3,3 % dos homens. As famílias reconstituídas, de acordo com Roudinesco (2003), surgem da dessacralização do casamento e da humanização dos laços de parentesco. Em lugar da divinização e da naturalização, a família contemporânea, consciente de sua desordem, preocupou-se em recriar laços sociais em que a sexualidade concebida como aspecto do “eu” que conecta corpo, identidade e normas sociais passa a adquirir importância social e política, além da moral. Entre os arranjos familiares de pessoas com parentesco, 48,9% eram do tipo casal com filhos contra 56,6% em 1997, devido, principalmente, à queda da fecundidade. No mesmo período, a proporção dos arranjos constituídos por casal sem filhos cresceu de 12,9% para 16,0%.

Através dos dados estatísticos, observa-se que a partir da Constituição de 1988 há um novo olhar das normas jurídicas sobre o conceito de família, reconhecendo o papel jurídico do afeto através da união estável e das famílias

monoparentais, o que acabou por aumentar o leque das relações familiares legitimadas. O parágrafo 3º do artigo 226 reconhece como família a união estável entre os sexos opostos, todavia, no parágrafo seguinte reconhece como entidade familiar, o lar formado por um dos pais ou seus descendentes, não deixando argumentos concretos para que dos lares homens homossexuais com ou sem companheiro, mas com filhos ou filhas adotivos ou biológicos venham a ser considerados entidades familiares. A essência da família não é a união entre os corpos, mas o afeto entre os sujeitos.

Art. 226: A família, base da sociedade tem especial proteção do Estado.

§ 3º: Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º: Entende-se, também, como entidade familiar à comunidade formada por qualquer dos pais ou seus descendentes. (BRASIL, 1988)

Para reforçar a minha argumentação, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e regulamenta o § 5º do art. 227 da Constituição Federal, dispõe no art. 42 que: "Podem adotar os maiores de vinte e um anos, independentemente de estado civil." Tais dispositivos deixam claro que não há qualquer impedimento para que homossexuais adotem uma criança. O art. 43 do referido estatuto consagra que a "adoção poderá ser deferida quando apresentar reais vantagens para o adotante e fundar-se em motivos legítimos". O Estatuto da Criança e do Adolescente, através do princípio da proteção integral, encontrou no vínculo jurídico-afetivo de filiação motivos suficientes para adoção por parte dos homossexuais, tendo em vista que não há maternidade ou paternidade sem amor.

No parágrafo 6º do mesmo artigo, instituiu-se a igualdade de direitos e qualificações entre os filhos havidos ou não da relação do casamento ou por adoção, proibindo quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação, firmando entendimento no sentido de que os direitos sucessórios seriam os mesmos entre os filhos de sangue e aqueles havidos por adoção. Dentro da área do Direito Civil e mais especialmente do Direito de Família, a adoção passa a ser um tema de grande relevância para se compreender a base da relação familiar e as relações socioeconômicas e culturais da sociedade contemporânea.

Perguntei aos entrevistados heterossexuais como eles percebiam os processos de adoção por parte dos homossexuais e da perspectiva civil-constitucional das uniões homossexuais e o seu reconhecimento enquanto entidade familiar. Era correta a justiça conceder o direito de adoção ao indivíduo homossexual e negar o mesmo direito ao casal homossexual? Alguns assim procederam na análise:

“Acho que não há correção em tal atitude, pois caímos no preconceito, e principalmente da falta de informação com relação à forma de administrar a realidade do seu companheirismo por parte destes. Desta forma, acho que deveria ser dado o direito aos dois, tanto ao indivíduo, quanto ao casal homossexual.” (A.C.O., 36 anos)

“Acho complicada a adoção por casais homossexuais com relação à formação da criança, ao seu desenvolvimento e inserção social. É importante para a criança ter os pais como modelos de conduta e orientação, afinal a família é um núcleo de formação. Fatores internos e outras influências sociais além da familiar consolidarão a opção sexual a ser adotada.” (A.A.G.S., 41 anos)

“Quanto à jurisprudência, existe uma ferramenta muito importante que precisa ser bastante discutida nesses casos que é o estatuto do menor e do adolescente, no qual a questão do constrangimento é bastante enfática. É mais fácil para uma criança apresentar um único indivíduo, mesmo que seja homossexual, e dizer “esse é meu pai” do que apresentar dois indivíduos do mesmo sexo, de mãos dadas, e dizer que são seus pais, pai e mãe. Acho que pelo fato da criança não ter a referência pai e mãe, homem ou mulher, em pouco tempo teremos uma sociedade totalmente sem identidade, onde as pessoas não terão parâmetros nem se quer saberão quais os seus devidos papéis no ciclo da vida.” (M.S.R., 37 anos)

Na construção dos discursos, mais uma vez entramos nos contrapontos entre o Direito e a Sociedade sobre a questão de família. Primeiro que o Direito não reconhece a união estável como família, mas no processo de adoção, o homossexual e seu filho são reconhecidos como tal, mas a sociedade impõe a figura paterna e materna como referenciais para o bom convívio familiar de uma criança.

Os pais heterossexuais entrevistados expressam o temor da sociedade no futuro ter indivíduos sem referenciais e sem pertencimento. Pelas expressões questionavam o futuro destas crianças ou adolescentes quando crescerem e tiverem que responder à sociedade quem são os seus pais e mães. Outro ponto que

interrogaram estava diretamente ligado à educação. Como conduzir a formação dessa nova geração sem que a orientação sexual dos seus pais ou mães venha a influenciar na sua própria orientação sexual? Que bom exemplo darão a uma criança?

Direcionei esses questionamentos para os pais homossexuais e obtive da maioria a seguinte orientação:

“Eu observo assim a cultura é tão forte, que, por exemplo: Eu não tenho uma, eu não tive e nem dou uma educação machista, mas eu percebo que às vezes o meu filho traz conceitos e atitudes muito machistas né? [...] Sexualmente ele mostra interesse por mulheres, e ele fala das meninas que ele ta afim, dessa coisa toda, questiona masturbação de sites pornográficos que a gente pega na internet, da hora que ele vai botar um endereço, ta lá né? E é assim essas coisas todas. Então eu vejo que a inclinação dele é por mulheres, não sei se mais tarde por alguma coisa é..., vai influenciar talvez assim de algumas coisas que a gente vai falando.” (H.B., 46 anos)

“[...] Até hoje eu me envolvo, procuro saber de Faculdade, como é que tá na Faculdade, no trabalho. [...] Ser pai não foi meu projeto.....É uma coisa meio difícil de se explicar..Né?! Você fala na...nessa rejeição que a sociedade tem em um homossexual que adota uma criança, assume..., ajuda, participa.[...] E eu acho que existe homossexual como pessoas de bom caráter, de mau caráter, nos heteros também existem pessoas...e eu ..na verdade não sei explicar. [...]Eu acho que se houvesse desvio, eu digo, teria sido na infância, que ele passou convivendo com todo tipo de homossexual. Muitos...muitos amigos freqüentavam a minha casa, porque todos gostavam dele. Ele começou a viver num mundo gay na verdade. Quando morou comigo, morou praticamente num mundo gay. E nunca teve desvio de relacionamento.” (M.V., 60 anos)

As posições dos pais heterossexuais me levaram a perceber que o temor da sociedade quanto aos seus cuidados e educação da criança não tem fundamento. Vir a ser um homossexual no futuro não significa estar seguindo obrigatoriamente o modelo do pai ou da mãe que é homossexual. Pode ser que isto venha acontecer, mas não é regra, são circunstâncias a serem observadas com cuidado porque o ambiente familiar heterossexual, dando como exemplo as próprias famílias dos entrevistados, não impediram que eles se tornassem homossexuais.

O contrário de outras culturas, na sociedade brasileira é o modelo heterossexual hierárquico, organizado em torno dos papéis ativo/passivo e homem/mulher, que molda a construção e a percepção de outros modelos de

sexualidade. Apesar das conquistas alcançadas pelas políticas de afirmação de identidade, que garantem visibilidade a outros padrões de relacionamentos homossexuais, como os de filiação, a grande maioria da população brasileira continua enxergando o homossexual como aquela figura afeminada, que deseja ser mulher.

Ao traçar o perfil das constituições familiares para que se possa discutir a educação sexual na família, os depoimentos dos pais homossexuais e os heterossexuais masculinos mostraram-se contraditórios e conflitantes. Apesar de toda liberalidade, reforçam as representações que vêm a homossexualidade a partir de estereótipos associados ao universo feminino. Durante as entrevistas, nos momentos de maior emoção, o que surgia eram sentimentos e valores apreendidos de discursos que, ao longo de anos, trataram a questão como doença, e mesmo entre os “simpatizantes da causa”, ainda é difícil erradicar completamente os resquícios de desvio sexual para uma concepção de “família homoafetiva”.

3.2. Os projetos de paternidade gay face às modificações havidas nos institutos familiares então vigentes.

As mudanças sócio-econômicas e culturais desencadeadas, na segunda metade do século XX, com os movimentos feministas, homossexuais e estudantis, provocaram alterações nas representações de masculinidade, levando à necessidade de se buscar diferentes compreensões sobre o sujeito como indivíduo, os laços afetivos construídos nas relações pessoais e as perspectivas de construção familiar. Para os homossexuais, as diferentes compreensões englobam também as condições e opções sexuais, onde o prazer e erotismo poderiam estar presentes sem que para isto perdessem os seus projetos de paternidade.

Durante a pesquisa, encontrei homens-pais biológicos onde o casamento heterossexual e monogâmico não limitou os desejos homoeróticos, e seu rompimento não inibiu as suas funções de pai.

“[...] eu já tinha homossexualidade, mesmo que latente, mas tinha, eu só não sabia administrar isso, precisei passar por um casamento, precisei conhecer a relação heterossexual, pra continuar sentindo a necessidade de uma relação homossexual...[...] Meus filhos só vieram tomar conhecimento dessa situação quando a menina estava, por volta de 15 anos e o menino com 13, quando vieram morar comigo, estavam concluindo o 2º grau e precisavam se preparar pra vestibular e tal... Como nós já morávamos aqui, meus filhos viriam morar conosco, então eu disse: Agora lá na hora da gente botar as... Abrir a real situação, porque aqui eu estou morando com uma pessoa, que também veio junto comigo de (xxxx) e tal... [...] trazer para um relacionamento uma criança, não é uma coisa tão simples, é uma atitude de grande responsabilidade e o casal precisa ter realmente consciência do que eles dois representam um para outro e se sentimento de família é necessário, se precisa realmente existir, eu digo família no caso de não apenas dois, mas um terceiro ser.” (E.M.P, 53 anos)

A paternidade, por sua vez, não é concebida apenas como “fazer filhos”. No discurso do entrevistado, ela está relacionada também à capacidade de sustentá-los e educá-los com responsabilidade, o que comprova a preocupação de todo um atributo moral no relacionamento com o seu companheiro quando os filhos vieram ocupar os espaços físicos antes reduzidos à intimidade dos dois. Fica clara a visão que entre os homossexuais também se pode experimentar experiências geradoras de obrigações e afirmação de direitos. Quando os filhos vieram para a sua guarda, sua condição homossexual teve que compartilhar investimentos emocionais de toda ordem. Durante os meus questionamentos, perguntei se ele e o novo companheiro não gostariam de adotar. Ele respondeu que não. A menina está, hoje, com 28 anos e o menino com 26 anos, ainda moravam com ele, mas não via com conveniência em suas vidas uma nova criança, por não estarem preparados ou por não planejarem a entrada delas nas suas vidas.

Os pais homossexuais biológicos evidenciaram que não existia para eles projeto de paternidade no casamento heterossexual e se tornaram pais mediante uma circunstância, inclusive um relatou entre os vários motivos para a separação a “teimosia” da ex-companheira em ser mãe, pois a mesma sabia da sua preferência por não ter filhos, e engravidou.

“Porque no meu caso, o filho não estava dentro da minha relação” (M.C., 40 anos)

A gravidez da ex-companheira foi por ele concebida como resultado de um ato arbitrário, por não haver um projeto consciente, refletido. No primeiro momento, a chegada do filho representou um corte nos seus desejos que não eram o desejo de ser pai. Mas, para os pais homossexuais adotivos, o discurso mudou um pouco porque entrevistei um pai, entre eles, que tinha um projeto de paternidade. No momento da entrevista não sabia se, na realidade, ele queria ser pai ou gostaria de sentir os papéis que recaem sobre a mãe.

O surgimento dessa idéia de ser pai vem bem antes de relações com homens, porque eu já tive relações com mulheres. E desde adolescente, eu sempre tive vontade, não é?! No entanto, eu via que não era com aquelas pessoas que eu estava que eu poderia então, é... É então compartilhar esse sentimento, né?! Essa vontade, esse projeto de vida. [...] já tem mais ou menos dois anos que eu preparo o enxoval da criança, já ta pronto, já ta preparado o enxoval, já tem as roupinhas dele, já tem o berço. O berço todo personalizado, com nome, tudo mais, brinquedinhos feitos por mim. Cós...eu costurei todo o enxoval, lençóis, bem. Carrinho de bebê, tenho tudo, né?![...] Em suma, eu me preparei pra ser pai. Ou pãe que eu falo logo, que é pai e mãe ao mesmo tempo. (R.M. C., 47 anos)

Outros pais já não tiveram a mesma expectativa, deixando evidente que desde a juventude já tinham optado por assumirem publicamente a sua homossexualidade. Alguns saíram do convívio familiar com 18 ou 19 anos, portanto, ser pai gerou conflitos interiores e busca de si mesmo ao assumirem uma criança.

“Essa é uma historia assim muito engraçada, porque eu sempre dizia que eu nunca iria ser pai, é... Como educador assim... Fiz muito trabalho com criança, trabalhos voluntários de comunidade então sempre eu e os meninos tínhamos muita identificação, principalmente aqueles meninos nas comunidades mais populares onde eles não tinham a figura paterna, eles só tinham a figura materna, então existia uma grande identificação. [...] A historia com meu filho aconteceu: Eu trabalhava na (...), ele era habitante da (...), e começou assim, por um cuidado especial, por ele ter um problema de visão, e desse cuidado a gente foi se vinculando, se vinculando e quando chegou um determinado momento, a assistente social virou pra mim e disse: Você tem intenção de adotar? [...] E aí foi quando eu parei e na época assim, eu fiz uma viagem pra fora do Brasil, passei três meses fora do Brasil e senti muita falta” (H.B., 45 anos)

“Não tinha projeto nenhum! Eu peguei acidentalmente, e aí complicou minha vida. Eu corria pro trabalho, eu corria pra escola, eu corria pro...pra...pro trabalho de novo, pra pegar na escola. Aí começou esse processo.de...na verdade, no início foi um desgaste pra mim. [...]. Eu levei três meses sem

conseguir dormir direito, porque ele dormia segurando aqui em mim. Na cueca...ou na...no com o que eu tivesse dormindo, de short, ele ficava ali agarrado, não largava com medo de tirarem. Quando o rapaz foi buscar ele na segunda-feira, ele deu o maior escândalo, eu não tou maltratando, ele deu o maior escândalo. Não quis sair de jeito nenhum. Quer dizer, ele eu acho, eu acho que ele me escolheu na verdade, né? [...] Hoje, vai fazer vinte e cinco. [...] (...) é meu filho. E ele sabe que tem essa referência. (...), a preocupação dele sou eu.” (M.V., 60 anos)

Os depoimentos acima revelam que apenas num caso houve projeto concreto de paternidade. Os outros aconteceram em virtude de situações delicadas, onde estava em jogo o bem estar da criança. A paternidade surgiu a partir da construção do vínculo afetivo que as crianças estabeleceram com os possíveis pais na construção de um núcleo familiar.

Os problemas que surgem em lares formados por gays exigem o cruzamento de diferentes análises e referenciais teóricos. Para Tarnovski (2004), o acesso à paternidade é tido como uma importante etapa na construção social da masculinidade. Tornar-se pai significa transcender a condição de filho. Paternidade para os homossexuais possui uma especificidade que, muito embora vinculada à parceria homoerótica, possui implicações que extrapolam ser pai sem mãe. Para Maria Berenice Dias, autora do livro “União homossexual: O Preconceito & A Justiça”, a questão da capacidade procriativa não é mais essencial para que seja possível o reconhecimento de uma união homoafetiva, “como a capacidade procriativa ou a vontade de ter prole não são elementos essenciais para que se empreste proteção legal a um par.” (DIAS, 2006, p.81).

Os estudos sobre paternidade heterossexual destacam a importância da mãe como iniciadora do homem na paternidade. Alguns estudos mostram que, dentro da concepção do que é ser pai e como deve ser um pai, é necessário uma reconstrução do papel dos homens-pais e das mulheres-mães para que eles possam assumir a própria masculinidade. Hernning e Guareschi (2002) vêem à paternidade como uma experiência humana, profundamente implicada em propósitos sociais. Costa (2002) analisa a paternidade a partir das representações de masculinidade e a forma como o gênero é constituído. Paternidade na nossa sociedade é concebida para uma determinada masculinidade, a dos homens casados. O casamento heterossexual e monogâmico recria a noção de masculinidade ao incorporar a paternidade com suas conseqüentes responsabilidades.

A ênfase é dada para as significações de paternidade de um modelo de família emergente no século XVIII, a chamada família nuclear, moderna e conjugal. Em um movimento de cisão entre o público e o privado, a mulher abnegada deve se dedicar inteiramente à educação e cuidado dos filhos, enquanto o homem é remetido ao espaço público e ao mundo do trabalho, dentro de um modelo patriarcal de gênero com a função primordial de ser pai, provedor e chefe de família (ÀRIES, 1981; FONSECA, 1995; COSTA, 2005).

Entretanto, os movimentos sociais do final do século XX (feminista e homossexual) e a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho contribuíram para questionamentos de gênero e o papel real do homem-pai na participação do cuidado e na educação dos filhos. Surge a figura do “novo pai”. O “novo pai” é oriundo das camadas médias ou altas das grandes cidades, com nível de escolaridade e renda alta. Um pai que deseja romper com o modelo tradicional; demonstra mais emoções; desempenha tarefas no cuidado e educação dos filhos, independente de ser casado ou não; não se identifica mais apenas como reprodutor e provedor. Enfim, vivencia a paternidade e constrói sua subjetividade de pai a partir da participação ativa na criação dos filhos.

Ser gay não é obstáculo para se tornar pai quando utilizamos a nova identidade das funções paternas. Aqueles que foram casados e se separaram das esposas, mesmo tendo com elas um ou dois filhos, assumiram os seus filhos. O ato de assumir consiste na manutenção do contato com a criança, na proximidade afetiva e na manutenção financeira. Em três dos entrevistados, as crianças permaneceram morando com as mães, mas procuraram assegurar regularidade na convivência com os filhos, indo buscá-los todos os finais de semana, cuidá-los e procurar saber as dificuldades cognitivas e emocionais que estavam enfrentando na escola, em casa e com os amiguinhos na rua. Além do suporte material e financeiro, precisava fazer investimentos afetivos na relação pai-filho.

Com os filhos que foram morar com o pai por causa dos estudos, a dificuldade de se assumir e criá-los foram maiores em virtude de acomodar comportamentos e enfrentar novos valores familiares, quando em casa não existia mais a figura da mulher-mãe, mas a do companheiro-tio.

“Quando meus filhos vieram morar aqui comigo, eu estava morando exatamente com meu companheiro, do qual foi o motivo da separação...”

Porque esperar de uma reação de uma adolescente de 15 anos e de um adolescente de 13 anos, que foram criados tendo os pais juntos, durante todo esse período, desde quando eles nasceram. Vocês dois, hoje tem um pai que busca felicidade. Se eu era infeliz com a sua mãe? Não! Porque vocês vêem que até hoje a nossa relação permanece, no mínimo no campo da amizade, mas a questão é: Você não pode se sentir feliz com pedacinhos, a sua vida você tem que ir buscar felicidade, no maior evento tempo possível não é?” (E.M.P., 53 aos)

Sob esses aspectos, as representações sobre os homens homossexuais ao assumir o exercício da paternidade, mesmo que de maneira não voluntária e pretensiosa, superam as expectativas ao desempenhar funções e responsabilidades que normalmente não lhes seriam imputadas se não fossem pais. Todavia, a sociedade ainda vê com certa desconfiança tal exercício, ficando claro durante a minha pesquisa a necessidade de se observar valores relacionados aos vínculos pessoais e afetivos que provém das funções familiares. Nas entrevistas, perguntei aos pais heterossexuais e aos educadores se uma criança precisa de um lar que tenha um pai e uma mãe para ter o modelo masculino e feminino apropriados a sua identidade sexual. Alguns assim responderam:

Não que isso determine a sua sexualidade, mas é o modelo que toda criança deve possuir. Acredito que as chances se multiplicam milhares de vezes, porque toda criança tem a tendência a seguir a referência dos pais. (S.R. F. 33 anos)

Acho que os dois modelos são importantes, tanto o masculino, como o feminino, gerando um equilíbrio maior quando ocorre esta situação. No entanto isto não significa que um casal homossexual não possa dar uma boa formação aos seus filhos, desde que o relacionamento seja pautado no amor. (A.P.D.C.J., 38 anos)

Ainda que estes referenciais sejam significativos, especialmente nos primeiros anos de vida, acredito que os pais podem trabalhar com tranquilidade esses modelos, evitando desta forma possíveis traumas, distúrbios comportamentais ou atitudes agressivas por parte das crianças. (C. V.A. A., 43 anos)

A representação do masculino e do feminino é fundamental na constituição da criança, mas nem sempre podem ser representados pelo pai e pela mãe. Muitas crianças de pais separados encontram esse modelo masculino no tio ou no avô, por exemplo. E se for a ausência da mãe, geralmente uma figura feminina representará esse papel. Gostaria de deixar claro que não é uma simples substituição, mas pode ser uma transferência diante de uma falta. (T. C.M. L., 51 anos)

Hoje, ampliam-se na sociedade, em todos os segmentos sociais, posicionamentos aceitáveis quanto à formação de casais homossexuais como configurações familiares. Todavia, ainda está distante perceberem a equitatividade de condições entre os pais homossexuais e os pais heterossexuais quando a problemática está relacionada aos cuidados e educação de uma criança. Fazendo uma leitura através dos depoimentos, é fácil observar que para o homem, independente da sua condição sexual, assumir a paternidade é antes de tudo repensar os atributos sociais em que tal papel está delimitado. Para os pais homossexuais, assim como para os pais heterossexuais, a paternidade se constitui numa oportunidade de amadurecimento interior e de renovação das relações, não somente consigo mesmo, mas também com os outros, o companheiro, a companheira, o filho, a família, a sociedade.

De acordo com Zambrano (2006), algumas correntes das ciências psicanalíticas argumentam que na diferença dos sexos está o núcleo das representações de identidade, afirmando ser impossível para as crianças imaginar que possam ter sido concebidas fora dessa diferença. Partem do pressuposto de que os homossexuais negam a diferença dos sexos e não permitem aos filhos um contato adequado com o sexo oposto. Ou seja, a psicanálise utiliza as normas e valores heteronormativos para a formação das ações paternas e para justificar possíveis desvios futuros no comportamento sexual de crianças e adolescentes criadas e educadas por um homem homossexual.

A identidade de pai vem alicerçada na identidade masculina, onde os papéis são construídos segundo os padrões de gênero. Nos primeiros depoimentos, reconhecer a si como homossexual foi muito conflitante. Apesar de subjetivamente terem consciência de serem homossexuais, a imagem estereotipada do homossexual pela sociedade causava-lhes constrangimentos para se assumirem. Partindo dessa realidade, os filhos, presentes em suas vidas, não poderiam receber os reflexos de tais conflitos. É preciso ampará-los e não permitir que sofram qualquer abalo emocional ou físico mediante a condição homossexual do pai.

“Eu sou bastante protetor, eu não confio em amigo dentro de casa com meu filho, você entendeu? Eu não confio, de deixar pra meu filho dormir na casa de ninguém. [...] as crianças se tornam homossexual, por quê? Começa a lhe induzir, começa a lhe incentivar, você entendeu? Geralmente... Tem pessoas que já nasce homossexual, você já ver aquela criança fluir o jeitinho afeminado... Mas têm pessoas que não, tem pessoas que são despertadas,

então meu medo, se desde cedo já estou percebendo que meu filho não tem nada a ver, então meu medo é que a pessoa venha despertar isso nele.”
(U.B.F., 28 anos)

Outro aspecto observado na fala é a redução da liberdade sexual dos pais com a chegada de um filho em suas vidas. A paternidade em muitas falas é concebida como um encargo. Para os homossexuais, tornar-se pai é percebido como um ponto de mutação, aquele filho representa um marco de mudanças, pois os remetem a olhar a vida com as suas novas tarefas, responsabilidades e outros sentimentos. Alguns renunciaram por algum tempo a ter um companheiro, um namorado ou um amante, em nome do filho. Como pude perceber no depoimento abaixo:

Na espera da criança que hoje eu já tenho a habilitação, não é?! Uma das coisas que sempre me perguntaram é isso: você sozinho vai criar essa criança? E eu disse: vou, porque eu quero poder dar a essa criança o melhor. E muitas vezes até eu tive condições de me relacionar, de ter um companheiro, mas eu preferi dar um freio, porque eu quero preparar o meu ambiente, eu quero preparar não só o ambiente físico como também, o espiritual. Eu quero me preparar para poder dar a essa criança muito amor, muita proteção, um ambiente em que... Que não exista qualquer sinal de conflito. (R.M. C.,47 anos)

Segundo Uziel (2002), a naturalidade social da maternidade e o estranhamento social da paternidade atingem homens e mulheres. Para o entrevistado, o estranhamento se constituiu no eixo da responsabilidade para assumir a paternidade por se tratar de novas aquisições de valores e encargos sociais do que a formação de um espaço de envolvimento afetivo com o filho. Para a mulher, talvez esse estranhamento não esteja tão presente na sua vida porque a cultura-natureza a educou para assumir tais responsabilidades.

No discurso acima, apesar da preocupação com o bem-estar do filho, no sentido de lhe garantir a subsistência e proteção, o pai restringe a paternidade à responsabilidade de provedor material e guardião do filho, sob o modelo de pai tradicional. Todo o discurso vem alicerçado em padrões de gênero que vinculam a imagem de homem ao referencial de masculinidade heteronormativa, o que implica equivalência entre ser homem, ser forte, capaz e provedor.

Diniz e Borges (2007) evidenciam que pesquisas realizadas em 2002 sobre paternidade e as possíveis articulações com a masculinidade mostram que ser pai

não é elemento básico para a consolidação das masculinidades. Homens que vivenciam a paternidade, na condição de gays, passam por uma série de inquietações na busca de encontrar melhores estratégias de consolidação desse papel e de significação de suas identidades, a partir de suas experiências.

Procurei compreender as tendências de tais estudos sobre a paternidade gay utilizando a fala de alguns pais heterossexuais, que no meu entendimento representaram durante a pesquisa as vozes de uma pequena parcela da sociedade, mas que são significativas para que possamos compreender as representações negativas ou positivas construídas em torno da questão. Argumentei com a possibilidade de uma criança criada e educada por um gay vir futuramente a ser um homossexual. Alguns deles, assim, se colocaram:

“Pode ser que sim e pode ser que não. Com certeza o pai tem uma grande influência na formação dos filhos, seja qual for a opção sexual deles, deste modo a possibilidade do filho vir a ser um homossexual não provém somente da opção sexual do seu genitor, mas sim da admiração que possui pelo seu pai. [...] A depender da personalidade da pessoa, portanto um filho de um casal heterossexual pode vir a ser gay, como um filho de um casal homossexual pode vir a ser heterossexual”. (A, P. D. C. J., 38 anos)

“Quantos gays tiveram pais heterossexuais? E nem por isso os são. Portanto, não creio haver essa relação binária, principalmente porque há uma ordem “natural” (creio), dos filhos negarem os pais para poder haver a evolução. O ser humano não se formata a partir do seu genótipo, mas, e principalmente, pelo seu fenótipo”. (R.A.R., 46 anos)

“Uma criança precisa de um lar que tenha um pai e uma mãe para ter o modelo masculino e feminino apropriados a sua identidade sexual, mas uma criança criada e educada por um pai gay não tem possibilidades de vir a ser futuramente um homossexual, porque, opção sexual, mais parece um distúrbio genético do que uma tendência” (M.U.S.R, 42 anos)

Os sujeitos afirmam numa linguagem própria que não sentem diferenças entre a educação de pais heterossexuais e homossexuais, podendo a criança vir a ser ou não um homossexual no futuro, mas apontam a necessidade de se pensar a identidade sexual que está presente na figura do pai e da mãe e que muitas vezes define os espaços de participações na sociedade. Costa (2002) atribui ao biológico a extrema importância para a constituição e reconhecimento social da paternidade e

percebe que a sociedade, apesar de se mostrar aberta à discussão de família, ainda está vinculada à relação consangüínea.

O mesmo discurso estava presente entre os educadores quando apontaram uma série de representações para a paternidade como uma vivência restrita aos heterossexuais. Voltei a argumentar com eles sobre a possibilidade de uma criança criada e educada por um gay vir futuramente a ser um homossexual.

“É muito difícil explicar uma situação como esta; tenho alguns amigos (as) que são filhos de casais heterossexuais e são homossexuais. Para mim o indivíduo já nasce com a predisposição (genética) e o meio pode exercer influência sobre ele. Não acredito que isso seja uma coisa fechada ou que haja legitimamente uma influência. É claro que a convivência é um fator que influi bastante, mas a depender da condução dos pais e do convívio da criança com outras pessoas ela poderá não tornar-se necessariamente um homossexual.” (C.V.A.A., 43 anos)

“Quando trabalhava como professora da educação infantil, apreciei a relação de um casal com filhos adotivos, onde o pai era extremamente feminino, afetivo e a mãe apresentava um comportamento mais empreendedor, ativo. A menina tinha toda uma postura masculina, inclusive na relação de mando com o irmão. Já o filho apresentava todas as características femininas do pai. Entre eles havia todo um jogo de sedução, trejeito feminino era muito explícito. Passado alguns anos encontrei pai e filho e o menino já adolescente, ficando claro que era homossexual. Em outro caso o pai não apresentava posturas afeminadas, mas era ele quem cuidava diretamente do filho adotivo, que só tinha interesse por bonecas, vestimentas femininas, convivência com meninas. A mãe nas reuniões promovidas na escola pedia muito que não permitisse esse tipo de ação por parte da criança. O pai aceitava com mais tranqüilidade. Passado alguns anos encontrei o aluno, já adolescente e era claro a sua homossexualidade”. (T.C.M.L., 51 anos)

A existência de estereótipos sobre a homossexualidade torna difícil a desconstrução das imagens negativas associadas à paternidade homossexual. Para muitos, a aceitação da homossexualidade nos espaços sociais nem sempre vem acompanhada de uma aprovação. Segundo os discursos dos educadores, existem questões que causam preocupações. Educar uma criança ultrapassa o limite da paternidade porque aliada ao convívio da família está a vivência com os companheiros e amigos, portanto, a criança nessa dialética poderá ou não tornar-se um homossexual.

Louro (2001) chama a atenção que as chamadas “minorias” sexuais estão muito mais visíveis, daí ser impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários. É preciso admitir que as fronteiras são atravessadas e o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. Diante do pensamento de Louro, a paternidade dos gays repousa sobre a responsabilidade da educação dos filhos. Como reproduzem os valores através da educação dos filhos e como consideram a educação formal para o seu desenvolvimento? O desejo de ser pai não afasta deles o modelo hegemônico de vida associado à constituição familiar e escolar. Se nos discursos valorizam tanto a relação pai-filho pelos laços afetivos, para além das necessidades materiais, uma vez que há envolvimento do pai em atividades comumente associadas à mãe, como acompanhar o desenvolvimento escolar, qual o papel do companheiro na dinâmica da união homoafetiva?

Segundo Zambrano (2006), não há necessariamente, nos casais homossexuais, uma divisão rígida de papéis, qualquer um dos dois pode exercer mais o papel de autoridade, normalmente aquele considerado o “verdadeiro” pai, por ser o pai biológico ou por ser o pai adotante, o único reconhecido pela lei. O segundo, o companheiro do pai, em geral, ocupa um lugar mais “maternal”, não porque seja mais feminino na sua identidade, mas porque se encarrega das tarefas nas quais o reconhecimento do pai legal não é solicitado, geralmente os cuidados domésticos.

“Foi uma relação muito boa. Nesse período eu trabalhava quinze dias fora e o meu companheiro terminava sendo o pai, mãe, o amigo, o companheiro do seu pai; E houve um acúmulo de funções, do tipo: Na verdade ele foi sempre um amigo dos meus filhos e como havia certa a proximidade em questão de faixa etária, houve certa facilidade. Eles eram adolescentes na faixa de 15, 13 anos e meu companheiro tinha 26 anos, e aí havia essa, essa passividade de ter idéias, comportamentos próximos do adolescente, não é? [...] Necessidade de deslocamento de meus filhos para a escola, isso acontecia, meu companheiro era que assumia esse papel, os levava e os pegava de volta no colégio. [...] Quando acontecia de reunião de pais, ele nunca foi substituto da minha paternidade com meus filhos, quando eu retornava do trabalho ia a escola buscar informação sobre o que aconteceu, ler o mapa, buscar as decisão, que atitudes foram tomadas.” (E.M.P., 53 anos)

Ele aprende muita coisa com ele, de você ver aquilo retornar depois. E a gente pode chamar isso de aprendizado, né?! De um papo, porque eles conseguem ter uma interação, muito mais com ele, do que comigo. De jogos, de tipo de filme que gostam, e tal. E que eu estou em outro caminho. Assim,

eu não gosto de desenho animado (risos), e tal, mas ele tem toda essa interação com o meu companheiro. (M.C., 40 anos)

“Nunca vem o companheiro não. Só vem o pai, por exemplo, com a mãe... Quando é Dia do Pai só vem o pai, o companheiro do pai não vem, entendeu. Ele não vem à família como um todo. Vem o menino e o pai ou a menina e o pai. Vez ou outra. Normalmente quando a gente chama vem né, em toda essa vida na escola vem um só. Não é independente de ser um casal hetero vem um só, quando vem um homem e uma mulher a gente diz ô que bom que veio um casal. É um dado agora que também não, não, não, não, não passou não percebi esse dado, pensando rapidamente que eu posso lhe dizer é que é vem aquele que faz a função materna que você percebe no discurso que tem um dis, que tem a posição de, de ouvir mais de acolher de ter um olhar de mais de mais acalento.” (S.Z.,....)

O companheiro não ocupa o lugar da mãe, apesar de suas atitudes mais permissivas em assuntos relacionados a educação. De acordo com os depoentes da pesquisa com parceiros, seus filhos facilmente se adaptaram à presenças deles em suas vidas. Utilizaram vocabulário mais jovial; davam-lhes maior liberdade do que o pai; permitam que a criança ou o adolescente encontrasse neles um lugar de refúgio e de liberdade à autoridade do pai, mas em nenhum momento assumem o papel do verdadeiro pai, nem da mãe na educação dos filhos.

Durante a trajetória da pesquisa só me deparei com um casal homossexual masculino com projeto de filiação, tanto que adotaram três crianças, cada uma com um pai adotante, mas não quiseram gravar entrevista sob a alegação de preservação da integridade moral dos filhos. Hoje, o grande problema enfrentado pelos casais homossexuais é o reconhecimento na justiça do registro de nascimento da criança constar o nome dos dois. No Brasil, diferentemente da África do Sul e de alguns países europeus, não existem leis específicas sobre o assunto. O jornal Folha de São Paulo, em agosto do corrente, publicou uma matéria mostrando a aceitabilidade da maioria dos ministros da Justiça Federal sobre a problemática.

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) tem sinalizado ser a favor de reconhecer a possibilidade de união estável entre homossexuais e todos os direitos dela decorrentes, como a concessão de pensão e a permissão para adotar crianças. Há ministros que defendem que o STF deveria deixar claro que esses casais que convivem de forma contínua e duradoura formam uma família. (FOLHA DE SÃO PAULO, ago./2009)

A matéria procura demonstrar que o fato de começarem a reconhecer os direitos dos homossexuais de constituírem família não desvincula da sociedade a

dominação simbólica da matriz heterossexual. A transposição do senso comum para a dignidade e o respeito da pessoa humana como preceito constitucional não deixa de ser formal ao reproduzir valores sociais dominantes e perpetuar as desigualdades. A maioria dos ministros tem sinalizado a favor, mas não definiram como direito adquirido a adoção por parte dos dois. As estruturas jurídicas, dessa forma, reproduzem o jogo de forças sociais e os valores morais e culturais de uma organização social pautada da heteronormatividade.

[...] os juristas contam com um emaranhado de costumes intelectuais que são aceitos como verdades de princípios para ocultar o componente político da investigação de verdades. Por conseguinte, canonizam certas imagens e crenças para preservar o segredo que escondem as verdades.. (WARANT, 1994, p. 15)

Uziel (2002) chama atenção para as pesquisas realizadas nos Estados Unidos, França e Brasil que apontam as preocupações judiciais sobre famílias homossexuais em relação aos impactos dos pais sobre as crianças e ao seu comportamento. O direito à filiação é restrito nos projetos de união entre pessoas do mesmo sexo, onde os debates travados parecem fundamentais para a compreensão dos conceitos de casal e família contemporâneos e da extensão destes frente à justiça. O movimento gay valoriza a expressão do desejo masculino livre, por oposição à idéia de casal, que poderia ser entendida como sinônimo de dominação heterossexual.

A maioria dos entrevistados homossexuais são pais adotivos, solteiros, e em depoimento demonstraram não terem tido nenhum problema jurídico quanto à questão. Nos depoimentos abaixo, os nomes dos filhos são ocultados para preservação das identidades:

“O processo da guarda definitiva foi realizado por minha opção, em acordo com os pais das crianças, com quem tenho contato até hoje. Foram 5 crianças: 3 do mesmo pai e mãe (X / Y / Z), outro da baixada fluminense (R) e o mais recente também de família de Macaé (S). Com exceção do “S”, que é menor de idade, os outros 3 são maiores (Y / Z /R), sendo que um deles é falecido (X). (R. L.B.D., 50 anos)

“Agora uma coisa interessante de esclarecer é assim: Que em todo processo de adoção, é que eu tive entrevistas com assistentes, com psicólogos, nunca houve discriminação pelo fato de eu ser homossexual. Muito pelo contrario, o juiz, em qualquer lugar onde a gente se encontrava, ele já me reconhecia e

sabia meu nome e eu sempre perguntava a ele pelo processo. Agora em nenhum momento durante todo o processo de entrevista, de adoção, de visita, nunca houve nenhuma, nem fala a respeito de discriminação. Na revista com o psicólogo, ele perguntou, esclareci, falei nunca houve nada a esse respeito.” (H.B, 45 anos)

“Foi muito tranquilo. Eu não sabia que eu estava já habilitado. Eu digo: por favor, me diga não me esconda, eu estou preparado, e eu fiquei feliz em ela me dizer: você está muito mais preparado do que vários outros pais, que vieram conversar comigo, e o que eu puder fazer por você, eu farei.” (R.M.C., 47 anos)

A possibilidade de conquistar o reconhecimento social de paternidade foi maior do que entre os casais, principalmente por poderem contar com o apoio de suas redes de relações, principalmente da família. Para alguns, os companheiros ou namorados são os auxiliares na criação e educação dos filhos. Tais comportamentos remetem-me a Tarnovski, quando ele coloca:

A importância por eles alocada nessas figuras masculinas sugere que a constituição de relações de parentesco, e seus significados possíveis, parecem impor-lhes um modelo de paternidade que não comporta partilha, ou seja, a figura do "pai" é uma posição que se supõe deva ser ocupada apenas por uma pessoa (TARNOVSKI, 2002, p. 74)

Neste caso, os sujeitos se apresentam como participantes ativos na dinâmica da educação dos filhos, apesar de experimentarem os preconceitos e as discriminações através dos olhares da sociedade heterossexista que ainda os vêem incapacitados para o exercício de tal função, por serem considerados pervertidos e promíscuos, sem se dar conta que o meio heterossexual também assim o pode ser. É bom lembrar que a sociedade defende que as funções paternas exigem o exercício também da sexualidade como um dos fatores que dá sentido à proximidade da afetividade na relação pai-filho.

As funções parentais foram percebidas durante as entrevistas quando se evidenciou a existência de pessoas próximas, como mãe, irmã, tia, empregada, que partilham o cotidiano doméstico, desempenhando atividades ligadas à criação e à educação das crianças. Mais uma vez, os nomes das pessoas que aparecem nas entrevistas foram alterados, para a preservação da privacidade:

“Então todas as vezes que eu me afasto assim que eu tenho que deixar ele com minhas irmãs ele me pergunta se eu vou voltar pra casa. [...] Participo das reuniões, das atividades que tem no colégio, assim em dia dos pais, dia das mães, dia do São João, natal essas coisa final de ano, encerramento do colégio, tudo eu participo. “Se for dia dos pais, eu vou, mas no dia das mães, eu vou e minha irmã vai comigo” (J.P., 48 anos).

“Hoje eu sinto a participação, se a minha mãe compra qualquer presente, qualquer coisa pra os meus sobrinhos, que o favorito dela tem dezessete anos, não é? Ela sempre compra pra Dimitri que é o meu filho. Então isso é algo que responde, eu acredito que responda. Eu não estou me preocupando em amanhã ter um companheiro pra ajudar na maternidade, ou seja, na criação dessa criança. Porque antes de ter qualquer pessoa, né?! Subentende-se que eu venha a ter um companheiro para compartilhar comigo aqui nesses quatro cantos, eu tenho minha família que é muito mais significativa, não é?” (R.M.C., 47 anos)

“Minha empregada e comadre Celina, que trabalha para mim como doméstica, de carteira assinada, desde abril de 1985. Através dela obtive a guarda de 3 de seus filhos (Eduardo / Adriana e Rodrigo). A Adriana era minha afilhada de batismo e teve uma meningite aos 3 anos de idade. Ao se recuperar da enfermidade resolvi estender a assistência médica da minha empresa para que ela pudesse usufruir mais conforto. Aproveitei a oportunidade e coloquei os seus 2 irmãos. A partir desta data os laços afetivos foram se aprofundando a ponto de eu levá-los para morar comigo.” (R.L.B.D., 50 anos)

É comum, tanto no meio heterossexual como homossexual, a relação de aliança e o vínculo de reciprocidade na família com a chegada de uma criança. A visibilidade da participação familiar no cuidado e educação das crianças promove novos referenciais para combater a ignorância e a homofobia. Identifiquei também entre os respondentes a preocupação de alguns cuidarem sozinhos dos filhos, mas a maioria em dividir as tarefas com a família, com a empregada e até com o companheiro. Segundo Diniz e Borges (2007) tal fato pode ser relacionado ao que vários autores, como Levandowski, 2001; Trindade e Menandro, 2002; Roudinesco, 2003 denominam o aparecimento de um “novo pai”.

As análises contidas neste capítulo são interpretações que busquei destacar através das narrativas como a paternidade gay tem se constituído de forma diferenciada nas discussões acadêmicas, principalmente das ciências sociais; como esses homens romperam com os padrões rígidos de paternidade, criando outras vivências marcadas por relações mais flexíveis e dialogadas de gênero no que diz

respeito à masculinidade; a construção dos projetos, cuidado e educação de uma criança numa sociedade marcada por normas heterossexuais de conduta.

Ao contrário do que parecem, os sujeitos da pesquisa preferem ser inseridos no processo classificatório de família tradicional, em que o sistema de parentesco lhes dá o verdadeiro significado de identidade social, indicando uma valorização como indivíduo. Para eles a paternidade, como qualquer experiência humana, é modelada por contextos sócio-culturais e simbólicos. Na família, não existe apenas como indicativo feminino a mãe, mas outras figuras femininas que apontam o que é ser homem e mulher; as funções que são atribuídas ao feminino e ao masculino; ser pai, não é ser mãe, existindo papéis e funções diferenciadas, por isso, o seu companheiro não está substituindo o papel da mãe. A maioria afirma, inclusive, que as condições de desenvolvimento dos filhos são melhores do que de muitas famílias consideradas "normais". Ser pai homossexual ou heterossexual não pesa no desempenho das funções parentais e de gênero que a sociedade atribui a mulher e ao homem, entretanto, aos homossexuais recai a obrigação de provar suas competências parentais sob pena de não ser legitimada as suas habilidades paternais por referência à sua sexualidade.

CAPÍTULO 4

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA DINÂMICA FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO DE VALORES

O objetivo do capítulo é discutir a educação sexual na família e os limites de aceitação, silêncio e violência quanto à homossexualidade. Até que ponto a família está preparada para educar na diversidade e tecer um olhar crítico sobre as novas constituições familiares formadas por *gays* na sociedade contemporânea? Há bem pouco tempo, não se falava abertamente sobre homossexualidade. O homossexual era visto como um anormal e as pessoas limitavam-se a saber que existiam, mas jamais discutir direitos. A ignorância, o silêncio e os tabus a respeito do problema imperavam no que concerne à educação. A orientação sexual era guiada pelo princípio da dignidade humana e pela valorização de aspectos existenciais que garantissem, acima de tudo, os direitos de personalidade e integridade física e moral pautados nos valores heterossexuais, no que não se diferencia muito da realidade atual

É preciso observar, hoje, como pais e mães estão se adequando às exigências da nova moral sexual para educarem as novas gerações quando ainda são visíveis os conflitos internos causados pelos comportamentos inaceitáveis em relação à sexualidade e, principalmente, quando diretamente ligados à homossexualidade. A dificuldade pode ser compreendida através do discurso de Bruschini (1993), quando defende que a família aparece no cenário social como a tendência mais natural no nível do senso comum que leva a identificação do grupo conjugal como forma básica e elementar, a percepção do parentesco e a divisão de papéis como fenômenos naturais.

A família desempenha papel na formação do sujeito. Em seu espaço são absorvidos os valores éticos e humanitários, aprofundam-se os laços de solidariedade, constroem-se as marcas entre as gerações e são observados valores

culturais. Segundo Bourdieu (1995), a família é o primeiro lugar em que a ação das estruturas sociais sobre o comportamento individual se dá preponderantemente de dentro para fora e não o inverso. A partir de sua formação inicial no ambiente familiar que corresponde a uma posição específica na estrutura social, os indivíduos incorporam um conjunto de disposições para a ação típica dessa posição e que passaria a conduzi-los ao longo do tempo e nos mais variados ambientes de ação. Ao contrário, a estrutura social se perpetuaria porque os próprios indivíduos tenderiam a atualizá-la ao agir de acordo com o conjunto de disposições típico da posição estrutural na qual eles foram socializados.

Assim, é na família que os indivíduos se relacionam e trocam experiências, visto que ela é, ao mesmo tempo, um espaço de conflito cooperativo e um espaço determinante de bem-estar através da distribuição de recursos, passando muitas vezes a refletir diretamente dúvidas, aspirações e questões pessoais. Se educar sexualmente significa desencadear um processo que possibilite ao indivíduo optar conscientemente pela sua sexualidade, às vezes, na família, fabricam-se ideologias autoritárias e estruturas conservadoras onde prevalecem a importância do casamento monogâmico, das relações sexuais pelo binarismo, baseados em interesses econômicos, sem levar em consideração o real interesse sexual, na atração e no afeto entre os parceiros.

De acordo com Zagury (1991) através de inúmeras teorias psicológicas e educacionais atuais, os pais sentem-se atemorizados frente a possibilidade de falhar na educação dos filhos. É uma fase de transição na qual, ao mesmo tempo em que possuem consciência do que não devem fazer, não encontraram ainda um padrão adequado de comportamento em relação aos filhos. Ou seja, a transformação dos valores parentais não possibilitou, ainda, a implementação de um diálogo eficiente na relação pais/filhos no que se refere à sexualidade. Pais e mães percebem o que está acontecendo com seus filhos e filhas em termos de experiências sexuais, contudo, pelo despreparo, relegam aos meios de comunicação e outros recursos ou instituições a tarefa, com a justificativa de que através deles recebem melhores informações do que eles próprios sobre o assunto, o que sugere uma possível inversão no fluxo da informação dentro do sistema familiar para assuntos como a sexualidade.

O corpo torna-se mercadoria e alvo de poder-saber e consumo. Reduzem a sexualidade dos filhos e suas expressões a padrões de mercadorias, vinculando-a a

satisfação imediata dos sentidos. Dentro de uma política conservadora, os conteúdos sexuais, na maioria das vezes, não são mencionados na educação doméstica. As questões relativas à sexualidade são assimiladas como tabus e revestidas de valores centrados na estrutura da família patriarcal, reforçando os discursos repressivos em torno da virgindade, da homossexualidade e, conseqüentemente, da refutação do prazer no envolvimento sexual, porque sexo só existe para procriar e manter a espécie. Os valores sexuais da família mantêm a tradição e geram nos filhos dois sentimentos, o amor e o medo. Ou seja, são distintas nela duas funções: a repressão da sexualidade e a manutenção do modelo ideal de comportamento sexual, sendo que este modelo visa à aprovação social.

Como agente socializante, a família desde cedo tem o cuidado de ensinar as diferenças sexuais, o papel da mãe, do pai, do parente. Procurando, com isso, pontuar não apenas as diferenças, mas as diferenciações “dos” e “entre” os homens e as mulheres, constituintes da marca identitária destes sujeitos. Segundo Reich (1988), a posição do pai exige as mais rigorosas limitações sexuais à mulher e aos filhos. Enquanto na mulher é visível a atitude de resignação forçada por uma revolta sexual calcada, os filhos criam, além da atitude de submissão para com a autoridade do pai, uma forte identificação com ele. A figura paterna representa, na estrutura ideológica burguesa, uma sinonímia correspondente ao poder autoritário desenvolvido no Estado e atrelado aos fatores econômicos e estruturais. Conseqüentemente, a família autoritária apresenta-se como a principal e mais essencial fonte reprodutora de todo o pensamento reacionário e age como uma fábrica onde a ideologia e a estrutura reacionária são produzidas.

Quanto à homossexualidade, os adultos são vigilantes aos “sinais” que a indiquem nas crianças e jovens. Há todo o tipo de controle, casos até mesmo em que são encaminhados para psicólogos, psiquiatras, entre outros, com a perspectiva de evitar o “problema”, a “mancha”, ou a “vergonha” na família. O princípio da educação que se orienta pela idéia de “evitar”, conforme narrei nalgumas falas de pais heterossexuais no capítulo sobre família. De acordo com Souza Filho (2001), pais e mães vivem da crença segundo a qual a sexualidade humana é biológica e não produto de construções culturais, sociais e históricas, isto é, resultado de convenções humanas, tornando-se nichos de circulação e reprodução dos preconceitos que envolvem a sexualidade.

Desde muito cedo, no microcosmo familiar, os adultos cercam as crianças e adolescentes de perguntas e gracejos a propósito de aspectos que concernem ao exercício futuro da sua sexualidade. Nesses momentos de descontração são difundidas as concepções, valores e normas que transmitem as convenções sociais instituídas e dominantes. Operam na perspectiva de reproduzir e perpetuar padrões sociais apresentados como naturais, universais, eternos, imutáveis e até mesmo sagrados. Não se visualizam como agentes dessa cultura, ao mesmo tempo em que são também seu produto, são instâncias reprodutoras dessa representação dos padrões sociais.

Outro aspecto importante a ser considerado com relação à educação sexual na família é que nos dias de hoje, devido a inúmeros motivos como a inserção da mulher no mercado de trabalho, a família passou a dividir a função de educativa do indivíduo com instituições educacionais formais, como creches, pré-escolas e escolas e isso acontece em todas as classes sociais. A escola acabou se tornando uma das instituições sociais de maior importância em mediar esta relação entre indivíduo e sociedade caracterizando a transmissão cultural de valores morais, de comportamento e socialização. Ela é uma instituição que trabalha a serviço da sociedade ocupando grande parte da vida de seus estudantes e cada vez mais substituindo as famílias em ensinamentos como orientação sexual, valores e ideais, ou seja, a vida como um todo.

Contudo, não podemos esquecer que a família mantém o controle da educação sexual de seus filhos e filhas no ambiente escolar. Segundo Braga (2004), não cabe à escola impor valores ou normas de conduta e sim estimular a discussão, reflexão e avaliação, ampliando o leque de conhecimentos e opções para que o próprio aluno escolha seu caminho. A família é que dita as normas de conduta e os valores para os filhos, como discutirei no próximo capítulo.

4.1. Os Valores Familiares na Educação Sexual de Crianças e Adolescentes

Na contemporaneidade, a educação familiar se transformou, depreciando a obediência e valorizando a iniciativa, a autonomia e a satisfação pessoal.

Contrariamente à representação comum, a criança aprende a ser uma pessoa individualizada no seio de sua família. Segundo Kaloustian (1988), a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais, necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal e é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários e onde se aprofundam os laços de solidariedade e individualidade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

As transformações ocorridas nas últimas décadas nas relações familiares têm despertado interesse em diversas áreas do conhecimento, em especial das Ciências Humanas com relação à sexualidade. A sexualidade vem interferindo na vida social quando estabelece normas de conduta, aprendizagens, regras de socialização e comportamentos. Segundo Heirborn (2004), mesmo com toda liberalidade da atividade sexual à esfera do matrimônio observada nos últimos anos, é na família que a sexualidade ocupa o lugar central da socialização das novas gerações em relação ao sexo.

O vínculo familiar, através do laço conjugal, passou a não mais servir para evidenciar ascendências e garantir linhagens ou transmissão patrimonial, mas continuou a servir como modelo aos cuidados e educação sobre a criança, a fim de garantir o indivíduo saudável, adulto. A criança aprende a ser homem ou mulher, a construir a sua identidade sexual e distinguir os papéis sociais e culturais estabelecidos para o masculino ou feminino através dos modelos observados em casa. Pode-se dizer, portanto, que é uma instituição responsável pelo processo de socialização primária das crianças (SCHENKER E MINAYO, 2003), tendo como finalidade estabelecer formas e limites para as relações entre as gerações mais novas e mais velhas (SIMIONATO-TOZO E BIASOLI-ALVES, 1998), propiciando a adaptação dos indivíduos às exigências do convívio social.

Entretanto, estes valores e crenças que compõem a estrutura familiar e as transmissões de saberes e modos de agir não ocorrem de forma linear entre as gerações. Repassar valores em uma sociedade com evidentes mudanças contextuais prescreve uma reelaboração de saberes e adaptações que satisfaçam as novas demandas sociais. A família do nível socioeconômico médio, por exemplo,

vem sofrendo com uma acirrada competição social nos últimos tempos com emergentes e complexas necessidades, principalmente pelos apelos dos avanços tecnológicos e das propagandas massivas de consumo, que exige de pais e mães maiores flexibilidades, disponibilidade e abertura para conduzir as novas gerações. As necessidades básicas de alimentar, vestir e educar que delimitavam as obrigações básicas e as tarefas parentais, hoje se apresentam revestidas de formas sofisticadas. O padrão predeterminado em termos de marca, lugar de compra, entre outros requisitos, passou a ser fator de discriminação da criança ou adolescente por seu grupo de iguais.

A educação formal não se limitou ao muro das escolas, exigiu dos pais outros espaços e mais participação nas atividades dos filhos. O ler e escrever se ampliaram para tantas outras exigências do mundo moderno. Na tentativa de responder à dinâmica do processo, pais e mães, dedicados ao mundo do trabalho e com pouco tempo para estar integralmente acompanhando o desenvolvimento dos filhos, terceirizam esta missão para outras instituições, entre elas, a escola. Nesta afirmação, aparentemente tão óbvia, está revelada a qualidade de vida que pais e mães estão oferecendo em termos de educação, sobretudo se considerarmos nas outras instituições a complexidade de informações e a estranheza do que oferecem como formação. A criança ou o adolescente hoje é pensado mais como consumo do que pelo corpo político educacional.

Esta reflexão também interfere no campo da sexualidade. As gerações mais novas, através dos meios de comunicação, recebem solicitações fragmentadas, de acordo com o interesse de consumo. Isso se contrapõe a um grande silêncio das vozes educativas: a escola se cala e a família se esfria. Até algum tempo atrás, os adolescentes se relacionavam com o intuito de construir algo com alguém, pois o conceito de relacionamento envolvia a possibilidade do casamento. Depois de um tempo, passou a ser o namoro com ênfase na liberdade sexual e hoje se acrescentou entre as modalidades relacionais o “ficar” (um relacionamento no qual um rapaz e uma garota ficam juntos sem assumir qualquer compromisso no dia seguinte), uma relação passageira que requer um grau mínimo de afetividade traduzida pela atração física que aproxima os “ficantes”.

O comportamento do ficar surge na segunda metade dos anos 80 nas danceterias, shopping-centers e festas. Segundo Tiba (1994), quem vê de fora pensa que são namorados, porque se beijam e se acariciam, mas há a falta de

compromisso, componente básico do namoro. Em uma noite, por exemplo, um adolescente pode ficar com três ou mais parceiros, já que o simples fato de beijar já caracteriza o “ficar”. Como núcleo central de organização humana, a família silenciosamente consente o “ficar”.

Na adolescência, o sujeito está pronto para competir e amar socialmente, assumindo o seu papel sexual. Ele é capaz de estabelecer laços afetivo-sexuais significativos, como é capaz de orgasmo pleno com sua parceira ou parceiro. Essa plenitude será estendida para a vida adulta, coroando com vínculos mais duradouros. Todavia, a educação sexual, apesar de ser uma necessidade, e com toda a liberalidade que se observa, ainda um desafio por causa da moralidade tradicional, arraigada em princípios religiosos e em tabus, nem sempre permite que seja um assunto tratado no âmbito da família. De acordo com Souza (2002), a tática do silêncio ainda é usada por muitos pais omissos que são incapazes de conversar com os filhos sobre sexualidade porque não querem se expor ou não têm sua própria sexualidade resolvida.

Segundo Osório (1996), a nova moral sexual na contemporaneidade reconhece a sexualidade como via de obtenção de prazer, livre de culpas e conseqüências indesejáveis para veiculação dos afetos e estabelecimentos de vínculo amoroso. O novo paradigma moral se esboça na esteira da revolução dos costumes sexuais. A família ao mesmo tempo em que regula o exercício da sexualidade humana e impõe limites a outras esferas sociais ao abordá-la na educação do filho, tem por ela determinada suas distintas configurações e objetivos. Experimenta e analisa criticamente essa nova moral sexual emergente se beneficiando de um contexto menos repressor, mais sincrônico com as demandas da natureza humana e provedor de um ambiente propício ao reconhecimento e adequada satisfação das necessidades sexuais de seus membros, quando permite, por exemplo, o “ficar”.

Em conversa com os pais homossexuais, perguntei como eles acompanhavam o desenvolvimento dos filhos, como trabalham a questão da sexualidade em casa, principalmente a homossexualidade? Alguns, assim, relataram:

“Eu acompanho todo processo de Carlos (nome fictício), agente conversa sobre tudo, sobre sexo, ele já foi conheceu vários amigos meus que são

homossexuais, e no início ele fazia bem assim, é... Quando ele via assim, encontrava alguém no cinema ou na rua não sei que... Aí desde ele pequeno foi sempre na casa de amigos meus, de amigas, então ele dizia bem assim: Fulano de tal é gay? Eu disse é, algum problema por isso? Ele dizia não! Então assim, sempre foi... É tudo que eu faço parte da vida, que ele traz agente conversa, não tem isso de esconder.” (H.B., 45 anos)

“O momento mais íntimo que observaram foi a de troca de beijos. Percebi maior constrangimento no meu filho do que na minha filha.[...] Inclusive repassei esta pesquisa para eles com o intuito de mostrar o quanto a questão está sendo discutida pela sociedade e também para que nossa relação fique cada vez mais clara e sem tabus.” (R.L.B.D., 50 anos)

Observam-se as expectativas dos filhos dentro da faixa etária em que se encontram. Perguntas simples e objetivas que requerem respostas de igual nível, pois são absorvidas mais facilmente. Para que isso ocorra é importante abrir espaço para um diálogo honesto e franco, fazendo do ambiente familiar um lugar onde os filhos podem trazer suas dúvidas e tenham a certeza de uma resposta. Porém, não passa despercebido o impacto que causou no filho do segundo depoimento quando na prática viu o relacionamento de seu pai com o companheiro. Antes podia até saber, mas não tinha presenciado, era algo fictício, naquele momento passou a ser real, e o pai teve que criar habilidades para desconstruir o incômodo.

Lancei a mesma pergunta aos pais heterossexuais que assim responderam:

“É preciso mostrar a ela que as diferenças existem e devem ser respeitadas. Para isso devemos aproveitar todas as oportunidades de convívio para dar bons exemplos. Por exemplo, no aspecto religioso devemos explicar que temos a nossa crença, mas que o nosso próximo pode ter outra e nem por isso é inferior ou superior, é melhor ou pior, é apenas diferente. [...]Se nossos filhos forem educados sabendo respeitar a diversidade cultural todos os relacionamentos ocorrerão de uma maneira tranqüila e saudável.” (A.P.D.C.J, 38 anos)

É importante estar presente na formação dos filhos, para que ele tenha garantido o acesso a uma orientação voltada para o respeito à diversidade e às diferenças. Sejam estas sociais, econômicas, política, religiosas e sexuais. [...]acho que o momento íntimo se presenciado deve ser desnudado para a criança, com o objetivo desta não passar a vislumbrar aquele momento como algo não natural da relação entre duas pessoas que tem uma relação de afeto, seja heterossexual ou homossexual. (A.C.O., 36 anos)

As respostas dos pais me conduziram a analisar que eles tiveram dificuldade em responder, porque pesa a forma como foram educados. A maioria nasceu e cresceu numa geração reprimida onde falar sobre sexo era pecaminoso e obsceno. Não tinha em casa receptividade para dialogar sobre o assunto, discutir as dúvidas, saciar as curiosidades. As colocações são pontuais, há limites nas suas colocações, isto é observado quando no primeiro depoimento, o discurso foi conduzido para o campo religioso; no outros depoimentos para os aspectos gerais.

Através desta análise é possível demonstrar que a sexualidade permanece refém das dicotomias e maniqueísmos sob os quais se consolidaram os valores da nossa sociedade que favorecem as concepções de norma e de desvio que pautam o aprendizado e que se refletem nas formas como se ensina sobre as sexualidades, seja na família ou na escola. As ações, comportamentos, falas, atitudes e silêncios, dos quais se faz o cotidiano das famílias, demonstram que a educação sexual tem servido muito mais para dissimular preconceitos do que para superá-los.

4.2. Homossexualidade na Família: Conhecer as diferenças não é estar preparado para conviver com o diferente

Não tenho pretensão de restringir a discussão sobre homossexualidade à atração sexual por pessoas do mesmo sexo. Certamente porque a homossexualidade tem várias dimensões a serem estudadas inerentes à vivência da sexualidade, como por exemplo, a percepção que ela não é singular. Minha pretensão é compreender o papel da família no processo de educação de filhos e filhas sobre homossexualidade, principalmente quando um de seus membros se reconhece como homossexual, ou quando a família do outro é composta por um casal homossexual.

Inúmeras são as influências do ambiente social para a formação da identidade sexual, mas inegavelmente, a família é a mais importante de todas. Ela proporciona as recompensas e as punições, assim como molda o ser humano na formação do futuro adulto. O grupo familiar dá provimentos para que as crianças

tenham valores morais compatíveis com a cultura em que vive. Neste sentido, é um organismo além do biológico, com nítidos caracteres culturais e sociais.

Segundo Sánchez (2009), na fase infantil, a família conduz a aprendizagem das crianças através de brincadeiras. Por meio de jogos, elas aprendem a tocar, explorar o corpo, imitar (o médico, os namorados, os pais), podendo ser com pessoas do mesmo sexo ou com pessoas de sexos opostos. Quando chegam à puberdade e adolescência, começam a ter as primeiras experiências sexuais; meninos e meninas despertam para a orientação heterossexual ou homossexual, de acordo com a identidade que sentem pertencer.

Neste contexto, vale ressaltar que a regulação social, por meio das características de gênero, é de fundamental importância para reforçar as identidades de homem e mulher nos papéis do menino e da menina, o que estabelece as discriminações por sexo e gera a homofobia nos pais ao reconhecer a perda dos seus projetos de descendência (ter netos e bisnetos). Segundo Butler (2000), a heterossexualidade é exercitada na sociedade em vários vieses sociais, permitindo que as pessoas sejam educadas para serem heterossexuais. Os valores estão ligados aos estereótipos de naturalidade físico-corporal com legado biológico, onde as aprendizagens são pautadas pelas diferenças que respondem aos comportamentos de gênero-sexo, o que é permitido ao masculino-homem e ao feminino-mulher.

Nas entrevistas, pude observar a dificuldade, o conflito interior que alguns dos homossexuais sentiram ao romper com as barreiras dos projetos familiares ao se assumirem gays, por serem educados a terem comportamentos heterossexuais, como no depoimento abaixo.

“Eu vivia numa sociedade onde mesmo que ninguém te obrigasse a casar, apesar de você ter descoberto a dualidade da sua sexualidade, a questão do optar pelo casamento formal era evidente, porque você mesmo dizia que você precisava casar, porque você tinha uma mãe para dar satisfação, uma irmã que precisava ser vista na sociedade, como uma menina normal que não é irmã de um homossexual. Seus pais precisavam conviver com a vizinhança, sobretudo que o seu filho, o primogênito casou lhe deu netos e que tudo poderia sentar-se à porta de casa na cidade do interior, e dizer: meu filho casou, meu filho tem filhos, porque era isso que todo o mundo esperava que seus filhos fossem.” (E.M.P., 53 anos)

O silêncio é evidente, na fala dos entrevistados, quando reforçam as formas de relacionamento em mão dupla na educação familiar em relação à homossexualidade. O medo e a rejeição por parte da família formam uma cadeia de conseqüências negativas para se assumir publicamente. Neste caso, estão imersos as opiniões alheias: o que os parentes, os vizinhos, os amigos vão pensar. Dar uma satisfação à sociedade é muito importante e não escapa aos efeitos destrutivos dos projetos de descendência familiares. Em casa, os pais temem que lá fora, no espaço público, o seu filho ou filha, por ser homossexual, torne-se refém de uma sociedade mal informada, cheia de preconceitos e excludente. Por mais que o pai e a mãe não aceite a situação no momento, subjetivamente está o instinto de proteção, principalmente o maternal, por isso, que na maioria dos depoimentos é a mãe com todo o sofrimento a primeira a aceitá-los e a acolhê-los.

A família se constitui como o espaço distinto para essas discussões expostas pelo entrevistado, à medida que gera e consubstancia hierarquias sexo/gênero e induz as diferenças anatômicas pela existência de um princípio diferencial que intervém na passagem dos indivíduos da natureza para a cultura. Para alguns entrevistados, a família se constitui em um ritual de passagem através do casamento com todas as fases de preparação até a consumação e a procriação.

“O filho de um casamento anterior, certo! Com uma mulher, o qual começa como qualquer outro casamento. Igual, que as pessoas estão apaixonadas e tal, e se casam. No meu caso, igreja, seguindo uma tradição, né?! Porque da nossa formação, casamos numa igreja católica, com véu, grinalda, terno, (risos) orquídea, não sei o quê, enfim, tudo que possa tá ali”. (M.C., 40 anos)

Os valores da família tradicional estão presentes nas falas e são sustentáculos na educação dos filhos futuramente. Não há um rompimento dos valores sociais para o ritual de passagem, para que adiante eles possam perceber que além do casamento, existem outras formas de constituir família e de procriar – pensando na reprodução assistida – sem ser aquela que papai e mamãe ensinam quando a criança ou o adolescente estão em fase de aprendizado.

Souza (2002) demonstra que a diferença entre os sexos é a primeira informação que a criança recebe da família, quando inconscientemente aponta para ela, o pai, e insistentemente a faça perceber, assimilar e distinguir da figura da mãe. Quando o entrevistado explica todo o ritual para a sua constituição familiar, deixa

implícito que dentro desses padrões o filho será educado e admite ser impossível romper com as circunstâncias que o envolve no papel de pai heterossexual.

“Vai ter aquele outro momento, eu vou tá viajando com a mãe, porque ele quer ir, porque os primos. Então, é uma coisa que você procura se adequar, e eu fujo, mas, tenho que me render de vez em quando também. Eu tenho que ir passar o Natal na casa de vovó, assim. Você falou de família, e por tabela tá ligado à esposa e a casamento. Esse casamento não durou muito em sua mão, e se esse casamento gera filho, pode ter certeza que você casou com uma outra família, que você vai ter de engolir pelo resto da vida (risos), quer queira ou não.” (M.C., 40 anos)

Segundo Àries (1985), a família, enquanto grupo privado, surge no ocidente com a função moral e social de preparar meninos e meninas para a vida, a partir da representação do pai e da mãe. Percebe-se que pela visão de família no depoimento acima, também recai sobre a figura do pai e da mãe o equilíbrio da orientação afetivo-sexual do filho. Por isso, se assumir homossexual perante o filho naquele momento que foi questionado, era algo impossível porque ele, pai, não foi preparado para tal situação, por ser também vítima da educação que teve dos pais, da escola e da sociedade em geral.

Em alguns momentos, o mesmo entrevistado ratifica esta afirmativa quando deixa explícito o seu comportamento heterossexual durante a sua fase de juventude, às vezes apresentando comportamentos dúbios, como seria normal para sua idade, sem que os pais se dessem conta de que naquele momento ele estava formando a sua identidade sexual. Ele era o rapaz que beijava as garotas, mas gostava da companhia dos garotos, conforme depoimento:

“Aí tem uma coisa do lugar também, eu estava inserido em um contexto de interior, né?! De ser macho e acho que minha cara era bonitinha, acho que beijei todas as meninas (risos) que tinha pra ser beijadas naquele momento (risos) sem nenhuma onda. (risos) E é claro que eu já tive alguma coisa que me sinalizava pra meninos, mas, eu segurei a onda. Eu tava no contexto, eu tava era adejando, era ficando com quem desse, não tinha esse termo, né?! E namorando, e tendo namoros longos também, e tendo amigos assim muito colados, que hoje eu posso tentar interpretar o que era [...]” (M.C., 40 anos.)

O grande conflito está no fato de se auto-assumir amar o outro. Assim como este, outros homossexuais apresentam usos e negociações para compor redes de relações necessárias a satisfazer a permissividade heterossexual, mesmo se

deixando observar o caráter dúbio na construção de suas trajetórias de identidade homossexual. Um aspecto importante a ser observado é a identidade masculina que está sempre apoiada na posição heterossexual que, segundo Badinter (1993), está associada à penetração, dominação e afirmação da virilidade. Durante a pesquisa isso é observado quando apresentam a necessidade de responder satisfatoriamente à família e à sociedade por essa virilidade.

“Eu tive uma paixão por uma mulher, foi com a mãe de meu filho e eu amei de cara, assim, foi aquele amor à primeira vista [...]. Um amigo me chamou para que a gente fosse na casa de um homossexual, e aí chegou lá a gente se envolveu com ele. Ele deu um dinheiro, então aquilo para mim foi repugnante, porque o cheiro dele não saía de mim não, mas o que eu adquiri através daquilo me fez feliz, porque estava com uma mulher que eu gostava.” (U.B.F., 28 anos)

Welzer-Lang (2001) afirma que os meninos, no período da infância, começam a se reagrupar com outros meninos de sua idade e atravessam uma fase de homosociabilidade na qual emergem fortes tendências e/ou grandes pressões para viver momentos de homossexualidade. Isto é observado nas competições de pintos, maratonas de masturbação, brincarem de urinar o mais longe e excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo.

Observando atentamente a fala do entrevistado e a colocação de Welzer-Lang sobre a fase da homosocialidade, podemos ir mais adiante e perceber a forma imperiosa como as famílias educam os seus filhos homens. De acordo com Sánchez (2009), as famílias têm uma forma de educar os meninos, determinando-lhe as formas de ser “macho”, transformando tal atitude em verdadeiros problemas sociais, através do conhecido “machismo” como afirmativa da superioridade masculina heterossexual.

Na juventude ou na maturidade, quando estes filhos assumem a sua verdadeira orientação sexual diferente da que a sociedade estabelece para o macho, a própria família o execra, e em muitos momentos, além dos conflitos existenciais e sociais, o desejo é vivido na clandestinidade. Ele irá satisfazer suas fantasias e desejos sexuais carregados por um complexo de culpa e traição que jamais deve ser revelado à sociedade machista.

“[...] As coisas já estavam ficando tão conflituosas que havia um momento que eu me sentia tendencioso a mentir, do tipo: para onde você vai agora? Ah, vou encontrar com amigos, vou resolver um problema, quando na verdade eu estava indo me encontrar com aquele, que futuramente seria meu companheiro como realmente foi.” (E.B.P., 53 anos)

Mesmo rompendo os conflitos interiores e exteriores para assumir a homossexualidade no universo machista e conservador, carregado de informações de que a orientação do desejo não muda, é trilhar um caminho muito tortuoso. Por mais que tentem vencer os preconceitos através de lutas, posicionamentos e reivindicações na busca de uma identidade plena, a sociedade limita as relações tanto na dinâmica entre as famílias, quanto em outras instâncias sociais. Buscando compreender essas nuances, procurei questionar alguns pais heterossexuais sobre a possibilidade de seus filhos virem a ter um grande amigo, cujo pai era homossexual, se eles permitiriam a amizade. Não diria 100% dos entrevistados, mas 80% tiveram a visão equilibrada da problemática, não negando a amizade, mas colocando limites entre eles.

“Eu permitiria a amizade, porém ficaria mais vigilante a fim de controlar os possíveis desvios. Acredito que por tê-lo próximo a mim, com o tempo irá perceber o que não lhe convém e assim também aprenderá a conviver com as diferenças.” (M.S.R., 37 anos)

“Sim, ele ainda não está na fase de amadurecimento da sexualidade. Se estivesse, ainda assim, iria permitir, mostrando a realidade e acompanhando cada passo deles. Não existe uma fórmula, mas a conversa amigável ainda é o melhor remédio.” (S.R.F., 33 anos)

“Não significa que o fato de ter um pai gay, o filho também já é gay, mas para evitar surpresas vou fazer o possível para orientar meu filho quanto à escolha de suas amizades. Mostrar pra ele que devemos respeitar todas as pessoas e tratá-las sem distinção, porém definir seus vínculos de amizades de acordo os seus princípios.” (M.V.S.R., 44 anos)

Como não distinguir se houve um corte na escolha das amizades, uma seleção em nome de um princípio, qual? Religioso? Social? Ideológico? Ou tudo isso revestido de um medo pelo desconhecido? As palavras “surpresa” e “vigilância”, nos depoimentos, deixam claro o despreparo e ambigüidade da sociedade quanto à homossexualidade. Não importa se a homossexualidade vem do amigo ou do pai do amigo, a revelação sempre aparece aos olhos dos demais com uma incerteza, pois

vem acompanhada de estereótipos, muitas vezes tão esmagadora que parece estar fora de controle. Dentro do convencional, não aceitam bem a homossexualidade e procuram transmitir aos filhos a idéia e os sentimentos de que essas pessoas são inadequadas.

Mott (2002), ao discutir a homofobia na família, os limites de aceitação ou rejeição quando esta descobre que um filho ou um neto é homossexual, evidencia que a problemática é aterrorizadora. Para enfatizar, relata dois casos que servem de reflexão sobre o despreparo da família para conviver com as diferenças sexuais. Segundo ele, num bairro periférico de Salvador, um avô espancou seu neto negro até a morte quando descobriu que era gay; e um pai de classe média, ao ser informado que seu filho era homossexual, deu-lhe um revólver determinando: "Se mate! Pois na nossa família nunca teve viado!". Pelo relato, essa situação limite chega a anular o próprio sentimento de afeto estabelecido entre os membros da família, a favor das respostas socioculturais que se estabelecem como regras de comportamento, neste caso, a heterossexualidade. No primeiro relato, a causa não é "ser negro", mas "ser gay". No segundo caso, "a família nunca teve um viado", como mácula que aparece como desonra.

Entre os depoimentos dos entrevistados e os relatos do antropólogo Luiz Mott, abre-se uma fenda de possibilidades e reflexões sobre a exploração dos espaços entre o que dizem e como agem as famílias, possibilitando a afirmação de que, no seu interior, a amizade é uma rede complexa de tensão entre o reconhecimento e o silêncio. Um silêncio pensado através das regras e da ética da reserva. Os filhos dos homossexuais freqüentam a casa do amigo e os pais destes manejam discretamente o olhar sobre o comportamento do primeiro. Por outro lado, se o seu filho se torna um homossexual, se sentem frustrados, procuram múltiplas razões, usam da violência física ou agem como se não o conhecesse, mantendo comunicação restrita e distante.

As famílias não estão preparadas para essa descoberta, mesmo a criança tendo apresentado um comportamento diferente desde a infância, preferem não acreditar na possibilidade de uma mudança de opção sexual de seu filho. (GONÇALVES, 2006, p. 5).

A família prega por meio do sexo lícito a sexualidade sociocultural, que nada mais é do que o produto de forças sociais e históricas, deixando prevalecer um

comportamento social conservador, criado pelos ancestrais. Não existe um modelo único nas relações por serem frutos da própria cultura que, inclusive, gera os preconceitos e os próprios conflitos familiares.

Então eu acho assim, que hoje, se a gente se enquadra em determinados padrões da sociedade, eu acho que a gente não vive, né? E eu acho assim, tudo é construído, né? Tudo é construído, não existe modelo de relação entre pai e filho, não existe modelo de relação entre marido e mulher, entre dois homens, entre duas mulheres, tudo é construído, se a gente for formatar tudo, acha que aí a gente tem muitos conflitos, né? (M.C., 40 anos)

A partir do depoimento de um pai homossexual, a família não pode pensar num modelo único para educação, porque ela está tratando com individualidades. O menino ou a menina tem fantasias, sentimentos, desejos próprios, expõe preferências afetivas entre os membros da família e cria projetos de vida que extrapolam o mundo para além da família. Os pais precisam estar preparando seus filhos para as possibilidades nas quais se assentam a vida pessoal na vida social.

Em entrevista com alguns pais heterossexuais, perguntei como é educar uma criança para que ela possa viver com as diferenças, assim se colocando:

“A criança, até determinada idade espelha o que vê em casa, após essa idade sua tendência é rejeitar, porém os conceitos formativos ficam. Portanto, se a ‘casa’ é um micro cosmo plural, onde a diversidade sempre se fez presente e respeitada, sem dúvida, a tendência será que esse jovem forme-se como uma pessoa tolerante. (não é regra, apenas tendência).” (R.A.R., 46 anos)

“Busco, na medida do possível, apresentar aos meus filhos a diferença como uma coisa natural, e que todos, independente de quem somos, temos elementos especiais, essa diferença é saudável para o crescimento de todas as pessoas e importante para o estabelecimento de um mundo mais tolerante e atento no respeito à diferença.” (A.C.O., 36 anos)

“Primeiro é preciso fazer com que ela identifique a si própria e depois aprenda a respeitar a opção dos outros.” (M.S.R., 37 anos).

“Não é difícil quando se trata de diferenças normais e naturais, no entanto, é complicado desenvolver na mente da criança a convivência com diferenças anormais e inversas ao natural.” (M.V.S.R., 44 anos)

Na seqüência, procurando ouvir as opiniões dos pais homossexuais sobre educar os filhos para que convivam com a diferença de sua família, terminei percebendo a mesma dificuldade dos pais heterossexuais, ou seja, alguns atribuem mais responsabilidade à escola, enquanto outros não demonstram entendimento

sobre o assunto por não ter uma formação adequada para isto, conforme podemos perceber nos depoimentos abaixo:

“Os conceitos devem estar muito claros na cabeça do educador. Educar sem estar consciente da mensagem que se quer passar pode não ter resultado. A educação escolar ainda não atua como deveria na questão do combate à homofobia. Falta uma ação educadora dentro das escolas, realizada em algum momento determinado pela própria escola, para esclarecer e dirimir dúvidas dos jovens com relação à sexualidade. Isto vale tanto para a rede pública como a particular.” (R.L.B.D., 50 anos)

“Não sei nem como lhe explicar isso, porque eu acho que se você tratar uma criança com verdade, ele vai ser sempre verdadeira, ele não vai negar as origens dele não. Ele não tem tendência à homossexualidade.” (M.V., 60 anos)

“A princípio, o fato de ele ter tido um pai, uma mãe, eu acho que já salvaguarda ele dessa responsabilidade de encarar essa realidade. Talvez, ele até se proteja e toda e qualquer criança que esteja na mesma situação, pai e mãe, sejam eles homossexuais ou não, mas, tendo um pai e uma mãe, isso psicologicamente, já salvaguarda a criança da responsabilidade dele encarar essa situação, essa natureza de família diferente. Então, o grande segredo é a gente educar para o respeito, educar para a auto proteção, educar para a solidariedade, educar para reconhecer, para que a criança reconheça que ela não está sozinha no mundo, que ela não é o centro do universo e uma educação que esteja basicamente pautada no afetivo.” (A.N.C., 39 anos)

Para compreender as afirmações acima, reporteime a Tadeu Silva (2000), quando considera que a questão da identidade e diferença são problemas sociais porque, em um mundo hegemônico, o encontro com o outro, com o estranho é inevitável, mas o problema central é a rejeição por incapacidade de conviver com a diferença, gerando sentimentos de discriminação, preconceitos, crenças distorcidas e estereótipos.

Outro fator importante a ser considerado na educação familiar é a dificuldade que os pais demonstraram ao trabalhar com gênero e sexo em casa, dando à sexualidade aspectos específicos e levando em consideração as influências dos demais segmentos sociais. De acordo com as pesquisadoras Abramovay e Castro (2006), temas relacionados à sexualidade e à afetividade não se destacam na agenda entre pais e filhos. A maior probabilidade de socialização dos jovens no campo da sexualidade se dá entre os pares. De acordo com as pesquisadoras, dados de 2006, 63,6% dos jovens afirmaram que não conversam nada com o pai

sobre sexo e 57% disseram não expor coisa alguma sobre os seus sentimentos. Outros indicadores apontam que entre os amigos, os jovens são mais informados sobre sexo.

Durante as entrevistas, alguns pais heterossexuais se mostraram mais abertos a problemática, mas a maioria divagou em seus depoimentos por não apresentarem conhecimento sobre a diferença entre sexo e gênero na conduta de seus filhos. Perguntei como eles observam o desenvolvimento sexual e de gênero de seus filhos ou filhas e se já haviam conversado, com eles, sobre homossexualidade.

“No convívio do dia a dia conseguimos identificar todos os gestos e formas comportamentais dos nossos filhos não só naquilo que os instruímos, mas também nos seus instintos naturais e ajudá-los nos ajustes de sua formação de gênero. Conversamos todos os assuntos referentes à formação dos meus filhos nas mais diversas áreas, com certeza, serão conversadas inclusive sobre a sexualidade moral e legal.” (M.V.S.R., 44 anos)

“Até o presente momento tudo parece normal. Não conversei com eles sobre homossexualidade porque a temática serve para orientar e esclarecer dúvidas, diminuindo assim possibilidades de discriminações.” (M.U.R., 42 anos)

“Procuro orientar o desenvolvimento de gênero dos meus filhos, para que eles realizem um debate com o que eles vislumbram no seu dia-a-dia em outros espaços que não somente sua casa. Por exemplo, há algum tempo atrás, ele, por conta de uma visão estereotipada da sociedade, não queria vestir rosa (cor de menina e não de menino). Eu e minha esposa buscamos mostrar a ele que a cor não indica o sexo ou orientação de alguém, fomos olhar algumas roupas rosa que eu tinha, vimos outras imagens de homens e mulheres, e fizemos este entender que a cor é uma opção de escolha para aquele momento, para aquela hora que você está se vestindo. Sobre homossexualidade no contexto de explicar o que é homossexualidade não, até porque eles têm 6 e 4 anos, mas para o respeito a uma ação de carinho de pessoas de mesmo sexo que desenvolvem uma relação de homoafetiva sim. Não impediria, pois acho que a escola é parceira da família na educação para o respeito à diversidade e as diferenças.” (A.C.O., 38 anos)

Lancei os mesmos questionamentos para os pais homossexuais, procurando identificar visões diferenciadas de educar os filhos para a diversidade e encontrei um discurso dentro da versão tradicional, que nega o exercício da homossexualidade aos filhos e apresenta um modelo ideal de comportamento sexual voltado para a heterossexualidade.

“Com certeza que ele deve saber, porque, as brincadeiras dele, geralmente, com relação a minha pessoa são brincadeiras muito capciosas, eu acho que ele intui ou já sabe e só espero um dia eu diga pra ele, de fato, o que eu sou.” (A.N.C., 39 anos)

“Eu trabalho com ele normalmente, entendeu? Como se fosse, como se eu fosse o pai e a mãe dele entendeu? Eu dou banho, eu que cuido dele, entendeu? Ele só dorme comigo, entendeu, sempre ao meu lado ali e é um chamego só. Ainda não cheguei pra conversar com ele sobre homossexualidade porque tá muito cedo. Estou deixando ficar mais um pouco... Chegar na puberdade e na adolescência dele pra ele poder ter ciência das coisas. Vou chamar ele, sentar com ele, a gente bater um papo, entendeu? E aí vou explicar pra ele qual a minha situação em relação a ele tal, tudo direitinho, e aí vai ter que entender.” (J.P., 48 anos)

Por meio das características de gênero reforçam-se as identidades preconceituosas na sociedade. Não há dúvida que a educação familiar é uma das que mais contribuem para a produção e a reprodução desse preconceito. Poderíamos dizer que boa parte da educação familiar se orienta no sentido de cuidar para evitar a homossexualidade, adotando estratégias que visam reforçar o padrão sexual instituído e legitimado, a heterossexualidade. Estratégias que vão desde as brincadeiras sobre namoro com crianças com menos de cinco anos a cobranças de casamentos durante a puberdade e adolescência. Os adultos se mantêm vigilantes quanto a sinais que indiquem homossexualidade nas crianças para evitar futuramente um problema, uma vergonha ou uma mancha na família.

Segundo Souza Filho (2001), as famílias tornam-se nichos de circulação e reprodução dos preconceitos e da desinformação que envolvem a sexualidade. Desde muito cedo, no microcosmo familiar, adultos cercam crianças e adolescentes de perguntas e gracejos a propósito de aspectos que concernem ao exercício futuro da sexualidade, que conformam as convenções sociais instituídas e dominantes.

Assim, ao finalizar este capítulo, destaco que não esgotei o assunto, mesmo porque ele supõe novas e diferentes análises, mas entendo que é necessário defender que a ação voltada à família, no que concerne a educação, deve ultrapassar a visão idílica de um modelo de família nuclear. A realidade se mostra bem mais complexa que a minha tentativa de compreender tais questões, por isso, este é apenas o início de uma reflexão constante que não pretende esgotar o assunto, nem concluir uma dinâmica tão ampla.

As famílias, antes de dados biológicos ou de realidades socioculturais, são complexas teias psíquicas, pois evidenciam escolhas e extensões essenciais no âmbito da afetividade e da sexualidade. Constituída de valores morais, o respeito à dignidade humana deve delinear o reconhecimento de outras entidades familiares através de uma hermenêutica extensiva da legislação disponível, no sentido de vislumbrar o direito à constituição familiar para além do biológico legal positivado, em direção ao principal elemento amalgamador e constituinte de uma entidade familiar: o afeto.

Atualmente, com toda a abertura e discussões sobre problemáticas diversas no campo social sobre sexualidade, pais e filhos são vítimas de uma educação conservadora, orientada para a reprodução. Percebe-se sutilmente através das falas dos entrevistados que a sexualidade do homem ocidental é orientada no sentido de não sair do estabelecido, símbolo de uma ordem social que perpetua as convenções que se fixam e se legitimam, dentre outras formas de se vivenciar essa sexualidade. As situações observadas e vivenciadas pelos entrevistados merecem ser debatidas nos mais variados aspectos – sociológico, antropológico, jurídico, psicológico - pois revelam posturas conservadoras. Ao invés de contribuírem para uma formação de respeito às diferenças, caminham mais para fortalecer todo um discurso que reforça o conceito único de família pautado na união de um homem e uma mulher com filhos, excluindo quaisquer outras formas de constituições familiares.

CAPITULO 5

CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Emergem, na contemporaneidade, discussões sobre sexualidades que abrem espaços para a percepção de identidades plurais. Hall (2002) observa que, hoje, os indivíduos são desprovidos de identidades e que a humanidade está passando por uma “crise de identidades”. Compreender a pluralidade das identidades sexuais é fundamental para que possamos visualizar os motivos pelos quais a sexualidade se constitui em um problema para as escolas. A escola não sabe lidar somente com a homossexualidade, mas também com a heterossexualidade.

Carvalho (2003) define as identidades como resultantes de entrecruzamentos socioculturais, uma apropriação de diferentes níveis heterogêneos presentes na sociedade. A sociedade tende a dividir o mundo por dualidades: de um lado estão os machos, o masculino heterossexual, o normal; do outro estão as fêmeas, o feminino, o homossexual e o anormal. A sexualidade aparece num conjunto de signos criados por fatores externos à dimensão sexual-biológica, o que permite a construção de um processo que acompanha todo o ciclo de vida. Os papéis e as funções são construídos e aprendidos a partir de componentes que partilham e aderem valores que constituem o fundamento do modelo social. O modelo instituído para a identidade social está estruturado pela diferença sexual que naturaliza a desigualdade entre homens e mulheres.

Os rígidos esquemas classificatórios, nos quais a sociedade aprende a decodificar seus significados, entram, muitas vezes, em choque com questionamentos que buscam compreender, através das relações sociais, como os processos de identidade recaem sobre a sociedade contemporânea. Como viver outras formas de sexualidade que não sejam pautadas na heterossexualidade?

No campo educacional, os conflitos de valores, no interior das escolas, a cerca da homossexualidade assegura representações que desconhece os debates sobre as questões de gênero e sexualidade; reproduz a sexualidade de forma totalitária; sedimenta-se no corpo dicotômico igual homem e mulher; utiliza linguagens que institui o sexo-gênero nas suas práticas discursivas, onde prevalece de maneira totalitária a heterossexualidade.

Considerando que não existe, de um lado, uma identidade heterossexual pronta, acabada, esperando para ser assumida, nem do outro, uma identidade homossexual instável, mas identidades formadas por um construto mutável e volátil, numa relação social contraditória e não finalizada, o capítulo visa discutir os conflitos de valores que se estabelecem na escola quanto à problemática da homossexualidade.

De acordo com Verardo (1989), a educação formal, através da área das ciências naturais, discute a sexualidade através de abordagens genéricas, como as funções do aparelho reprodutor. Não leva em consideração, além dos sistemas biológicos, outros sistemas como os políticos e sociais que delimitam os comportamentos, discriminam, exilam todos que fogem às regras sob a aparência da racionalidade. Louro (1997) indica que as sexualidades transitam pelos espaços escolares na medida em que são parte constituinte das identidades dos agentes sociais que freqüentam esse espaço.

Os extensos debates nas Ciências Sociais sobre sexualidade têm demonstrado que, para as sociedades, a concepção de gênero e sexualidade são construções sociais. Heilborn (1999) afirma que dentre as ciências sociais, a Sociologia e a Antropologia têm investido de maneiras diferentes sobre o tema. A primeira tem contribuído com grandes inquéritos sobre o comportamento sexual da população, enquanto a segunda, em princípio, tem respondido pelas descrições detalhadas de valores e práticas de grupos sociais demarcados. Investigam a dimensão da sexualidade no esforço de conhecer as diferentes modalidades de organização social peculiares a cada grupamento humano.

A dissociação entre sexualidade e reprodução biológica da espécie, a partir do desenvolvimento dos métodos contraceptivos, nos anos 60, e o advento da epidemia do HIV/AIDS, na década de 80, deram novo impulso às investigações sobre os sistemas de práticas e representações sociais ligados à sexualidade. No final do século XX, elegeu questões afeitas à intimidade, vida privada e a

sexualidade como centro da reflexão sobre a construção da pessoa moderna. Nela está o indivíduo que se constitui o sujeito político, livre, autônomo, portador de direitos, mas que alude à sua fabricação subjetiva, múltiplos dispositivos disciplinares que tornam as experiências do gênero e da sexualidade centrais para a constituição de identidades.

No campo educacional, a escola, apesar dos grandes avanços, a sexualidade continua a ser reproduzida através da identidade totalitária, quando usa, através de práticas, a distinção entre os corpos do homem e da mulher. Os meninos e as meninas são ensinados a exprimirem os seus sentimentos e desejos de modos diferenciados. A escola não se dá conta que existem uma grande dicotomia entre gênero e sexo. O menino pode ter aptidões e trejeitos femininos, mas é homem. Enquanto a mulher pode ter aptidões masculinas, mas é mulher. Os transgêneros são considerados uma carga extra pela exteriorização de uma imagem que foge às normas estabelecidas. Adelman (2001) aponta que para a sociedade de modo geral, a atribuição de um gênero desde a infância gera normas de conduta durante a vida, tendo um peso muito grande. As atribuições são ponte para a socialização e colocam o indivíduo no mundo ditando suas oportunidades e escolhas. A sociedade costuma ser muito cruel com aqueles e aquelas que fogem as suas regras hegemônicas.

As linguagens também instituem o sexo-gênero como construtor das identidades “normalizadas” que resultam no modelo de identidade heterossexual. “Servindo-se de símbolos e códigos, ela [a escola] afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer [...]” (Louro, 2001, p.58). O que é permitido, assim como as interdições, passa pela intencionalidade do ato pedagógico. Todavia, nem sempre são explícitas essas intenções que regulam e normalizam as condutas, buscando aproximá-las do sujeito idealizado pelas agências sociais formadoras.

A sociedade constrói, através da identidade de gêneros, os papéis do homem e da mulher, naturalizando a heterossexualidade como identidade totalitária. A escola, como extensão dessa sociedade, cristaliza os papéis masculinos e femininos no ato pedagógico, produzindo como legítimas e normais, do conhecimento, as práticas sexuais entre homens e mulheres, execrando sutilmente as práticas sexuais entre as pessoas do mesmo sexo. É visível no cotidiano escolar a rígida divisão entre homossexuais e heterossexuais na composição de comportamentos e

relacionamentos entre as partes. Se o tema sexualidade ainda causa desconforto por parte de alguns educadores, por falta de formação, mais difícil fica a sua especificidade, a homossexualidade, por estar associada à promiscuidade, comportamentos estranhos, doenças, entre outros, além de levar em consideração que muitos educadores se sentem envergonhados de falar sobre o assunto.

A homossexualidade aparece como uma deformação na construção de gênero, precisando ser utilizadas estratégias de policiamento que busquem regular a sexualidade com os atributos de conduzir aquele estudante aos apropriados papéis para cada gênero. As práticas pedagógicas criam “corpos escolarizados”, em que são gerados comportamentos e modos de ser homem e mulher, segundo os padrões sociais.

Por outro lado, Butler (2000) analisa que a matriz heterossexual, na qual são pensadas as identidades de gênero e sexo, é excludente ao criar e rejeitar qualquer comportamento que desvirtue as marcas da relação homem-mulher, que são carregadas de estereótipos e preconceitos. De acordo com Fleuri (2002), os estereótipos indicam um modelo rígido de comportamento social sem considerar o que se passa no seu contexto, determina categorias sociais, cria a diversidade e simplifica o processo das relações entre os grupos, com justificativas sobre determinadas atitudes e comportamentos.

No espaço escolar, os estereótipos associados ao direito à diferença são pensados pelo viés das oposições binárias. Equivale dizer que os direitos às diferenças existem somente entre homens e mulheres, não se aplicando às demais categorias. Os discursos produzem as hierarquias discriminatórias e classificações rígidas dos sexos-gênero. Segundo Fleuri (2002), é preciso primeiro compreender e enfrentar a questão da diferença na educação em sua dimensão estrutural e não, apenas, em suas manifestações, assim como é preciso que a escola trabalhe as diferenças que geram as desigualdades e o que põem em risco a construção de identidades.

Para muitos professores, a educação sobre sexualidades se constitui num grande desafio por não conseguirem fazer essa desconstrução. Além dos limites formativos, estão implicados os valores familiares que não podem deixar de ser percebidos, os currículos prescritos e as disciplinas oferecidas como estruturas de conhecimentos.

De acordo com Duarte (2004), nos currículos escolares imperam conteúdos selecionados pelas disciplinas, mas que fazem parte da ação social de diversos grupos sociais. Politicamente os currículos não devem ser entendidos como neutros. As aprendizagens das sexualidades transitam pelos espaços escolares como parte constituinte das identidades dos agentes sociais que freqüentam esses espaços. (LOURO, 2002). A maioria dos indivíduos que nelas transitam aprende que o tradicional é certo, mas não percebem que as relações humanas na escola são maneiras de inverter a ordem do diálogo e minimizar as resistências contra as minorias.

A educação sexual deixou de ser uma tarefa exclusiva da família, apesar do espaço privado ser o local onde “a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais constituirá sua sexualidade na infância” (MEC, v. 10, p. 112) e passou a ser compartilhada, entre outras instâncias sociais, como a escola, que se tornou cúmplice na formação das personalidades. Os seus limites de atuação andam de acordo com as demandas da educação requerida pela sociedade na qual se insere. Necessário se faz considerar que tanto as dimensões subjetivas, como as concepções educacionais e os valores e crenças, quanto as objetivas, como a organização dos currículos e os projetos pedagógicos, são atributos da educação imposta pelo social.

As diversidades sexuais e de gênero organizadas nos diferentes contextos sociais, não apenas dizem respeito ao seu poder de determinar o que deve ser processado na escola, como também impõem o seu poder de diferenciar, classificar e hierarquizar os sujeitos e como serão repassados os conhecimentos. A escola, portanto, precisa ser vista a partir da subordinação a um sistema de controle que separa iguais e diferentes e privilegiados e desprivilegiados. Ao mesmo tempo, torna apta uma geração para conviver em uma sociedade com normas pré-estabelecidas, disciplina o ser humano para que ele requeira o desejado pela sociedade em relação aos papéis sexuais binários.

A educação sexual, na escola, no senso comum, é partilhada à sexualidade “normal”, com os comportamentos apropriados ao homem e à mulher. Faz parte da matriz heterossexual o estudo dos órgãos e funções dos corpos masculinos e femininos, a fecundação, a gestação, a menstruação, conteúdos selecionados pelos professores, principalmente de biologia ou ciências naturais, que fazem parte dos currículos. Ensinar sexualidade nas escolas tornou-se a ratificação da sexualidade

normativa, heterossexual, naturalizada. Não se debate com os estudantes sobre travestismos, homoafetividades, paternidades gays e maternidades lésbicas, não se discute amor entre os sexos e com os sexos, não se discute cumplicidade, companheirismo, paixão, desejo, erotismos e corpo.

Entretanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), através do tema transversal "Orientação Sexual", propõe aos educadores que considerem a inclusão da transversalidade nos currículos escolas. Foi um grande avanço social por possibilitar poder levantar questionamentos sobre as sexualidades existentes na sociedade: até que ponto as demandas reais da sociedade estão sendo atendidas? Quais os mecanismos pelos quais se processam as definições do que deve ou não ser ensinado? Para que as escolas possam trabalhar pedagogicamente com as sexualidades, faz-se necessário desfazer o conhecimento social construído e legitimado sobre a mesma. A escola precisa perceber que no seu interior e com direitos iguais perante a Constituição Federal, existem gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais que vêm ganhando visibilidade em outros contextos sociais.

A sexualidade foi, por muito tempo, confinada às relações conjugais binárias e monogâmicas entre os gêneros. Entretanto, a partir do final do século XX, outras configurações familiares foram ganhando legitimidade, entre elas estão as uniões homoafetivas, nos diversos segmentos sociais, principalmente depois dos movimentos feministas e de homossexuais. Carvalho (2003) expõe que as identidades sexuais, na contemporaneidade, são híbridas, formadas por fragmentos pessoais e sociais que desafiam as categorias mais tradicionais e transcendem os espaços públicos e privados, o individual e o coletivo. No espaço escolar, a homossexualidade parte da premissa de que é do conhecimento de toda a população escolar que ela existe, porém, os modelos ideais a enquadram como patologia e criam mecanismos de manobra para que os sujeitos identificados não cristalizem o comportamento em padrões, ou perturbem a tradição heteronormativa.

Pesquisas no campo das Ciências Sociais (HEILBNORN, 1999; CASTRO E AMBRAMOVAY 2006; MOTT, 2002) revelam que a homossexualidade se constitui em problema para a escola à medida que os sujeitos requisitam o direito a visibilidade e ao pertencimento social. As escolas estão fortemente baseadas na disciplinarização de corpos e mentes normalizadas e nos comportamentos e modos de pensar como mecanismos de controle e atuam sobre falas e silêncios, dos quais não dá conta discutir.

5.1. Construção das diferenças sexuais e de gênero no sistema escolar.

A escola, como espaço sociocultural, é complexa, formada por um conjunto de normas e regras que unifica e delimita ações sociais de todos os envolvidos no processo educacional - professores, pais, estudantes, educadores - assim como estabelece alianças, traduz conflitos, impõe estratégias coletivas e acordos individuais. “O processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade da construção do novo, e nenhum dos lados pode antecipar uma vitória completa e definitiva.” (DAYRELL, 1992, p. 2).

A educação, na medida em que se busca compreendê-la através dos processos reais que acontecem no seu interior, cotidianamente, resgata o papel ativo dos sujeitos na vida social e escolar. A escola é um espaço vigiado e controlado, desde o espaço físico até o controle do corpo e das mentes, se tornando, em grande parte, a instauração de uma ordem de adestramento sobre o pretexto de proteção à integridade física, moral e psicológica dos sujeitos.

Entretanto, ao buscar o processo ensino-aprendizagem, numa trajetória do tempo histórico, pode-se perceber que o mesmo se fazia mediante a experiência dos mais velhos para os mais jovens. A menina aprendia com a mãe as responsabilidades inerentes à mulher e os meninos com homens, assim como aprendiam também a preservação da memória dos ancestrais. “A ação educativa não se dava separada da vida.” (SANTOS, 2007, p. 31). A educação ocorria paralela com a aprendizagem, assumindo papel importante na produção dos valores culturais e sociais.

A reprodução física e psíquica, como higiene, alimentação, descanso e afeto, segundo Carvalho (2004), constituía condições básicas de toda a vida social e produtiva, restringindo a educação ao físico. Cuidar dos mais jovens significava transmitir a cultura do grupo social e prepará-los também para a vida adulta - trabalho, guerra, sexualidade, família e cidadania.

Do ponto de vista da família, isso significa que as gerações mais velhas vão estar em um processo constante de aprendizagem uma com a outra, independentemente de se estar considerando pessoas de classe social econômica e educacional elevada ou dos que

denomina hoje de camadas populares. (BIASOLI-ALVES, 2008, p. 23)

A família manteve-se, inicialmente, responsável pela educação das gerações mais novas na maior parte das sociedades. As relações entre os membros da família e a comunidade permitiam que crianças e jovens adquirissem identidade cultural proposta para a realidade da sociedade em que vivem. Portanto, a educação sempre esteve presente nos meios de trabalho ou produção, nas relações decorrentes, nos modos de comportamento social, nos credos e ritos dominantes e nos conhecimentos correntes. A família, como uma cópia em miniatura da sociedade, com o governo constituído pelo pai e uma autoridade subordinada da mãe, tende a refletir no comportamento dos mais novos a estrutura aprovada pela sociedade do culto à tradição. Para Louro (1997), a família é uma escola de submissão, obediência e resignação social.

Os entrevistados da pesquisa, pais heterossexuais, definem a importância da educação familiar como espaço privilegiado para a formação de valores heteronormativos. Através dos depoimentos abaixo, pode-se concluir que os comportamentos segundo o gênero e sexo estão muito ligados à desigualdade para a constituição familiar. Os laços consangüíneos são visíveis e pressupõem que outros modelos de estrutura familiar que não seguem o tradicional são desvalorizados. Congregam aos valores familiares, os morais e religiosos e atribuem momentos cívicos para justificarem a importância que tem a presença do pai e da mãe no trabalho de educação de um filho ou filha para que ele se torne um adulto aceitável na sociedade.

“A família é a união de um homem e uma mulher que se unem por amor e espontaneamente para ter filhos e ensinar a estes, sobre vida, amor, compromisso, solidariedade, responsabilidade, religiosidade, enfim tudo que é necessário para preparar o indivíduo para enfrentar o mundo e dar continuidade a valores morais e éticos.” (M.U.S.R., 42 anos)

“Eu e a mãe dos meus filhos participamos juntos de todos os eventos cívicos e sociais dos quais são necessários e básicos na vida de qualquer criança. Isto cria entre nós e nossos filhos um laço de identidade e afinidade.” (M.V.S.R, 44 anos)

O processo educacional de homens e mulheres está impregnado de valores, conhecimentos, posturas e movimentos corporais considerados aceitáveis para a

construção social das identidades masculinas e femininas. Os papéis de pai e mãe desenvolvem funções fundamentais para esse processo. Ser pai é impor a própria autoridade e o exercício da sexualidade aos filhos. “Observa que o pai tem com os filhos uma interação mais física e menos íntima, apresentando ênfase nos jogos de humor. Já a mãe centra-se na proteção, afetividade e cuidado do dia-a-dia”. (MOREIRA; BIASOLI-ALVES, 2008, p. 37).

Outro fator a ser mencionado para compreendermos a complexidade da educação é a presença da memória que está presente no coletivo. Para Cavalcanti (2007), a memória coletiva é um referencial ao passado, que se justifica na aplicação de normas, de costumes, de dever ser homogeneizador como um referencial dialógico. Utilizando a mulher como referencial, a educação era ministrada para que elas desempenhassem bem o seu papel social, dando continuidade a uma ideologia vigente em que a mulher deveria ser preparada para o lar e para a família.

A historiadora Michelle Perrot reforça bem a questão da força da memória coletiva sobre os indivíduos como hùmus de todas as educações, mas principalmente para o feminino quando relembra a própria forma como educada:

Feita de moral e de culpabilidade, a minha educação prepara-me para o consentimento. Ela inculcar-me um sentido de sacrifício que me levava mais ao retraimento e à aceitação do que à recusa. Dizer “eu” sempre foi difícil. [...] Bem-educada, bem e terrivelmente gentil. Efeitos perversos de uma educação feminina, essa gentileza que se cola à minha pele como segunda natureza [...] (PERROT, 1989, p. 285).

A partir destas premissas, fica evidente que a segregação e subalternização sexual da mulher e a divinização da natureza paternal e masculina do homem assegurando a perpetuação do seu nome e de sua casa terão ressonância forte no ambiente escolar. Cavalcanti (2007), no estudo sobre os papéis e identidades femininas, aponta que o ambiente escolar é um dos espaços privilegiados para manter a disciplina e docilidade da mulher para assumir o papel, conforme o depoimento de Perrot. A própria educação cristã, repleta de regulamentos, inspeções e vigilância, assume a função de dar a performance feminina a corpos e mentes. Segundo a autora, em tempo integral, as meninas nos internatos tinham os seus tempos organizados para a formação da boa cidadã – mãe, esposa, mulher cristã.

A transferência da educação familiar para a educação escolar, principalmente a religiosa, com normas, currículos pré-estabelecidos, padrões de comportamento, atitudes e saberes, modificou o processo ensino-aprendizagem, dissociando-o da esfera espontânea das pessoas e migrando-o para o sistema operacional. São criadas tarefas e avaliações (testes e provas) medindo superficialmente a capacidade de cada sujeito, salas preenchidas de acordo com as idades, sucessões de conteúdos a serem contemplados, calendários acadêmicos a serem cumpridos. A sexualidade é percebida dentro das normas disciplinadoras. Como lembra Bourdieu (1995), o mundo social constrói corpos por meio do trabalho permanente de formação através de um programa de apreciação e ação que terminam sendo considerados naturais e inscritos no biológico e legitimados através de uma relação de dominação.

As escolas treinam e moldam os corpos segundo as tradições. Neles estão impregnados o senso de desejo e erotismo, mas os corpos da masculinidade e feminilidade assumem a organização social e as normas culturais que se expressam nas estruturas sociais. Segundo Cavalcanti (2007), as práticas educacionais de caráter religioso esmerava-se muito nas regras, punições e vigilância. Antes, o que qualquer um podia ensinar para todos (meninos e meninas), passa para as mãos de um profissional da educação que modela as posturas marcadas e programadas para um ou para outro sexo. A escola como mecanismo de controle, a aprendizagem livre transfere-se para os campos políticos e ideológicos de determinados grupos sociais que impregna valores, conhecimentos e posturas corporais considerados aceitáveis para o homem e para a mulher.

O espaço é claramente delimitado, evidenciando a passagem para um novo cenário, onde vão desempenhar papéis específicos, próprios do “mundo da escola”, daqueles que desempenham no cotidiano do “mundo da rua”. (DAYRELL, 1992, p. 2).

A sociedade determina um sistema de educação que impõe aos indivíduos a aprendizagem de novos comportamentos sociais. É possível demonstrar, através da educação sexual, que permanece refém das dicotomias sob os quais se consolidaram os valores sociais. As ações, comportamentos, falas, atitudes e silêncios, dos quais se faz o cotidiano da escola tem servido muito mais para dissimular preconceitos do que para superá-los.

Alves (2001) define a escola como uma resposta à construção de uma ordem social cuja função é atender a socialização das novas gerações que tradicionalmente pertenciam à família, porém, ao longo do tempo se modernizou e se tornou instrumento poderoso na produção de novos valores e crenças. A educação para todos torna a escola única a atender, com maior intensidade o cuidado das dimensões afetivas, emotivas e ideológicas do indivíduo em formação de acordo com as demandas da sociedade burguesa que surgia.

Os sistemas escolares modernos não apenas passaram a refletir sobre a ideologia social dominante, como produziram uma cadeira de masculinidades e feminilidades heterossexuais diferenciadas e hierarquizadas rígidas que impedem a formulação de outras possibilidades de gênero. Rodrigues argumenta que:

[...] a educação escolar ao mesmo tempo cria os instrumentos para o exercício do poder e os impedimentos para cercear o arbítrio dos poder. Isso significa que aqueles que detêm o controle dos processos educacionais são capazes de impedir que os outros se apossam de tais instrumentos e de manipular o que eles devem saber e o que podem saber.” (RODRIGUES, 1986, p. 70-71).

A educação escolar torna-se um elemento equalizador dos agentes sociais, visando atender aos interesses dos grupos que controlam a totalidade da vida social, transformando-se em poderoso instrumento de diferenciação e de legitimação das diferenças. A escola surge com uma educação formal, funcionando calcada em torno de três binômios: a autoridade e a disciplina; o poder e o saber; o pecado e o prazer, com base nos conhecimentos pedagógicos, conforme salienta Souza (1994). Seus espaços de produção e sentidos são instituídos de símbolos e códigos que, segundo Louro, delimitam o que cada um pode ou não fazer.

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninas e meninos, tornam-se partes de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferenças. (LOURO, 1997, p. 61).

Na infância começa todo o processo de legitimação das diferenças sexuais e da autodisciplina. As crianças aprendem a separar, classificar e legitimar diferenças em suas identidades. Louro (1996) entende que gênero é um conceito plural que implica admitir não apenas concepções de homem ou de mulher, como também como essas concepções se diversificam para além dos conceitos de masculinidade

e feminilidade e como a educação se transforma ao longo do tempo para poder atender a estas demandas.

Ao longo da história, as sociedades construíram modos diferentes de educar e disciplinar as mentes e os comportamentos, valorizando e delimitando os lugares permitidos e os proibidos. Louro (1997, p. 60), aponta que “a escola é parte importante desse processo”.

Na Grécia e Roma da Antiguidade, a educação escolar era fruto de intelectuais independentes que organizavam círculos de cultura, ciência, filosofia e morais vinculados às convicções políticas. Um garoto ateniense, por exemplo, entrava na escola aos sete anos e ficava sob os cuidados de um pedagogo que ensinava aritmética. As meninas não recebiam qualquer educação formal, aprendiam os ofícios domésticos e os trabalhos manuais com as mães. Eram responsabilidades das esposas, além da criação de seus filhos, que cuidassem da casa, a confecção de tecidos para a criação de peças de vestuário que seriam utilizadas pelos seus próprios familiares, a produção de tapetes e cobertas e a manutenção e embelezamento da casa.

Na Idade Média, a educação escolar é assumida pela Igreja como instrumento poderoso na formação do cristão e do intelectual comprometido com a verdade cristã. Rodrigues (1986) salienta que sua organização, incluindo cultura, ciência, filosofia, moral, está diretamente vinculada às condições políticas do período. Já nos Tempos Modernos, tanto o Estado quanto a Igreja buscam na escola o espaço para atender às necessidades da sociedade burguesa emergente, do sistema capitalista que começa a imperar, do Estado absolutista, mas também para ensinar a fé, os bons costumes, a moral e a disciplina. É dentro do ambiente político-religioso que as vontades são submetidas à disciplina do Estado.

É este ambiente político-religioso que vai favorecer uma cultura de fuga da naturalidade e da realidade. A vitalidade e confiança anteriores deram lugar, a partir da segunda metade de Quinhentos, a vontades submetidas a disciplinas do Estado e da Igreja que apenas deixavam espaços para aprimoramentos de modelos consagrados. (FERREIRA, 2004, p. 58).

Nesse período, já se percebe que a identidade de gênero é referida com um processo de construção de imagens de masculinidade ou feminilidade ligada aos papéis sociais a desempenhar. As primeiras abordagens teóricas baseavam-se essencialmente no determinismo biológico e psicológico ligados aos termos “sexo”

ou “diferença sexual”, considerando o fator biológico, sobre o qual são determinados os papéis socialmente aceitos do homem e da mulher.

Na contemporaneidade, altera-se parte da composição da escola e as suas funções, tornando-se uma exigência para a vida social. É o período em que a vida social está diretamente ligada à inserção dos indivíduos nas condições de reprodução da vida e na manutenção da própria sociedade sob a forma de produção de bens materiais. Pimenta (1990) relaciona o período ao surgimento da doutrina liberal em fins do século XIX como justificativa do sistema capitalista, mas que prioriza a predominância da liberdade, diferenças e dos interesses individuais na sociedade.

A Pedagogia Liberal surge, nesse período, sustentando a idéia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais e com as aptidões que a sociedade quer que ele tenha. Libâneo (1985), afirma que, historicamente, a educação liberal iniciou-se com a pedagogia tradicional, e, por razões de recomposição da hegemonia da burguesia, evoluiu para a pedagogia renovada, também conhecida como Escola Nova. Tal fato não significa a substituição de uma pela outra, pois ambas conviveram e convivem na prática escolar permitindo à criança ou adolescente educar-se de acordo com as estruturas estabelecidas pelo ambiente.

As observações feitas vêm fortalecer a tese de que durante todo processo histórico da educação, as estratégias de ensino são espaços que determinam as diferenças de ordem, possibilitando a fabricação de sujeitos que incorporam, de forma sutil e imperceptível, padrões de normalização com base na homogeneização e na igualdade. Na escola, por exemplo, os vínculos do modelo heterossexual criam, segundo Uziel (2004), a proximidade do casal “cuidador” em relação à criança, afastando outros arranjos como impensáveis. Porém, esse casal “cuidador” pode ser entendido não somente como os pais biológicos, como também os avós, os tios, entre outros.

Outro fator importante observado por Souza (1994) com relação à escola, é que a mesma se restringiu a abordar as funções dos meninos e das meninas, através do desenvolvimento biológico e as funções dos órgãos sexuais masculino e feminino. Ao se referir a homossexualidade, a escola não abre espaços mais profundos para trabalhar as novas constituições familiares, entre elas a homoafetiva. Elas existem? Sim, elas existem e são visíveis na sociedade, mas não são

discutidas, nem debatidas ou analisadas. Todo o discurso se pauta na existência de pessoas homossexuais como sujeitos isolados, sem história nem memória, homogeneizando o conceito da família tradicional formada pelos sexos opostos e filhos.

A relação entre homossexualidade, família e escola concentra análises das representações que crianças e jovens terão da sua sexualidade por meio da dinâmica social, dos discursos e das relações travadas entre a família e a escola. Através da conjugalidade entre os sexos opostos, a escola vincula seus valores sexuais, encerrando-a na procriação e manutenção da espécie. O processo ensino-aprendizagem da sexualidade ainda se dá por meio das aulas de ciências em que são abordadas temáticas como doenças transmissíveis, gravidez na adolescência, drogas ou aborto. “Ser adolescente e vivenciar papéis homossexuais significa transgredir, por natureza do desenvolvimento biopsicossocial, projetos de vida familiar e sociais possíveis e desejáveis.” (SOUZA, 1994, p. 99).

Tais considerações mostram-nos que a identificação de meninos e meninas no espaço escolar desconsidera a articulação do gênero com outras categorias, a existência de conflitos, exclusões e diferenças entre pessoas do mesmo sexo. Kunz (1993), em estudos sobre construção histórico-cultural dos estereótipos sexuais, evidencia o contexto escolar como o local apropriado para se perceber como, por excelência, se hierarquizam as diferenças entre homens e mulheres. Segundo Louro (1997), a escola é uma entre múltiplas instâncias sociais em que se exercita uma pedagogia da sexualidade e de gênero colocando em ação várias técnicas de governo através do disciplinamento de si próprias.

Larrosa (1994) analisa as práticas pedagógicas pelo olhar da relação em que se estabelece a experiência que a pessoa tem de si mesma e as práticas que regulam o seu comportamento. Dessa forma, a educação, além de construir e transmitir experiências objetivas do mundo exterior, constrói e transmite experiências que os sujeitos têm de si mesmos e dos outros sujeitos. Para Silva (1999), o currículo formula normas de organização, experiências de conhecimento dirigidas à produção de formas particulares de subjetividades, centradas naquilo que somos, nos tornamos ou nos tornaremos.

Segundo Marlene Guirado (1997), a educação é uma instituição milenar e tem por objeto a correção dos desvios da conduta humana. Auxiliada pela família e por outras instituições sociais, vem perseguindo há muito tempo o mesmo alvo:

disciplinar corpos e mentes. Dentro de um processo didático-pedagógico, o desejo é distanciando das discussões durante as aulas e a sexualidade é restrita a desenhos de ciclos reprodutivos. As aulas de ciências são memorizações e construção de um programa específico de ensino e de quem ensina.

Entretanto, o trabalho desenvolvido nas escolas sobre sexualidades deveria ser diferente das abordagens realizadas pela família, principalmente no que diz respeito aos valores morais indissociáveis da sexualidade. A escola deveria, antes de tudo, ampliar o conhecimento em direção à diversidade de valores existentes na sociedade para que os estudantes pudessem, por meio da reflexão, encontrar um ponto de auto-referência, o que possibilitaria o desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que eles elegeriam como seus.

Mesmo buscando se modernizar, as escolas recorrem a fatores sexuais, como pares heterogêneos, gênero discursivo e tudo o mais que produza artifícios preventivos e corretivos que acabam oferecendo o caminho nos quais todos devem se guiar. Souza (1997), afirma que a escola está filiada a uma tradição iluminista que se fundamenta na idéia de que o conhecimento científico tem um potencial libertador, mas no que tange a sexualidade, a mesma não é herdeira do erotismo. Em relação ao sexo, a aprendizagem se apóia em manuais de educação sexual, totalmente voltados para a fisiologia das genitálias, que explica tudo, menos o exercício da sexualidade.

Educação e sexualidade, dentro do pensamento freudiano, são carregadas de normas sexuais que não levam em consideração a individualização, mas tornam uma moral sexual responsável pelas neuroses existentes nos sujeitos. Por isso, não se esperar que a educação possa ser outra coisa que a repressão sem trégua ao desejo humano. Os múltiplos valores masculinos e femininos presentes nas escolas fazem diferença nas caracterizações de gênero porque a própria sociedade especifica a natureza biológica de homens e mulheres, os reais papéis masculino e feminino, singular, socialmente construído.

5.2. De onde parte a discriminação aos homossexuais no ambiente escolar?

Percebe-se no interior das escolas a existência das diversidades étnicas, religiosas, sexuais, entre outras, e o tratamento uniforme que é dado por toda a comunidade, tornando quase invisível as diferenças. A própria Constituição de 1988 reforça a invisibilidade quanto no Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” (BRASIL, 1988). Ao lado desse fato, verifica-se que as ações educativas partem de um conhecimento generalizado da realidade e não são avessas às idéias de universalização e naturalização. Ou seja, não valorizam as singularidades existentes no seu interior que podem ser traduzidas em um conhecimento que, sem pretensões de generalização, dão elementos para transpô-las para novas situações, elementos para explorar outras experiências, de outros sujeitos que pertençam a grupos semelhantes, no que diz respeito às diferentes identidades sexual, de gênero, étnica, religiosa e outras.

Um fato relevante sobre o estudo do processo educativo de filhos, cujos pais são homossexuais, nas nossas escolas, se concentra na dificuldade que a comunidade escolar, a maioria heterossexual, tem de lidar e conviver, ainda, com os homossexuais. A maioria dos educadores traz consigo definições generalizadas de patologias do século XVIII, e não sabem agir ou perceber de maneira natural a situação. Muitos homossexuais são alvos de bullying homofóbico – brincadeiras de mau gosto - por parte dos educadores e dos próprios colegas.

O Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) oferece às escolas a possibilidade de discutir através da educação sexual, incluindo nela informações básicas sobre homossexualidade com a intenção da prevenção, mas em nome do combate ao preconceito e a discriminação. A partir dos anos 80, as demandas por trabalhos nas áreas da sexualidade nas escolas aumentaram devido às preocupações dos educadores com o aumento do número de gravidez na adolescência e com o risco de contaminação, por parte dos jovens pelo HIV/AIDS. A proposta de tentar reduzir o problema colaborou para reforçar, ainda mais, as diferenças entre meninos e meninas com base no enfoque biológico.

Mesmo incluindo, de forma inovadora, a concepção de gênero como uma desconstrução nas relações de dominação entre homens e mulheres, os PCNs não

conseguiram acabar com as hierarquias estabelecidas entre os gêneros, geradas e reproduzidas no senso comum pelos costumes, pela naturalização social e cultural no que tange a sexualidade. As práticas pedagógicas se fundamentam na idéia de que o tema deve ser tratado exclusivamente pela família. Inclui-se no argumento que a família tem valores conservadores que determinam grande parte da educação da criança. No espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais construirá a sua sexualidade quando adulto.

Entretanto, ainda não foi possível superar a reprodução muito rígida dos lugares de meninos e meninas, de classificações com base nos estereótipos de gênero para atividades apropriadas para cada pólo, demonstrando com isso que as escolas não sabem lidar com questões que lhes fogem do poder hegemônico de controle de corpos e mentes.

Professores e coordenadores pedagógicos que participaram da pesquisa foram questionados sobre a problemática com relação às propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais e suas experiências como educadores nos trabalhos com a orientação sexual na educação básica. Eles assim se posicionaram:

“Não vejo esse trabalho sendo realizado no aspecto cultural. Apenas vejo, e acho muito importante, o tratamento do tema no seu sentido biológico.”
(R.A.R., 46 anos)

“Há sete anos não atuo mais em educação infantil, mas quando atuava trabalhávamos a partir da curiosidade da criança, principalmente na faixa-etária de 04 e 05 anos; eles são muito curiosos quanto às diferenças entre eles. A partir de livros que falavam o nascimento de bebês, no laboratório de ciências com os bonecos estudávamos o corpo humano e eles traziam muitas comparações entre o pai e a mãe, tanto na questão da genitália como na diferença dos cuidados e profissão. Havia crianças já com discursos bem machistas, como ‘homem não brinca com boneca’, o que na realidade muitos gostavam de fazer quando estavam no centro do lar e representavam espontaneamente situações vividas na família.” (T.C.M.L, 51 anos)

“A discriminação existe não só em relação ao homossexual. Então existe com o negro, a mulher, o deficiente, então a gente tem ao longo dessa vida escolar um trabalho de formação humana pra que nosso jovem não tenha essa conduta discriminação. Mas quando você fala assim: ‘de onde vem essa discriminação?’ Dos heterossexuais, realmente, da escola como instituição formadora não é?” (S.Z.)

“A escola não trabalha com a questão da sexualidade. Ela trabalha com a questão da reprodução humana. No ensino fundamental meninos e meninas têm a educação voltada para o corpo – dos órgãos sexuais e suas funções.

Se fala muito em reprodução humana, sexo do homem e da mulher e os papéis, das doenças transmissíveis. Falar de sexualidade é falar de sentimentos, emoções, de prazer, de desejo. Isso a escola não faz” (R.C.C.M.,)

Pelos depoimentos a ação da escola é sempre secundária em relação ao papel da família. Os programas educacionais sobre o sexo nunca vão poder repudiar ou ignorar as influências primeiras que a criança recebe, na família, para a construção da sexualidade. Na rotina do trabalho escolar, ficam bastante visíveis na dinâmica interpessoal, as cargas dos tabus, do preconceito, se colocando à frente dos trabalhos sobre experiências, prazer, desejo e emoções. Como é peculiar, os professores em geral não educam sexualmente, nem os estudantes têm consciência de que estão sendo influenciados por normas extra-escola. Segundo Louro (1997), há como uma inocência de mão dupla, o que oculta a perpetuação de posturas discriminatórias, medrosas e ameaçadoras na educação sexual. A homossexualidade, neste caso, vai de encontro aos padrões morais rígidos e às pressões sociais de dominação.

A educação sexual é um mero encadeamento de dinâmicas de grupo contendo pontos informativos de biologia e do desempenho sexual do homem e da mulher. Falta a sensibilidade de procurar discutir o sexo a partir da concepção de prazer que pode recuperar elementos importantes na constituição de valores e relacionamentos, tendo como referência o respeito às diversidades.

Se a escola é considerada um espaço de relações sociais, quais os limites para constituir-se em um ambiente favorável a homossexuais? Durante a pesquisa busquei responder a tal inquietação e percebi que a escola é realmente espaço de socialização, mas não está preparada para discutir e desenvolver meios para promover a aprendizagem e a convivência de homossexuais em seu espaço, podendo, inclusive, gerar conseqüências negativas na vida de crianças e jovens a partir do que aconteceu no período que nela estiveram.

“A sociedade tem muitos tabus, nós temos tabus: eu, você, todos. Falar de homossexualidade é mexer com a cultura androcêntrica que a gente tem. A nossa cultura diz que o homem é dominador, provedor, macho. Falar de homossexualidade é falar de um homem que não sente prazer com uma mulher, mas sente prazer com outro homem ficando na condição de feminilidade, delicadeza. Espaço socialmente construído para as mulheres. A sexualidade a maior parte sempre foi trabalhado para o masculino. Garantir o homem forte, guerreiro e a menina feminina e dócil. Um grande engodo

porque não temos somente meninas doces e meigas. Temos meninas agressivas, valentes e guerreiras, como também meninos meigos e dóceis.”
(M.R.C.M)

Nos depoimentos, os educadores se mostram críticos e abertos para a discussão sobre a homossexualidade, expressam representações avançadas, mas responsabilizam a abstrata sociedade pela postura homofóbica, se limitando a cumprir as condições básicas que lhes cabe, na prática para a reprodução dos estereótipos. Estas premissas podem ser interpretadas pelos costumes e valores sociais, desdobrando-se em possíveis hierarquias. Sem dúvida, exigem da escola percepções que implicariam em uma dedicação especial por parte dos professores e gestores para desconstruir os estereótipos homossexuais.

Segundo a coordenadora geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação, Rosiléa Maria Wille, em entrevista especial à Agência Brasil, em julho de 2009⁹, há o despreparo dos professores para lidar com o tema “homossexualidade”. Segundo ela, 87% das comunidades brasileiras, formada por pais, estudantes, professores e servidores têm preconceito contra os homossexuais. Segundo a coordenadora, os dados estatísticos são revelados através da pesquisa feita pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), que revela o problema da homofobia que os homossexuais enfrentam diariamente nas escolas.

A socióloga e especialista em educação e violência nas escolas, Miriam Abramovay ratifica o pronunciamento da coordenadora e acrescenta na mesma entrevista que “a escola tem muita dificuldade de perceber a problemática porque não existe o diálogo, sendo o problema empurrado para debaixo do tapete, deixando, com isso, imperar a lei do silêncio”. De forma única se enxerga a homossexualidade nas escolas e ela é heterossexual, logo, não admite outro tipo de comportamento no ambiente escolar.

Rosiléa Wille também alude que os preconceitos, os cochichos de corredores, as exclusões em algumas atividades escolares e até as agressões físicas sofridas pelos homossexuais são reflexos do despreparo da escola. A comunidade escolar reproduz comportamentos discriminatórios porque a sociedade assim a produz.

⁹ Revista on-line EcoDebates. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/07/27/especial-pesquisa-revela-que-87-da-comunidade-escolar-tem-preconceito-contr-homossexuais/>>. Acesso em 16 set. 2009.

Abrindo um parêntese na entrevista da coordenadora do MEC para compreender melhor a sua colocação, consultei alguns pais heterossexuais sobre a educação sexual nas escolas, incluindo questões ligadas à homossexualidade. Algumas respostas foram rápidas e precisas:

“Nunca conversei pelo fato dele ser muito novo, seis anos apenas, sei que chegará o momento e estou me preparando. Quanto à escola, eu acho que a questão da sexualidade deve ser tratada apenas cientificamente, no que diz respeito ao conhecimento do corpo e da reprodução humana sem entrar no campo dos sentimentos ou desejos.” (M.S.R, 37 anos.)

“Proibiria se houvesse manipulação do aprendizado” (S.R.F, 33 anos.)

“Todos os assuntos referentes à formação dos meus filhos nas mais diversas áreas, com certeza, serão conversados inclusive sobre a sexualidade moral e legal. Acho que as escolas não devem trabalhar com temáticas imorais” (M.V.S.R., 44 anos)

Pelas colocações dos depoentes, a família impõe limites às ações da escola, quanto à educação sexual de seus filhos e filhas. A escola vê-se tolhida e trafega em mão dupla em relação às sexualidades, perpetuando determinadas posturas preconceituosas, discriminatórias e ameaçadoras por parte da família. Revestida de cientificismo, busca acentuar o papel da mãe para a menina e o papel do homem para o menino. Com um discurso apelativo, acentua a homossexualidade como uma anomalia ou persuasão, o que relativiza, com isso, todo o determinismo nas relações incestuosas que há entre o saber e o poder.

Segundo Rosiléa Wille, por outro lado, não podemos culpar somente os educadores por essa deficiência em lidar com a situação. Eles saem das universidades sem preparo para lidar com a diversidade que existe na escola e na sociedade. Em contrapartida, precisamos perceber que os educadores também possuem outros valores, entre eles está o fator religião que interfere no tratamento dispensado aos homossexuais. A influência da religião está muito presente na vida das pessoas. Elas podem até questionar sobre algumas mudanças nas estruturas sociais, mas não mudam suas percepções sobre a vida de uma hora para outra. Para muitos profissionais da educação, principalmente aqueles que são religiosos praticantes, a homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada e encaminhada para um psicólogo.

Durante a entrevista, o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, diz que muitos educadores levam para a escola “seus conceitos religiosos e fundamentalistas”. O vice-presidente da organização não governamental Grupo Arco-íris de Conscientização Homossexual, Mário Caetano, identifica a ligação com a religião como um dos motivos para a pequena inserção da discussão da homossexualidade no ensino. “O Estado está estabelecido como laico e o ensino de suas escolas também deveria ser. Mas ainda existe grande intervenção religiosa nas escolas”.

Ainda de acordo com Caetano (2005), a nossa educação ainda apresenta configurações políticas muito próximas ao período medieval em que a Igreja Católica era tutora da educação e estabelecia o que deveria ser ministrado na escola, excluindo dela a visibilidade das diferenças sexuais.

Conversando com um pai heterossexual sobre a questão da educação, ele evidenciou que a religião é muito forte no ambiente familiar e isto se reflete nas ações pedagógicas. Algumas práticas religiosas possuem formas próprias de interpretar a sexualidade, sendo que os pais contrários a uma ação mais ousada por parte da escola na educação sexual passam a culpar a mesma por tudo de errado que acontece ao seu filho ou filha.

O depoimento abaixo, de um pai heterossexual ratifica a discussão e admite o grande poder que a religião exerce sobre a conduta das famílias; os limites que ela impõe ao se trabalhar no campo da sexualidade. À medida que os problemas surgem, procuram-se soluções cabíveis.

“Creio que a principal questão a travar os debates culturais sobre sexo e sexualidade se dá pela via religiosa. No normal, creio que as conversas, principalmente em família, devem dar-se à medida que as questões forem se apresentando”. (R.A.R., 46 anos)

O pai homossexual, no depoimento abaixo percebe a religião cristã como repressora, com posturas discriminatórias. Imputam de pecado o amor entre iguais, ou qualquer outra forma de amor que ela não julgue ser aceitável, enquanto outras religiões, como o candomblé, abre os braços a homossexualidade:

“[...] eu visito o candomblé e vejo dentro do candomblé a questão da homossexualidade, ela é muito mais resolvida. O candomblé acolhe os

homossexuais, sejam eles brancos ou negros. [...] Eu não sinto isso na igreja Católica, eu não sinto isso em outra religião [...]" (A.N.C., 39 anos)

A religião se constitui uma força significativa. As instituições do casamento e da família são bem defendidas pelas igrejas e pelas escolas. Deus fez o homem e a mulher e para todas as espécies deixou o macho e a fêmea para procriarem e povoarem a terra. Para teólogos e alguns líderes religiosos, os homossexuais são possuídos pelo demônio, transgressores das leis morais da sexualidade cristã. A respeito do segundo depoente, quando afirma sobre o acolhimento de homossexuais pelo candomblé, pesquisas recentes evidenciam que a realidade não condiz com a expectativa do mesmo.

A homossexualidade nas comunidades de terreiro ainda é um tema delicado, restrito e rodeado de tabus. Para alguns candomblecistas, tanto heterossexuais como os homossexuais, existem representações negativas a respeito da homossexualidade, sobretudo a masculina, porque é mais visível e quase sempre apontada como uma ameaça à credibilidade do terreiro. (SANTOS, 2008, p.4-5). Preconceito e discriminação se encontram disseminados e explícitos em todos os lugares e religiões. Contudo, se comparado com outras crenças, o candomblé tem se mostrado mais aberto aos homossexuais. Todavia, também reproduz os discursos e argumentos articulados da moralidade cristã que dão sustentação à hierarquia de sexo/gênero.

Além dos valores morais trazidos por profissionais da educação e por estudantes para o interior das escolas, existem as linguagens pejorativas que, em tom de brincadeira, desqualificam qualquer ser humano, como "viado", "bicha", "lacrada", entre outros tantos que poderíamos estar citando. Tais comportamentos evidenciam a supremacia da heterossexualidade sobre a homossexualidade e a construção de símbolos que codificam as identidades e remetem às diferenciações expressas de valores, regras e lógicas que o indivíduo incorpora para si mesmo e como também são vistos pelos demais. "[...] as palavras podem significar muitas coisas. Na verdade, elas são fugidias, instáveis, têm múltiplos apelos [...]" (Louro, 2001, p. 14). No senso comum, recebe forte influência da tradição cultural e gera estereótipos de linguagem capazes de articular o conhecimento adquirido às vivências e práticas.

Mott (2000) aponta que a discriminação e o preconceito verificados através dos termos pejorativos aos homossexuais, proferidos por estudantes e educadores

nas escolas brasileiras são frutos da educação familiar. Quando o pai descobre, por exemplo, que o filho é gay ou lésbica, insulta, espanca, expulsa de casa, cria uma situação problema dramática. Quando chega à escola, o jovem vai encontrar os mesmos reflexos da vida familiar.

“Eu tenho a minha opção sexual certo, e eu sou um homossexual, sou um gay. Meu pai quase cai pra trás, minha mãe... Meu pai ficou de mal comigo durante um ano. Sem falar comigo durante um ano, mas depois ele voltou” (J.P., 48 anos)

Também pude perceber que alguns educadores não acreditam numa nova estruturação das ações pedagógicas para trabalhar com temáticas diversas. Sabiam que estavam expondo a sua sexualidade publicamente e não resolveria de nada, porque a sociedade estava sobrecarregada de estereótipos, preconceitos e, com certeza, as discriminações refletiriam no comportamento escolar.

“Olhe, na verdade eu acho que a escola tá pouco preparada para encarar os problemas da sociedade contemporânea, né?! Pouco preparada para discutir os temas da contemporaneidade, porque a escola ainda tá muito pautada em estereótipos, em dogmas do passado. A família mudou muito e você vê que a própria educação sexual ainda é algo a se conquistar na escola...” (A.N.C., 39 anos).

“[...] muita conversa pra boi dormir. Mas, muitas vezes, esquecem que isso daí vem da despreparação, ou seja, os professores não estão preparados pra essa nova sociedade que tá aí. Não é só na questão homossexual, em outras questões que nós vemos o preconceito, a discriminação. Vamos dizer assim, essa questão silenciosa, que muitas vezes a gente nem percebe, não é?! É num sorriso, é num olhar, é numa palavra, numa interpretação, numa exclusão, não é?” (R.M.C., 47 anos)

A escola aparece como uma instituição que silencia e legitima as normas e valores hegemônicos da sociedade heteronormativa. As agressões aos seres que não se enquadram na ordem de gênero instituída, com gestos e ações cotidianas, expressam a mensagem de que o espaço educacional não os acolhe de braços abertos por serem considerados anormais. Emergem os conflitos advindos também de outras instâncias sociais, pois não há preparo para ressignificar os próprios valores e normas interiorizadas. Daí a voz do entrevistado ser bastante enfática quando afirmou que era “muita conversa para boi dormir”.

Louro (1997) chama atenção para a fabricação dos sujeitos. Antes de tentá-los perceber pelas leis e decretos que regulam as instituições e pelos discursos solenes de autoridades, é preciso voltar o olhar para as práticas cotidianas que se envolvem todos os sujeitos. Um artigo no Portal do Aprendiz¹⁰ expõe que nos Estados Unidos, após cinco anos de batalha judicial, o Estado de Maryland implantou no currículo de educação sexual aulas sobre homossexualidade com o objetivo de discutir o respeito e a aceitação das variações de identidades sexuais. Parte da população mostrou-se contrária ao projeto e entrou com ações para tentar interromper as aulas, argumentando que as escolas foram longe demais e apresentam um comportamento danoso à moral. A polêmica ilustra o que Louro coloca em relação as práticas cotidianas, mostrando o quanto é difícil o percurso dos educadores que se arriscam ir além do tradicional, ao trabalhar com temas mais delicados.

Dados de um estudo feito pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 2001, pelas pesquisadoras Mary Castro e Miriam Abramovay, mostram que o preconceito contra homossexuais nas escolas brasileiras é comum tanto entre os alunos como entre os pais. De acordo com a pesquisa, 27% dos estudantes do ensino médio e fundamental de 14 capitais brasileiras não gostariam de ter um colega de classe homossexual e cerca de 35% dos pais preferem que os filhos não estudem com gays e lésbicas. Já entre os professores e funcionários do corpo técnico-pedagógico das escolas, há desconhecimento assumido do assunto nas escolas.

Segundo Caetano (2006), as ações contra os homossexuais têm que ser mostradas na escola como violações dos direitos humanos, tanto quanto a falta de estrutura e o baixo salário são violações contra os direitos dos professores. "Dessa forma, queremos produzir uma ação positiva do profissional da educação, mais solidária e inclusiva, para que daqui um tempo a homossexualidade seja um tema rotineiro no ambiente escola". Mesmo envolvendo um tema ainda delicado, com forte oposição, Caetano vê com otimismo uma base de aliados, tornando-se multiplicadores.

Porém, os resultados da pesquisa demonstrou a dualidade de posicionamentos entre os próprios homossexuais, a ambigüidade e discriminação no

¹⁰ Portal do Aprendiz. Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br/content/swispinelo.mmp>>. Acesso em 17 set. 2009.

espaço escolar. No trecho da entrevista abaixo, é observado o posicionamento firme do professor quando exige respeito à sua opção sexual, à sua condição de ser humano e profissional, mostrando-se base aliada e multiplicador contra os preconceitos. Em seguida, temos o depoimento de outro professor, também homossexual, que demonstra claramente o receio de trabalhar com a temática, porque os seus próprios valores foram construídos dentro dos padrões heteronormativos. Segundo ele, existe o fator cultural, fortemente relegado ao fator natural e este é sinônimo de tabu, pudor, pecado, conduta, moral.

“Eu ouvi de três alunos na seqüência, três frases que se complementaram com relação a minha homossexualidade. Um aluno levantou uma suspeita, o outro logo em seguida garantiu que a suspeita era válida e o terceiro imediatamente disse que essa suspeita era mais que válida que aquilo era certo. ‘Como dois e dois são quatro, o professor é homossexual.’ [...] Eu disse a eles que tinha ouvido né?! O comentário. E que o comentário dos três parecia imbuído de muito preconceito. [...] Disse que eu era ali uma pessoa que estava para ensinar e não para devassar a minha vida sexual, até porque só interessava a mim mesmo.” (A.N.C., 39 anos)

“[...] mas, é porque determinadas temáticas em educação, em sala de aula, eu acho que requer preparo. A opção de trabalhar na linha em sala de aula, me levou a fazer uma especialização. Eu tanto de leituras e tal, pra não tá abordando o negócio. Então, eu não me sinto preparado. [...] Como projeto, mesmo pensado, pra discutir o assunto... não, não. E eu sempre tive muito receio de abordar esse assunto em sala (risos).” (M. C., 40 anos)

No Brasil, desde a implantação dos PCNs, em 1997, as escolas não têm debatido, de forma intensa, sobre educação sexual. Com exceção de alguns professores que utilizam órgãos genitais de borracha, as escolas não se sentem autorizadas para ampliarem discussões sobre sexualidade, utilizando temas mais profundos, como: desejo, erotismo, prazer, orgasmo, mas se autorizam a reprimir, punir. Bourdieu (1995) lembra que o mundo social constrói o corpo por meio de um trabalho permanente de formação e imprime nele um programa de percepção, de apreciação e de ação, onde as diferenças socialmente construídas acabam sendo consideradas naturais, inscritas no biológico legitimador de uma relação de dominação.

Outro fator visível de discriminação nas escolas são os contatos físicos entre os sexos. Na relação entre heterossexuais é permitido o contato físico por meio de beijos, abraços e afetos públicos. O mesmo não se verifica quando o outro é

homossexual, principalmente travesti, que representa a tese do gênero/sexo, ou seja, de ter nascido num corpo de homem com a alma da mulher. O máximo que se acata é a permanência no ambiente escolar desde que não incomode, nem subverta os demais com comportamentos inadequados ao senso comum.

“[...] hoje a criança não vai pra sala de aula, fica pelos corredores, fica pelos cantinhos da escola, se enturmado, não é?! Criando tribos, subtribos que hoje a escola é convívio de subtribos. Vamos dizer assim, os adolescentes, eles fazem, como é... se subdividem por áreas, é interessante isso. Eu observo muito isso, né?! Não sei, acho que meus colegas também. Eu nunca comentei isso com eles, mas eles delimitam, delimitam: esse é meu lugar” (R.M.C., 47 anos.)

“Entre os adolescentes, não percebo essas desigualdades e hierarquia, vejos agregarem-se em seus guetos de total aceitatividade, o que os tornam muito à-vontade dentro do ambiente escolar. Percebo essas questões muito mais entre os adultos.” (R.A.R., 46 anos)

A atenção, o afeto, o contato físico e o carinho são trocados em guetos que estabelecem os critérios de distribuição e troca. Gueto, aqui apreendido de acordo com Peret (2005), como espaço criado pela identidade do grupo no sentido de promover o controle de estranhos através do isolamento. É a maneira de definir regras de convivência através de dinâmicas que definem a formação de territórios, tornando possível interpretar o lugar da homossexualidade na escola. A formação de grupos revela que, sob a ótica da maioria, os relacionamentos homossexuais são neuróticos, conflitivos e menos prazerosos fisicamente do que os heterossexuais. Todavia Louro (1997, p. 20) coloca que “formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão [...] aos poucos vão exigir mais do que descrições minuciosas e passarão a ensaiar explicações.”.

As agressões verbais e/ou físicas, o isolamento e a exclusão traçada no mapa da intolerância contra os homossexuais são panoramas das realidades vividas no cotidiano escolar. Pesquisas realizadas por Castro; Abramovay e Silva (2004) revelam que "bater em homossexuais" é considerado menos grave do que usar drogas e roubar, ou seja, para a sociedade, incluindo a escola, a homossexualidade ainda é vista como perversa, aquela que ameaça a integridade moral dos sujeitos, portanto, devendo ser exterminada ou mantida sobre controle.

A visibilidade e a necessidade de se repensar a construção da homossexualidade no ambiente escolar envolve, segundo Ferrari (2005), questões

ligadas à justiça, a realidade local, às formas de produção do poder que obscurecem a identidade sexual dos outros. Foi perguntado aos pais heterossexuais se eles participariam de seminários promovidos pelas escolas onde os filhos estudam sobre homossexualidades e novas constituições de famílias, incluindo as homoafetivas. Eles responderam que:

“Se o seminário não fosse voltado só para o público homossexual, participaria, porque a melhor forma de conviver com as diferenças e orientar meus filhos seria conhecer a situação.” (M.S.R., 37 anos)

“Não, creio que é um universo que pertence a eles, para que eles tenham suas descobertas. Só atentaria se os debates estão sendo feitos nos momentos etários corretos.” (R.A.R., 46 anos)

As reações adversas indicam o grau de dificuldade do público para lidar com a homossexualidade e com a opinião alheia. A problemática reside no sistema de exclusões muitas vezes baseado em preconceitos arraigados na sociedade. Há um poder sutil e dissimulado no meio social onde a opinião alheia é capaz de amedrontar os mais convictos, ou calar aqueles que não têm profundidade com a questão.

A sociedade em que vivemos tem muitos olhos e braços, que nos vigiam e interferem em nossa realidade. Um deles chama-se opinião alheia. Não a de algumas pessoas amadas e respeitadas, mas essa entidade informe, onipresente, quase onipotente, do “o que eles vão pensar”. Sem pedir licença entra em nossa casa e nossa consciência, limitando, podendo.” (LUFT, 2003, p. 31).

Pelo pensamento da autora, a atitude por parte dos pais faz parte do poder sutil da opinião alheia sobre a questão nas tomadas de decisão escolar. O papel do adulto, da criança, do adolescente, do heterossexual e do homossexual expressa relações de poder, quando define a função dos sujeitos quando molda e esmaga em conformidade os valores da família tradicional. Louro (1997, 67) diz que “aprendemos que, em muitas situações, a palavra supõe todas as pessoas, englobando, portanto, homens e mulheres”. Ser homossexual acaba confinando o indivíduo a gozações e insultos, pois o grupo não consegue defini-lo pelo sexo. Ser gay, lésbica, travesti ou transexual é sinônimo de ridículo ou desviante. A sociedade não percebe um homem ou uma mulher com desejos, sentimentos e perspectivas de futuro, ou seja, o homossexual como ser humano normal como qualquer outro.

As pesquisadoras Assad e Benedet, em 2003, através da revista *Profissão Mestre* publicaram uma matéria sobre homossexualidade na escola. A pesquisa foi efetuada por meio de enquete on-line, num questionário misto composto por perguntas fechadas e abertas que contou com a participação de 490 entrevistados, entre diretores, educadores e pais de alunos. Os dados da pesquisa revelam o medo que os pais têm em relação ao desvio de comportamento e deficiência do aprendizado dos filhos nas escolas, quando nela existem educadores homossexuais. A pressão dos pais da rede privada levou diretores até a demitirem professores/as homossexuais.

Ao entrevistar professores sobre a questão, a maioria mostrou-se alheio à problemática das pesquisas recentes nos seus ambientes de trabalho.

“Que esse motivo tivesse sido alegado claramente não. Já tive colegas de todas as opções demitidos, não entro no mérito das demissões, quando trabalhamos no setor privado nos habituamos com estes fatos.” (R.A.R., 46 anos)

“Não presenciei a demissão de nenhum colega, porém já trabalhei com homossexuais que pela sua condição sofria algumas retaliações no trabalho desenvolvido, sendo fiscalizado nas práticas pedagógicas desenvolvidas e até mesmo nos discursos realizados em sala. A escola é um espaço onde a democracia e a diversidade devem ser “carros chefe.” (C.V.A.A., 43 anos)

“Não. Inclusive quando um professor participou de uma seleção na faculdade em que trabalho, e eu era a coordenadora do curso, fui conversar com o diretor sobre a postura da faculdade quanto a admissão de um professor gay, para evitar uma possível exposição do colega, e ele disse que se não fosse um travesti que não teria problema.” (T.C.M.L., 51 anos)

É visível a dificuldade dos professores em visualizarem a problemática dos colegas demitidos pela condição sexual. Os limites residem na naturalização e construção de categorias tradicionais das identidades sexuais e de gêneros que definem os lugares dos homens e das mulheres na sociedade. A anomalia, como muitas vezes é vista a homossexualidade, está situada nas fronteiras do sistema que destrói os padrões de representatividade do masculino e feminino, se tornando um perigo a todo senso de ordem social e simbólica tradicionalmente construída através da oposição entre os sexos. “Toda a sociedade estabelece divisões e separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina.” (LOURO, 2001, p.16).

O trecho abaixo expõe a visão de um pai heterossexual sobre a homossexualidade.

“Para a homossexualidade existem dois caminhos. O primeiro é através da má formação genética, devido à produção errada de hormônios ou coisa parecida. O segundo trata-se daquela velha e verdadeira história que diz que homem é produto do meio e, o meio que o sujeito vive até chegar à sua vida adulta não é apenas o familiar e nesse caso cabe aos pais o dever de orientar e até mesmo corrigir qualquer desvio.” (M.S.R., 37 anos)

A palavra “desvio” pode ser analisada como todo o preparo para que a criança e o adolescente se considerem saudáveis. Há a preocupação que seus filhos, dois meninos, sejam preparados para assumirem, quando adultos, a virilidade, sinônimo de masculinidade. Marcelo Cerqueira, presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB), em entrevista coletiva durante as comemorações pelo Dia Internacional Contra a Homofobia, afirmou que “os meninos ainda são criados, desde o berço, para sempre demonstrarem virilidade, enquanto meninas para ser sempre doces e meigas”. O menino é socializado em torno de um perfil de “homem de verdade” e, se fugir dos padrões estabelecidos a seu gênero, passa a ser considerado um “indefinido” e isto se reflete na escola.

Hoje, apesar de pesquisadores como Novena (2004); Maia (2006); Freitag (2004); Souza (1994); Louro (2001) desenvolverem trabalhos sobre sexualidade e gênero, nas escolas a problemática ainda não atingiu a maioria dos profissionais das escolas públicas e privadas de todo território nacional. O Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual, no Rio de Janeiro, por exemplo, desenvolve o projeto “Rompendo Fronteiras e Discutindo a Diversidade Sexual na Escola”, que se baseia em cursos de extensão sobre identidade de gênero, sexualidades, violência, orientação sexual e homossexualidade. A tentativa de estabelecer o diálogo entre o que é imposto como regras sociais e as expectativas em relação aos gestos do silêncio que escondem as diferenças ainda não atingiram todas as escolas, outras instituições sociais, classes sociais, nem orientações sexuais.

Diante de tantas colocações, poderíamos compreender o processo educacional de filhos, cujos pais são homossexuais, bastante conflitivas. Isto porque, a discriminação no ambiente escolar aos homossexuais não é uma construção somente da escola – defendida pelos profissionais da educação e estudantes - mas por todo um conjunto de pensamentos e comportamentos

formados historicamente através de estereótipos pré-elaborados sobre a homossexualidade.

O padrão social heterossexual visto como hegemônico impõe regras de comportamento baseado nas diferenças sexuais. As atitudes, palavras, brincadeiras ou gestos pejorativos que desqualificam o homossexual, serão percebidos também pelos filhos. Se pais e mães limitam a amizade de seus filhos com um colega homossexual, por temerem que possam vir sofrer influência futuramente na opção sexual, inconscientemente essa mesma atitude será tomada quando um colega ou uma amigo tiver um pai homossexual. Apesar de nos depoimentos, os pais heterossexuais negarem essa possibilidade, adiante nas suas próprias falas colocam limites na amizade, isto porque a nossa sociedade, ao disciplinar corpos e mentes, impõe limites nas relações.

Outro fator a ser considerado é que para muitos pais “os professores também são modelos de comportamentos masculinos e femininos, além de representarem a autoridade e o saber.” (SOUZA, 2002, p. 24). É preciso considerar que a sociedade cobra padrões de comportamentos em que noções de corpo, gênero e sexualidade precisam estar presentes nas escolas. Como será explicar a uma criança que é possível dois homens e duas mulheres constituírem uma família e gerarem filhos? Ou explicar que, mesmo sentindo prazer por uma pessoa do mesmo sexo, um homem pode ser pai, cuidar e educar uma criança, sem que isso abale a sua maturidade sexual? São questionamentos que deixam explícito a indeterminação da problemática porque senti a dificuldade nas respostas de todos os entrevistados (pais e educadores).

Houve uma facilidade em falar de educação sexual, num mero encadeamento de pontos informativos da biologia, mas não de uma análise profunda sobre as constituições das sexualidades sociais. Os argumentos partem de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que se complementam e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente. No senso comum, a distinção sexual serve para compreender e justificar também as desigualdades sociais.

Segundo Arilha e Calazans (1998), hoje, no ambiente escolar, espera-se que o educador seja capaz de ter uma postura crítica sobre os valores socialmente atribuídos à sexualidade e aos papéis de gênero, para desconstruir os postulados criados pela sociedade para os sexos.

A sexualidade não é, apenas, características sexuais, mas as formas como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas é que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Que crianças e adolescentes compreendam, através da educação formal, que o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O seu pai é gay, mas é homem, é um cidadão comum com direitos e deveres. A sua concepção se deu através dos componentes biológicos do homem e da mulher, mas a sua unidade familiar não precisa estar limitada à presença de sexos binários.

As escolas como produtoras e reprodutoras de significados e interpelação do sujeito através de suas práticas discursivas podem contribuir para amenizar o problema da discriminação e homofobia, preparando a equipe pedagógica para efetivo trabalho com a diversidade. Todo corpo educacional deve está preparado para acolher o momento difícil das crianças e adolescentes no ambiente escolar, quando se percebe em situações constrangedoras, como assumir publicamente a sua própria homossexualidade ou que seu pai é um homossexual perante colegas e amigos, mesmo que algumas situações, como indicam alguns dos meus depoentes apontem, que esses filhos estejam sendo preparados para enfrentar qualquer adversidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os micros estudos sobre família e escola têm permitido, entre outras questões, dar visibilidade ao valor social da educação em diferentes segmentos sociais. Durante a pesquisa foi possível discutir os limites, conflitos e contradições na construção de identidades, simbologias e representações entre esses dois universos quando o assunto proposto é falar sobre homossexualidade. Dentro das ações educativas remete-nos a pensar a família com padrões de comportamento próprios da esfera privada e valores morais estabelecidos simbolicamente; pensar a escola como produto da família, produzindo e reproduzindo padrões comportamento e aprendizagens sistematizadas assegurando o processo de socialização, proteção, condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento das crianças e adolescentes no plano social, cognitivo e afetivo.

Hoje existem inúmeros meninos e meninas, em idade escolar, em nosso país, embora não saiba estimar quantos exatamente, filhos de pais homossexuais, tanto de uma relação monoparental quanto como casal. Ao procurar compreender como se dá o processo formativo de crianças e adolescentes de filhos de pais homossexuais, na esfera da família e da escola, mantive contatos com pais gays com filhos biológicos procedentes de um relacionamento heterossexual anterior, precisamente de casamentos mais ou menos duradouros, mas que convivem, agora, com outro homossexual; pais com filhos biológicos e adotivos em uma relação monoparental e na condição de pais solteiros; encontrei casais gays que adotaram crianças com a intenção de constituírem uma família. Todavia, tanto para sociedade quanto para a escola, estes lares não existem, ou ignoram que existam, quando procuram neles afirmativas da necessidade da presença dos sexos opostos na sua formação, ou para a identidade desses meninos e meninas.

Para compreender como pensa a sociedade sobre a educação de meninos e menina em lares pais homossexuais, busquei ouvir opiniões através de pais heterossexuais. Sei que o recorte foi pequeno, mas deu para perceber a complexidade de posicionamentos quanto à possibilidade dessas crianças não terem um desenvolvimento adequado e terem dificuldades especiais em seu processo de socialização. Pelas observações apresentadas esses filhos e filhas

podem ter sua família não reconhecida socialmente, uma vez que a nossa constituição só reconhece como instituição familiar as uniões formadas por casais heterossexuais.

“A criança precisa de uma referência do que é um pai e uma mãe. Casais homossexuais não conseguem dar essa referência.” (S.R.F., 33 anos)

“Por achar que uma família deve ser constituída inicialmente por um homem e uma mulher, acho errado a adoção por casais homossexuais.” (M.U.S.R., 42 anos)

Por outro lado, pude observar que estiveram presentes em algumas falas, apesar de que alguns negarem, a forte presença da religiosidade defendendo o “direito natural”, como nos depoimentos abaixo:

“Apesar de fugir aos padrões da influência católica um casal de homossexuais podem ser considerados família, na medida em que tenham como valores supremos no relacionamento, a amizade, o amor e respeito mútuo.” (A.P.D.C.J., 38 anos)

*“A união de um homem e uma mulher que se unem por amor e espontaneamente para ter filhos e ensinar a estes, sobre vida, amor, compromisso, solidariedade, responsabilidade, **religiosidade**, enfim tudo que é necessário para preparar o indivíduo para enfrentar o mundo e dar continuidade a valores morais e éticos.” ((M.U.S.R., 42 anos)*

Outro fator a ser considerado, é que a homossexualidade ainda é vista na nossa sociedade como uma degeneração ou perversão. Homens com essa orientação não se mostram machos, são considerados inadequados para educarem uma criança por terem trejeitos efeminados. Parece-me oportuno lembrar que é um argumento questionável. Durante o processo das entrevistas não foi o comportamento por mim observado. Particularmente acredito que a sociedade generaliza os homossexuais, vendo todos com os maus olhos do “efeminado” e os entrevistados assim não se portaram, foram mais machistas do que muitos os pais heterossexuais quando deram os seus depoimentos.

Entre todos os argumentos apresentados contra a constituição da família homoafetiva, a maioria direcionou total atenção aos problemas de aquisição da identidade sexual e na identificação dessas crianças com os progenitores do mesmo sexo. Mas será que os filhos de pais gays terão problemas de identidade sexual

porque carecerão no seu processo formativo da figura de uma mãe? A ausência das duas referências (pai e mãe) poderia dificultar esses meninos e meninas a “entender-se”? Nos depoimentos dos pais homossexuais, os seus filhos não encontram esse tipo de problema, pelo contrário, seus filhos sabem muito bem que são meninos e meninas, sem dúvida alguma, se comportam independente da condição sexual deles como pais.

“Então eu vejo que a inclinação dele é por mulheres ” (H.B., 45 anos).

[...] Eu acho que se houvesse desvio, eu digo, teria sido na infância, que ele passou convivendo com todo tipo de homossexual. Muitos...muitos amigos freqüentavam a minha casa, porque todos gostavam dele. Ele começou a viver num mundo gay na verdade. Quando morou comigo, morou praticamente num mundo gay, e nunca teve desvio de relacionamento.” (M.V., 60 anos)

“Aquele dali eu digo que não porque o menino é demais. Aquela criança não pode vê nada assim, em relação a mulheres, entendeu? [...] com as priminhas só querer brincar de namorozinho. Fica dizendo é minha namorada isso e aquilo, a gente é que fica cortando pra não despertar muito assim, você sabe o mundo hoje em dia como ta com negocio de estupro essas coisas eu tenho muito medo.” (J.P., 48 anos)

O temor da sociedade ocorre porque a identidade sexual é um conceito construído culturalmente, distinguindo papéis e funções do homem e da mulher, do masculino e do feminino. Dessa forma, uma criança ou adolescente vir a ser criada por um homem homossexual não significa que tenha esse destino, mas a probabilidade de vir a copiar o modelo do pai seria maior. Certamente que o contato com outros meninos e meninas, outros membros da família, como avó, tia, prima, entre outras, e fora dela lhe dará a oportunidade de fazer um juízo adequado. Mas a sociedade ainda ver com ressalva esse problema da identidade sexual dos filhos dos homossexuais e não se mostra preparada, ainda, para dar um parecer favorável à causa, mesmo com todos os estudos sobre o assunto.

“Eu acredito que para a homossexualidade existem dois caminhos. O primeiro é através da má formação genética, devido à produção errada de hormônios ou coisa parecida. O segundo trata-se daquela velha e verdadeira história que diz que homem é produto do meio e, o meio que o sujeito vive até chegar à sua vida

adulta não é apenas o familiar e nesse caso cabe aos pais o dever de orientar e até mesmo corrigir qualquer desvio.” (M.S.R., 37 anos)

Ao questionar as famílias monoparentais formadas por pais e mães solteiras heterossexuais e o problema da aquisição da identidade sexual dos filhos, a própria sociedade defende a presença do sexo oposto na vida daquela criança ou adolescente. O pai a cria e educa, mas tem uma namorada, uma nova companheira, assim também acontece com a mãe com o seu namorado ou companheiro.

A investigação nesse campo não é vasta e tem limitações, entre elas o desejo de se chegar a algumas conclusões que só poderão ser concretizadas daqui a dez, vinte anos quando a maioria dos filhos dos meus entrevistados já estará adulta. No momento, não existem provas para defender que as previsões sobre essas crianças sejam da mesma condição sexual de seus pais. Pelo contrário, é razoável pensar que existem alguns problemas específicos a serem trabalhados, como desejo, erotismo, por exemplo, mas que não são problemas graves, porque os filhos dos heterossexuais também precisam ser trabalhados quanto a essas questões.

Não me pareceu, portanto, que existem sólidos argumentos contrários à possibilidade de que homossexuais possam ter filhos. Em depoimentos alguns pais heterossexuais e educadores se mostraram favoráveis ao direito dos homossexuais constituírem uma família. Primeiro, existem muitas crianças e adolescentes que necessitam de cuidados, por serem abandonados à própria sorte e foram tutelados pelo Estado. Segundo, as funções afetivas podem ser exercidas com eficácia pelos homossexuais, o que ajuda aos filhos nas relações de amizade, cooperação com os demais.

Acho importante a luta e a manutenção dos direitos de filiação e de união de pessoas do mesmo sexo, pois não acredito que devemos ficar presos, enquanto sociedade, a uma noção de família e filiação, imutável, ainda baseada em conceitos, idéias e visões que remontam dos primórdios da convivência em sociedade.” (A.C.O, 36 anos).

“Desde quanto para que haja uma adoção será preciso investigar se o sujeito homossexual ou não terá condições de criar uma criança. Não podemos julgar se procede ou não apenas pela opção sexual do sujeito, isto é apenas um item no meio de um conjunto de outras questões que formam o ser humano.” (T.C.M. L, 51 anos)

Nestes posicionamentos, as crianças precisam de cuidados, não necessariamente um pai e uma mãe, por mais que essa formação funcione bem enquanto núcleo familiar, no seu processo de socialização. Uma outra questão a ser considerada, durante a pesquisa, é que outras famílias heterossexuais também costumam a ter problemas específicos, por isso não se trata de desqualificar as famílias homossexuais no processo de educação de seus filhos e filhas, mas observar em que sociedade nós estamos e de onde partiram muitos homossexuais hoje adultos.

Não ter a figura masculina ou feminina em casa, apaga a identidade em relação à sexualidade do indivíduo na hora da sua opção sexual? Eu acredito que seja uma questão muito relativa, difícil de ser respondida porque, assim, estaríamos fazendo generalizações ou enquadrando as necessidades humanas a partir de uma verdade. A menina que não teve pai, por exemplo, sempre vai buscar nos namorados ou companheiro da mãe a imagem do pai? Ou o menino que não teve mãe vai sempre buscar na companheira do pai a figura da mãe? Tem casos que acontecem, outros não. Tem coisas que precisam ser revistas nas relações humanas, principalmente porque estas são construídas, logo, não existe um modelo de relação entre pai e filho, entre marido e mulher, entre dois homens ou duas mulheres.

Referindo-me mais diretamente aos problemas e dificuldades que podem advir do próprio processo de paternidade está na elaboração que os próprios pais homossexuais fizeram ao longo de suas vidas, de sua opção sexual e de seu próprio projeto de paternidade. Muitos passaram por um processo doloroso para se reconhecer e se aceitar como homossexual, principalmente os entrevistados que foram casados. As dificuldades e problemas não são inerentes ao fato de ser homossexual, mas às causas apontadas, como por exemplo, o temor de decepcionar a família (pai, mãe, irmãos, filhos, companheira).

“[...] Eu já tinha homossexualidade, mesmo que latente, mas tinha, eu só não sabia administrar isso, precisei passar por um casamento, precisei conhecer a relação heterossexual, pra continuar sentindo a necessidade de uma relação homossexual...[...] Meus filhos só vieram tomar conhecimento dessa situação quando a menina estava, por volta de 15 anos e o menino com 13, quando vieram morar comigo[...] trazer para um relacionamento uma criança, não é uma coisa tão simples, é uma atitude de grande responsabilidade e o casal precisa ter realmente consciência do que eles dois representam um para

outro e se sentimento de família é necessário, se precisa realmente existir, eu digo família no caso de não apenas dois, mas um terceiro ser.” (E.M.P, 53 anos)

No entanto, esses medos e dificuldades podem ser observados também pelos heterossexuais quando por outros motivos e dificuldades pensam duas vezes antes de ter filhos. Ter filhos e educá-los é uma grande responsabilidade, porque ter filhos não é solucionar carências ou problemas pessoais, ou com a finalidade de fazer valer os direitos adquiridos, mas de cuidar e educar meninos e meninas para proporcionar oportunidades de desenvolvimento nos seus projetos de vida.

Quanto à escola como uma instituição fundamental para a proposta que por hora ocupo discutir, é um lugar guiado pela homofobia dos pais de estudantes, dos professores, dos próprios estudantes, do currículo, das atitudes e práticas educativas. Então, filhos/as de pais gays estarão mais sujeitas a hostilidade e rejeição por parte dos colegas nas escolas?

“Infelizmente sim. A sociedade é marcada por uma série de estereótipos e preconceitos, ainda que alguns avanços (muito lentos) sejam observados. O que se percebe nas escolas hoje é que estas pessoas ainda são alvo de comentários maldosos e piadinhas, ficando muitas vezes discriminadas.” (C.V.A.A., 43 anos)

A escola torna-se um espaço que dificulta a socialização das crianças ou adolescentes pertencentes a famílias homoafetivas quando apresenta como normal ou ideal o modelo da família convencional; não ensina adequadamente educação sexual, não favorecendo a diversidade na orientação do desejo, prevenindo atitudes e condutas de rejeição da homossexualidade; quando permite brincadeira, piadas, insultos ou agressões a um estudante ou um profissional por esse ser homossexual. Mas também é um lugar de formação, onde professores e gestores podem está observando comportamentos atitudes e ações para fazerem as interferências necessárias.

Como seria, então, o comportamento dos filhos de pais homossexuais com a população escolar?

A insatisfação revelada e dita não é um algo falado abertamente é algo entre a coordenação e seus colegas mais próximos seu amigo íntimo sua melhor amiga. Quando o pai ou a mãe parte pra uma relação homossexual depois de uma relação heterossexual, é uma insatisfação de traição. Eles verbalizam: “ele ou ela me traiu” ou “ele me decepcionou”. Apresentam vergonha e medo.

É uma situação que a gente percebe diferente dos filhos de homossexuais que foram adotados, esses não, esses falam abertamente que tem pais homossexuais.(S.Z.)

Um outro ponto a ser considerado e importante também durante a pesquisa sobre escola e homossexualidade é que nas expressões de alguns educadores ficavam marcadas a conscientização de que crianças e jovens adotados por homossexuais não apresentavam comportamento homossexual. Apresentavam um perfil masculino ou feminino heterossexual, aceitável pela sociedade.

Por fim, reconheço que é uma questão polêmica e difícil de solucionar, pois a sociedade em geral gera problemas para as famílias homoafetivas e seus filhos. Vivemos em uma sociedade nas quais as instituições muito significativas, como família e escola, mantêm determinadas influências conservadoras e não aceitam o fato de estarem compartilhando, na contemporaneidade, com novos valores familiares. Os homossexuais mantêm em seus discursos a importância da consangüinidade para a formação dos laços familiares. Portanto, a pesquisa prossegue para que daqui há alguns anos possamos retornar a análise sob a óticas e experiências vividas pelos filhos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Juventude, juventudes**: o que une e o que sepra. Brasília: Unesco, 2006.

ALMEIDA, M. I. M. **Masculino/Feminino**: tensão insolúvel. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALMEIDA, M.V. de. **A chave do armário**: homossexualidade, casamento, família. Lisboa: ICS, 2009.

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ARÁN, M.; COORÊA, M. V. Sexualidade e política na cultura contemporânea: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(2):329-341, 2004. Disponível < http://www.aliadas.org.br/site/arquivos/artigos_cientificos/Reconhecimento%20social%20e%20juridico%20do%20casal%20homossexual.pdf > Acesso: 10. jul. 2009.

ARAÚJO, C. M. M. **Psicologia Escolar e o Desenvolvimento de Competências**: Uma Opção para a Capacitação Continuada. Tese de Doutorado: Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2003.

ÀRIÉS, P. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: ARIÉS, P; BÉJIN, A. (Org.). **Sexualidades ocidentais**. Tradução Lygia Araújo Watanabe e Thereza Chistina Ferreira Summer. Ed. 3ª. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BADINTER, E. . **Um é o Outro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Cuidado e negligência na educação da criança na família. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana Maria Almeida (org). **Família e educação**: olhares da psicologia. São Paulo: Paulinas, 2008.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política** da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BORGES, L. S. Lesbianidade na TV: visibilidade e “apagamento” em telenovelas brasileiras. In: GROSSI, Mirian; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. Org. **Conjugalidade, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. RJ: Garamond, 2007.

BOROMO, M.; BARBOSA, P. V.; TRINDADE, Z. A. Homens: gênero e identidade em grupos tradicionais, metrossexuais e homossexuais no Brasil. Revista Electrónica de Psicología Política Año 6 Nº 17 Agosto 2008. Disponível em < <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/repp/v6n17/v6n17a04.pdf> > Acesso: 01. jul. 2009.

BOURDIEU, Pierre. “A dominação masculina”. Educação e Realidade, v. 20, n. 2. Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 133-184.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRAGA, Denise da Silva. **Sexualidade no currículo da escola fundamental: travessões e reticências sobre a homossexualidade nos discursos e nas atividades em uma escola municipal em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2004.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual – temas transversais**. Brasília, v. 10, 1997.

BRAUNER. M.C.C. As novas orientações do direito de família. In: BRAUNER, M.C.C. (Org.). **O direito de família: descobrindo novos caminhos**. São Leopoldo: [s.ed], 2001.

BREMMER, J. Pederastia grega e homossexualismo moderno. In: BREMER, J. (Org.) **De Safo a Sade: momentos da história da sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1991.

BRITO, A. M. de; CASTILHO, E. A.; SZWARCOWALD, C. L. **AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada**. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* [online]. 2001, vol.34, n.2, pp. 207-217. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v34n2/a10v34n2.pdf>> Acesso: em 10.jul. 2009.

BRUSCHINI, C.. Teoria crítica da família. In AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs). **Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993.

BUTLER, J. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAETANO, M.R.V.. Os gestos do silêncio para esconder as diferenças. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF, Niterói, 2005.

CARRARA, S. O centro latino-americano em sexualidades e direitos humanos e o “lugar” da homossexualidade. In: GROSSI, M. PBECKER, S; LOSSO, J.C. M.; PORTO, R.M.; MULLER, R de C. (Org.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CARRARA, S.; SIMOES, J. A. **Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira.** Cad. Pagu [online]. 2007, n. 28, pp. 65-99. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/05.pdf> > Acesso: 03. jul.2009

CARVALHO, M. G. de. **Sexualidades em psi-maior: identidades sexuais e contemporaneidade.** Belo Horizonte: Pulsar, 2003.

CARVALHO, M. E. de. **Modos de educação, gênero e relações de família.** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

CASTRO, M. G. ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas de, para, com juventudes. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 21, número especial sobre Juventudes, março- 2003.

CASTRO M. G.; MIRANDA, M. B. S.; ALMEIDA, N. O. G. L. de. Juventude, gênero, família e sexualidade. Combinando tradição e modernidade. In: BORGES, Ângela; CASTRO Mary Garcia (org.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais.** São Paulo: Paulinas, 2007

CAVALCANTI, V. R. S. **Educação, História e Religião: Ordens religiosas como locus da construção de identidades femininas.** Revista Aulas (UNICAMP), v. 4/5, p. 1-28, 2007.

CECCARELLI, P. R. A Construção da Masculinidade In: **Revista de Psicanálise.** Ano X, nº 19, 2º semestre de 1997, p. 49-56. Disponível em <<http://www.ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/doc/psihos.doc>> Acesso: 16. jun.2009

CHILETTO. M. C. C. **Uniões homoafetivas: uma nova concepção de família na perspectiva do direito civil-constitucional.** Dissertação (Mestrado em Relações Privadas e Constituição) - Faculdade de Direito de Campos, Rio de Janeiro, 2007.

CITELI, M. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas.** [online]. 2001, v.9, n.1, p. 131-145. INSS 0104-026X. Disponível em <<http://www.scielo.br/026X2001000100007&lng=en&nrm=iso>> Acesso: 07. mai.2009.

CONNELL, R. **Masculinities.** Berkeley, University of California Press, 1995.

CORRÊA, M.. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Ângela (org.) **Colcha de Retalhos. Estudos sobre a Família no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, J. F. **A ética e o espelho da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

COSTA, J. F. **A Inocência e o Vício: estudos sobre o homoerotismo.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

COSTA, J.F. **A Face e o Verso**: estudos sobre o homoerostimo II. São Paulo: Escut, 1995.

COSTA, N. R. A. **Construção de sentidos relacionados à maternidade e à paternidade em uma família adotiva**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

COSTA, R. G. **Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.2, pp. 339-356. ISSN 0104-026X. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14961.pdf>> Acesso: 16. ago. 2009.

DAMATTA, R. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA A. M. de; CARNEIRO A., M. J.; PAULA S. G. de. (Orgs.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ UFRRJ, 1987.

DAYRELL, J. T. **A Educação do aluno trabalhador: uma abordagem alternativa**, *Educação em Revista*. B.H.(15):21-29. Jun. 1992.

DIAS, M. B.. **Filiação homoafetiva**. Informativo ADCOAS, nº 73, set/2004. Disponível em <http://www.berenedias.com.br/site/content.php?cont_id=387&isPopUp=true> Acesso: 4. set. 2009.

DIAS, M. B. **União homossexual**: o preconceito & a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

DINIZ, A. G. R.; BORGES, C. A. M. Possíveis interlocuções entre parentesco e identidade sexual: paternidade vivenciada por homens homo/bissexuais. In: GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. Org. **Conjugalidade, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DONATI, P. **Família no século XXI**: abordagem relacional. [Tradução João Carlos Petrini] – São Paulo: Paulinas, 2008.

DUARTE, L. F. D. D. A sexualidade nas ciências sociais: Leitura crítica das convenções. In: PRISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FAGUNDES, T. C. P. C. Sexualidade e gênero: uma abordagem conceitual. In: FAGUNDES, T. C. P. C (org.). **Ensaio sobre educação, sexualidade e gênero**. Salvador: Helvécia, 2005.

FERNANDES, F. **Padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros**. A sociologia no Brasil. Petrópolis, 1977.

FERRARI, A. revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. In: **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005

FERREIRA, A. G.. A educação no Portugal barroco: séculos XVI a XVIII. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. 1: séculos XVI-XVIII**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FLEURI, R. M.. **A questão da diferença na educação**: para além da diversidade. In: Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPEd).25, 2002, Caxambu. CD-ROM

FONSECA, C. **Os caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FOUCAULT, M.. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRAY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FRY, P. **Para inglês ver: identidades e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FURLANI, J. **O bicho vai pegar!** – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

GARCIA, W.. **A forma estranha: ensaios sobre cultura e homoerotismo**. São Paulo: Pulsar, 2000.

GAUTHIER, Jacques Zanidê. **A questão da metáfora, da referência e do sentido em pesquisas qualitativas: o aporte da sociopoética**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2004, n. 25, p. 127-142. Disponível <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a11.pdf>> Acesso: 4. mar.2009

GIDDENS, A.. **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, V. **Famílias contemporâneas, filiação e afeto: A possibilidade jurídica da adoção por homossexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005.

GOIS, J. B. Hora. **Olhos e ouvidos públicos para atos (quase) privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença**. *Physis*

[online]. 2000, vol.10, n.2, pp. 75-99. ISSN 0103-7331. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v10n2/a04v10n2.pdf>> Acesso: em 10.jul.2009.

GOMES, D. C. R. **Equipe de saúde: o desafio da integração**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

GOMES, N. L. Salões étnicos como espaços estéticos e políticos de identidade negra. In: GROSSI, M. PBECKER, S; LOSSO, J.C. M.; PORTO, R.M.; MULLER, R de C. (Org.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

GROSSI, M. P. **Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil**. Cadernos Pagu, Campinas, IFCH/ Unicamp, n. 21, p. 261-280, 2003. Disponível <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a08v14n2.pdf>> Acesso: 20.out.2008

GROSSI, M; UZIEL, A.P.; MELLO, L. Org. **Conjugalidade, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. RJ: Garamond, 2007.

GUIRADO, M. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In: Aquino, J. G.. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 1 ed. São Paulo: Summus Editorial LTDA, 1997.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes louro). 7ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARBEMAS, J.. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1990.

HEILBORN, M. L. **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HEILBORN, M.L.; BRANDÃO, E. R. Ciências sociais e sexualidade. In: Heilborn, M. L. (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HEILBORN, M. L.. **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: JZE, 1999.

HENNIFEN, I.; GUARESCHI, N. M. de F. A Paternidade na Contemporaneidade: Um Estudo de Mídia sob a Perspectiva dos Estudos Culturais. **Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO**, v. 14, nº 1, p.44-63, jan./jun. 2002. Disponível <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n1/v14n1a04.pdf>> Acesso: 16.ago. 2009

IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 15.mar. 2009.

JACQUES, M. das G. Identidade. In: STREY, M. N. et alli. **Psicologia social contemporânea**: livro texto. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

JURBERG, M. B. **A construção social da sexualidade**: Da identidade biológica à identidade sócio-cultural de gênero. Revista Scientia Sexualis, 7(2): 25-40, 2001. Disponível em < <http://www.sbrash.org.br/portal/files/pdf/aconstrucaosocial.pdf>> Acesso: 10.mai.2009.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

KUNZ, M. do C. S.. **Quando a diferença é mito: Uma análise da socialização específica para os sexos sob o ponto de vista do esporte e da educação física**. Dissertação (Mestrado em educação) Florianópolis: UFSC, 1993.

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, T. T. (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ArtMed, 1999

LEVANDOWSKI, D. C. (2001). Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. *Estudos de Psicologia*. In: ORLANDI, R. e TONELI, M. J. F. **Sobre o processo de constituição do sujeito face à paternidade na adolescência**. *Psicol. Rev. (Belo Horizonte)*, dez. 2005, vol.11, n.18, p.257-267. Disponível em <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/per/v11n18/v11n18a08.pdf>> Acesso: 05.jul.2009.

LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Editora Vozes/EDUSP. Petrópolis/ São Paulo, 1976.

LIBÂNEO, José C. **Democratização da escola pública a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo, Loiola, 15ª ed.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2001.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2001, vol.9, n.2, p. 541-553. ISSN 0104-026X. < Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf> > Acesso: em 16.ago.2008.

LOYOLA, M. A.. **Sexualidade e medicina**: a revolução do século XX. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, jul./ago. 2003.

LUFT, L.. *As parceiras*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, Â. M. C. U. A. **Identidades sexuais não-hegemônicas**: Processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, Jan-Mar, v. 23, n. 1, p.81-90, 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a10v23n1.pdf> > Acesso: 26.ago.2009.

MATOS, A. C. Identidade Sexual, do que se trata? *Revista de Sexologia On-line*, set/2008. Disponível em: <<http://sexologia.clix.pt/?p=32>>. Acesso em 12. jun. 2009.

MATOS, A. S. **A homossexualidade no ocidente**: uma perspectiva histórica. *Ultimato*, Viçosa - MG, p. 50 - 51, 01 set. 2003.

MATOS, V. C. S.. In: *Revista Antíteses*, Ahead of Print do vol. 1, n. 2, jul.-dez. de 2008 Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses> > Acesso: 01. jul. de 2009.

MCRAE, E. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "Abertura". Campinas, SP: Unicamp, 1990.

MELLO, L. **Família no Brasil dos anos 90**: um estudo sobre a construção social da conjugalidade homossexual Tese (Doutorado). Brasília (DF): Universidade de Brasília, 1999.

MELLO, L. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MELO, M. R. de. In: *Revista Fórum Identidades. Educação e movimento homossexual: reflexões queer*. Ano 2, volume 4, p. 71-80, jul-dez de 2008. Disponível em <http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_4/DOSSIE_FORUM_Pg_71_80.pdf> Acesso: 16.jul.2009.

MENEZES, J.E.X. de. Usos foucaultianos da categoria família. In: JACQUET, C; COSTA, L F (Org.) **Família em mudanças**. São Paulo: Cia. Ilimitada, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 1994

MISSE, Michel. **O estigma do passivo sexual**: um símbolo de estigma no discurso cotidiano. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MOTA, M. P. da. **Gênero e sexualidade**: fragmentos de identidade masculina nos tempos da Aids. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1998, v. 14, n. 1, p. 145-155. disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0134.pdf> > Acesso: 26.ago.2009

MOTT, L.. **Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil**. Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia, 2000. Disponível em <<http://www.luizmott.cjb.net/>> Acesso: 02. jun. 2009

MOTT, L. **O crime anti-homossexual no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.

NOLASCO, S. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: NOLASCO, S. (org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NUNES, C. **Filosofia, Sexualidade e Educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. 1996. Tese (Doutorado em Educação) UNICAMP. Campinas, 1996.

OLIVEIRA, P. Paulo M. de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

OSÓRIO, L. C. **A família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PARKER, R. Diversidade sexual, análise sexual e educação sobre AIDS no Brasil: In: LOYOLA, M. F.(Org.). **AIDS e sexualidade**: o ponto de vista das Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Reume Dumará, 1994.

PARKER, R. **Corpos, prazeres e paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

PERET, L. E. N. **Do armário à tela da Globo**: a representação social da homossexualidade na tela brasileira. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação Social, 2005.

PERROT, M.. O espírito da época. In: NORA, Pierre. **Ensaio de ego-história**. Lisboa: Setenta 1989.

PETRINI, J.C. A relação nupcial no contexto das mudanças familiares. In: JACQUET, C; COSTA, L F (Org.) **Família em mudanças**. São Paulo: Cia. Ilimitada, 2004.

PICAZIO, C. M. S. . **Diferentes desejos**: Adolescentes homo, bi e heterossexuais, São Paulo: Sammus, 1998

PHILLIPI, J. N. Considerações sobre a sexualidade humana. In: GROSSI, m. P; BECKER, S; LOSSO, J.C.M.; PORTO, R.M.; MULLER, R.C.(Org.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PIMENTA, S. G.. **O pedagogo na escola pública**. São Paulo, Loyola, 1990.

PRADO, M. A. M; MACHADO, F. V.. **Preconceitos contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMALHO, M. I. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais**. Campinas: Cortez, 2002. p. 541-572.

REICH, W. . **A Revolução sexual**. São Paulo: Guanabara, 1988.

RODRIGUES, N.. **Lições do príncipe e outras lições**. 4ª. ed. São Paulo: Cotez: Autores Associado, 1986.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAMARA, E. de M.. **O que mudou na família brasileira?** Da colônia à atualidade. São Paulo, 2002.

SANCHEZ, F.L. **Homossexualidade e família**: novas estruturas. [Tradução Carlos Henrique Lima] - Porto Alegre: Artmed, 2009.

SANTOS, V. P. **Interdisciplinaridade na sala de aula**. São Paulo: Loyola, 2007.

SARTI, C. A. O jovem na família: o outro necessário. In R. Novaes & P. Vannuchi (Org.), **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, C. A. **Reciprocidade e hierarquia**: relações de gênero na periferia de São Paulo. Cadernos de Pesquisa, n. 70, p. 38-46, ago.1989.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. Ciência & Saúde Coletiva, In: PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. dos. **Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros**. *Psicol. estud.* [online]. 2007, vol.12, n.2, p. 247-256. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05.pdf>> Acesso: 25.ago.2009

SCOTT, J.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Lobo; ver. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre. **Revista Educação e Realidade**. 20(2). Jul/dez 1995.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidades**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, T. T. da. (Org.), Stuart Haal, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.

SIMINONATO-TOZO, S. M. P. & BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (1998). O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação, In: PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A.dos. (Org.) **Família e adolescência**: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicol. estud.* [online]. 2007, vol.12, n.2, p. 247-256. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05.pdf>> Acesso: 25.ago.2009.

SOUSA, E. S. de; ALTMANN, H.. **Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar**. Cad. CEDES [online]. 1999, vol.19, n.48, pp. 52-68. ISSN 0101-3262. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a04.pdf>> Acesso: 12/set./2009.

SOUZA, Â. M. F. de L. Sexo e identidade: Biologia não é destino. In: FAGUNDES, T. C. P. C. (org). **Ensaio sobre educação, sexualidade e gênero**. Salvador: Helvécia, 2005.

SOUZA, A. S. L. de. **Pensando a inibição intelectual**: perspectiva psicanalítica e proposta diagnóstica São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

SOUZA, E. C. de. **A escola e a sexualidade**: por que negar o prazer? In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.75, n. 179/180/181, p. 450-467, jan./dez. 1994.

SOUZA, E. C. . **Igual ou diferente**: a homossexualidade, a família e a escola. Noésis, Salvador, v. 1, n. 05, p. 36-51, 2004.

SOUZA, H. P. de. **Sexo, energia presente em casa e na escola**. São Paulo: Paulinas, 2002.

SOUZA, M. C. C. C. de. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SOUZA FILHO, A. Educação sem preconceito: a família e a homossexualidade. Boca da Noite, Natal/RN, v. 3, p. 4 - 4 30 dez. 2001. Disponível em < http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/artigos%20em%20jornais%20e%20revistas/artjournal_pdf/educacao%20sem%20preconceito.pdf > Acesso: 08. set. 2009

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Plano, 2003.

TARNOVSKI, F. L. **Pais assumidos**: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

TARNOVSKI, F. L. Pai é tudo igual? : significado da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais. In: PRISCITELLI, A.; GREGORI, F.; Carrara, S. (org.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Gramond, 2004.

TARNOVSKI, K. da S.; PROSPERO, E. N. S.; ELSÉN, I.. **A participação paterna no processo de humanização do nascimento: uma questão a ser repensada**. Texto contexto - enferm. [online]. 2005, vol.14, n.spe, p. 102-108. ISSN 0104-0707 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14nspe/a12v14nspe.pdf>> Acesso: 01.set.2009.

TERTO JR., V. . **Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS**. Horiz. antropol. [online]. 2002, vol.8, n.17, pp. 147-158. ISSN 0104-7183. Disponível < <http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n17/19080.pdf> > Acesso 02. ago. 2009

- TEIXEIRA, A. S.. **Educação no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- TIBA, I.. **Adolescência: o despertar do sexo**. São Paulo: Gente, 1994.
- TONELI, M.J. F; ADRIÃO, K.G. Sexualidades masculinas: perspectivas teórico-metodológicas. In: GROSSI, M. P; BECKER, S; LOSSO, J. C.M.; PORTO, R. M.; MULLER, R.C.(Org.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- TOURAINÉ, A.. Os movimentos sociais: o conflito central. In: ----- **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TRINDADE, Z. A.; MENANDRO, M. C. S. (2002). Pais adolescentes: vivência e significação. Estudos de Psicologia. In: ORLANDI, R. e TONELI, M. J. F. **Sobre o processo de constituição do sujeito face à paternidade na adolescência**. *Psicol. Rev. (Belo Horizonte)*, dez. 2005, vol.11, no.18, p.257-267. ISSN 1677-1168 Disponível em <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/per/v11n18/v11n18a08.pdf>> Acesso: 05.jul.2009.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Athas, 1987.
- UZIEL, A. P. **Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas**. Tese (Doutora em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, 2002.
- UZIEL, A.P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- VANCE, C. S. **A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico**. *Physis: Revista de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, UERJ, v. 5, nº 1, p. 7-31, 1995. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a15.pdf>> Acesso 16.ago.2009
- VASCONCELLOS, M. J. E. de. **Pensamento sistêmico - O novo paradigma da ciência**. Campinas: Papyrus, 2002
- VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. **Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- VERARDO, M. T. V.. **A Sexualidade educada**. Dissertação (Mestrado em Educação). Unicamp. Campinas, 1989.
- VERDON, J. In: Revista História Viva: **O amor que leva a fogueira**. Edição 46, agosto de 2007.
- WARANT, L.A. **Introdução geral ao direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1994.
- WEEKS, J. Corpo e sexualidade. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 83-111.

WELZER-LANG, D. **A construção do masculino**: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos feministas*, Florianópolis, v.9, n. 2, p. 451-468, 2001. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf> > Acesso: 16.mai.2009

ZAGURY, T.. **Sem padecer no paraíso**: em defesa dos pais ou sobre a tirania dos filhos. Rio de Janeiro: Record, 1991.

ZAMBRANO, E. **Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais**. *Horiz. antropol.* [online]. 2006, vol.12, n.26, pp. 123-147. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a06v1226.pdf> > Acesso: 14. mar. 2008

ZAMBRANO, E. **Direito à homoparentalidade**: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: Vênus, 2006.

ANEXOS

- h. Ser homossexual é uma patologia ou anomalia, isto observado na sua visão de sujeito de uma sociedade e pai?

III - SOBRE A EDUCAÇÃO DOS FILHOS

- a. Você participa ativamente da educação do seu filho/a, tanto no âmbito familiar quanto escolar?
- b. Nos eventos, como dia de pai, da criança, festas juninas, natalinas, entre outras; nas reuniões de pais você participa ativamente?
- c. Quem assume o papel feminino na criação de seu filho?
- d. O que isso significa para você e para a criança? Qual o lugar do seu companheiro nesse momento?
- e. O seu filho é criado por: a. Por você sozinho; b. Por você e a mãe; c. Por você e o seu companheiro; Por você e os seus familiares? Por quê?
- f. Como é educar uma criança para que saiba conviver com as diferenças?
- g. Seu filho já presenciou algum momento íntimo entre você e seu companheiro? Qual foi a sua reação com a criança?
- h. O seu filho sabe que você é homossexual? Como tomou conhecimento: através de você, da mãe ou de amigos? Qual foi a sua reação no momento? E depois?
- i. Como é a convivência de seu filho/a com o seu companheiro?
- j. Como você observa o desenvolvimento de gênero do seu filho/a?
- k. Para os pais adotivos. Você sendo pai adotivo, na sua ausência, ou morte, quem assume a guarda e educação de seu filho: a. O seu companheiro; b. A sua família; c. O Estado.

III - RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

- a. Como pai, você acredita que as escolas estão preparadas para trabalhar com as novas constituições familiares, como as homoafetivas? Por quê?
- b. A escola que seu filho estuda tem conhecimento da sua orientação sexual?
- c. Se a escola que seu filho estuda promovesse seminários sobre homossexualidade e sobre as novas constituições de famílias, incluindo as

homoafetivas, você participaria ativamente dos eventos? E os pais heterossexuais? Por quê?

- d.** Filhos/as de pais homossexuais estarão mais sujeitas a hostilidade e rejeição por parte dos colegas nas escolas, do que os próprios colegas que são homossexuais? De que forma?
- e.** Alguma vez seu filho/a já observou isso na escola e chegando em casa comentou com você? Caso afirmativo, qual a sua atitude perante a escola?
- f.** Você já conversou com o seu filho sobre homossexualidade? Proibiria a escola que seu filho estuda de trabalhar com a temática e com outras questões ligadas a sexualidade? Por quê?

- h. Na sua visão, ser homossexual é uma patologia, anomalia, orientação, opção ou condição sexual? Como você observa a situação?

III - SOBRE A EDUCAÇÃO DOS FILHOS

- a. Você participa ativamente da educação do seu filho/a, tanto no âmbito familiar quanto escolar? O que o leva a isso?
- b. Nos eventos, como dia de pai, da criança, festas juninas, natalinas, entre outras; nas reuniões de pais você participa ativamente? O que isso significa para você e para o seu filho? Qual o lugar da mãe nesse momento?
- c. Como é educar uma criança para que saiba conviver com as diferenças?
- d. Seu filho já presenciou algum momento íntimo entre você e sua companheira? Qual foi a sua reação com a criança? Acredita que entre os homossexuais isso possa vir a acontecer?
- e. O melhor amigo de seu filho (a), tem um pai gay. Você admite e permite a amizade? Por quê? Como administrar a situação para não cair no preconceito e discriminação?
- f. Na sua visão de pai, uma criança adotada por um homem gay, na sua ausência, ou morte, quem deve assumir a guarda e educação desse filho: a. O seu companheiro; b. A sua família de origem; c. O Estado. Por quê?
- g. Como você observa o desenvolvimento de gênero do seu filho/a?

III – RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

- a. Você já observou na escola que seu filho estuda a presença de algum pai gay?
- b. Se houver e você tomar conhecimento, qual seria supostamente a sua atitude perante a escola? Por quê?
- c. Como pai, você acredita que as escolas estão preparadas para trabalhar com as novas constituições familiares, como as homoafetivas? Por quê?
- d. Se a escola que seu filho estuda promovesse seminários sobre homossexualidade e sobre as novas constituições de famílias, incluindo as homoafetivas, você participaria ativamente desses eventos? Por quê?
- e. Filhos/as de pais homossexuais estarão mais sujeitas a hostilidade e rejeição por parte dos colegas nas escolas, do que os colegas que são homossexuais? Como você observa a situação?

- f. Alguma vez seu filho/a já observou algum momento íntimo entre pessoas do sexo na escola, chegando a casa e comentou com você? Caso afirmativo, qual a sua atitude diante da situação?
- g. Você já conversou com o seu filho sobre homossexualidade? Proibiria a escola que seu filho estuda de trabalhar com a temática e com outras questões ligadas a sexualidade? Por quê?



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – EDUCADORES

II – IDENTIFICAÇÃO

- a. Nome:**
- b. Idade:**
- c. Formação acadêmica:**
- d. Escola que atua:**

II - CONCEITOS PESSOAIS

- a.** O que é família na sua concepção?
- b.** Em sua opinião os casais homossexuais constituem uma família? Por quê?
- c.** Qual a sua visão sobre os processos de filiação e de direitos civis defendidos pelos homossexuais na contemporaneidade?
- d.** Como você observa os processos de adoção por parte dos homossexuais? A jurisprudência está correta ao conceder tal direito ao indivíduo homossexual e negar o mesmo direito ao casal?
- e.** Na sua visão de educador, uma criança precisa de um lar que tenha um pai e uma mãe para ter o modelo masculino e feminino apropriados a sua identidade sexual?
- f.** Na sua visão de educador, uma criança criada e educada por um pai gay tem possibilidade de vir a ser futuramente um homossexual? Por quê?
- g.** Como você explica os lares que tem os dois modelos sexuais, mas o indivíduo na sua vida adulta opta pela homossexualidade?
- h.** Na sua visão, ser homossexual é uma patologia, anomalia, orientação, opção ou condição sexual? Como você observa a situação?

III - SOBRE A EDUCAÇÃO

- a. Como você observa, hoje, o trabalho nas escolas públicas e privadas sobre orientação sexual?
- b. Até onde vai a escola no que diz respeito à homossexualidade?
- c. Como você observa, nas escolas, a formação continuada de professores para trabalharem em sala de aula com a diversidade e identidade sexual? Você já passou por alguma experiência desse tipo? Qual a sua conclusão a respeito?
- d. Como educador você já teve alguma experiência de trabalhar com pais gays? Qual a sua conduta e da escola perante a situação? Poderia relatar alguma experiência, sem citar nomes?
- e. Se a resposta anterior for negativa, como você se auto-avalia, como educador, se experimentasse tal situação?
- f. Como se constituem as desigualdades e hierarquia entre os sexos no espaço escolar?
- g. Como se constroem as identidades sexuais no ambiente escolar?
- h. Você já presenciou algum professor ser demitido por ser homossexual? Tem conhecimento se alguma escola já tomou tal atitude? Qual o seu posicionamento sobre a problemática?

III – RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

- a. Como é a relação das famílias com a escola na questão da sexualidade?
- b. Nos eventos, como dia de pai, da criança, festas juninas, natalinas, entre outras; nas reuniões de pais os homens participam ativamente?
- c. Algum pai chegou reclamando na escola porque o filho presenciou um momento íntimo entre pessoas do mesmo sexo e chegou em casa comentando? Qual foi a sua atitude da escola?
- d. O melhor amigo do filho (a) de um heterossexual, tem um pai homossexual. Você acredita que o pai do primeiro admitiria e permitiria a amizade, ou procuraria mecanismo de separá-los? Por quê?
- e. De acordo com a resposta da pergunta anterior, não seria essa a principal dificuldade para a construção da identidade social pautada nas diferenças da identidade sexual?

- f.** Se a escola promovesse seminários sobre homossexualidade e as novas constituições de famílias, incluindo as homoafetivas, você acredita que os pais participariam ativamente? Por quê?
- g.** Filhos/as de pais gays estarão mais sujeitas a hostilidade e rejeição por parte dos colegas nas escolas, do que os próprios estudantes homossexuais? Por quê?
- h.** Os pais conversam sobre homossexualidade com os filhos? Proíbem as escolas de trabalhar com a temática e com outras questões ligadas a sexualidade? Por quê?
- i.** Na relação da escola com a família, uma criança adotada por um homem gay, na sua ausência, ou morte, quem deve assumir a guarda e educação desse filho: a. O seu companheiro; b. A sua família de origem; c. O Estado. Por quê?



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Eu, _____, declaro que consinto em participar como voluntário da pesquisa, cujo objetivo é analisar a problemática da paternidade gay no processo educacional de filhos e filhas, numa sociedade marcada por valores tradicionais e heteronormativos., sob a responsabilidade da pesquisadora, Selma Reis Magalhães, discente do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea na UCSAL - Departamento de Pos Graduação, tendo como orientadora a Professora Dra. Mary Garcia Castro. Declaro, também, que fui satisfatoriamente esclarecido (a):

1. sobre os instrumentos e técnicas que serão utilizados na pesquisa para a coleta das informações;
2. que estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;
3. que todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão usados e tabulados segundo critério a ser adotado pela pesquisadora;
4. que, na publicação dos resultados desta pesquisa, minha identidade poderá ser divulgada ou preservada. No segundo caso, a pesquisadora, a meu pedido, deverá usar nome fictício,
5. que não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
6. que esta pesquisa é importante para a compreensão do fenômeno estudado e para produção de conhecimento científico.

Assim, reafirmo meu consentimento em participar da pesquisa em questão.

Salvador, ____ de _____ de 2008.

Voluntário

Pesquisadora

FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO EDUCACIONAL DE FILHOS E FILHAS DE PAIS HOMOSSEXUAIS

SELMA REIS MAGALHÃES

2009